

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CAMILA MARCONDES

**DESCARTE DO LIXO E SEU IMPACTO NO AMBIENTE E SAÚDE: PERCEPÇÃO
DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA – PR**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2014

CAMILA MARCONDES

**DESCARTE DO LIXO E SEU IMPACTO NO AMBIENTE E SAÚDE: PERCEPÇÃO
DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisete Guimarães

Coorientador: Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira

PATO BRANCO

2014

M321d Marcondes, Camila.
Descarte do lixo e seu impacto no ambiente e saúde: percepção das comunidades indígenas de Mangueirinha - PR / Camila Marcondes. -- Pato Branco: UTFPR, 2014.
111 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Elisete Guimarães
Coorientador: Edival Sebastião Teixeira
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2014.
Bibliografia: f. 97-108.

1. Resíduos sólidos. 2. Terras indígenas. 3. Meio ambiente. 4. Saúde. I. Guimarães, Elisete, orient. II. Teixeira, Edival Sebastião. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 53

Título da Dissertação

**DESCARTE DO LIXO E SEU IMPACTO NO AMBIENTE E SAÚDE: PERCEPÇÃO DAS
COMUNIDADES INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA-PR**

Autora

Camila Marcondes

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 21 de março de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª. Dra. Elisete Guimarães– UTFPR
Presidente

Profª Draª Nilvania Aparecida de Mello – UTFPR
Examinadora

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR
Examinador

Profª Dra. Letícia de Lima Trindade – UDESC
Examinadora

Visto da Coordenação

Profª Dra. Maria de Lourdes Bernartt
Vice-coordenadora do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Regional - PPGDR/UTFPR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial meu marido e meus filhos, que me apoiaram em todos os momentos difíceis contribuindo para o meu crescimento intelectual e profissional.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por tudo de bom que tem acontecido em minha vida e por ter me dado garra para iniciar e concluir essa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, PPGDR, pela oportunidade de realização de trabalhos em minha área de pesquisa.

Aos colegas da minha turma no PPGDR pelo apoio nas atividades desenvolvidas durante o curso.

A minha orientadora prof. Dra. Elisete Guimarães pela amizade, carinho, dedicação e incentivo nas orientações para construção dessa dissertação.

Ao meu co-orientador professor Dr. Edival Sebastião Teixeira e ao professor Miguel Perondi por serem sempre tão atenciosos, dedicados e por iluminarem os caminhos que deveria seguir.

A professora Letícia Trindade pela atenção que dedicou ao meu trabalho contribuindo nas bancas de qualificação e de defesa.

Aos indígenas da Terra Indígena Mangueirinha por me receberem de forma tão acolhedora e fraternal, e por confiarem em meu trabalho.

A minha família, por me incentivarem e me apoiarem sempre. Amo vocês!

Ó pra nós índio não existiria a comunidade indígena sem a natureza, sem a água. Nós somos temente a Deus, como você sabe né. Mas a nossa segunda temência é a natureza. Porque sem a natureza não tem como nós vive. Segundo a bíblia, nós somos do barro, né. Nascemo da natureza, e sem a natureza pra nós não tem o que fazer.

Morador da aldeia Sede/Campina

RESUMO

MARCONDES, Camila. Descarte do Lixo e seu Impacto no Ambiente e Saúde: Percepção das Comunidades Indígenas de Mangueirinha – Pr. 2014. 111 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

A perda histórica das terras e dos recursos naturais e os constantes contatos interétnicos têm transformando pelo menos uma parte das economias indígenas dependentes da lógica econômica de mercado capitalista e alterado o padrão de consumo nas aldeias. Há certa dependência em relação aos alimentos consumidos, em sua grande maioria comprados, o que aumenta o número de embalagens e rejeitos para se desprezar. No entanto, a coleta de lixo nas aldeias é precário o que emana problemas no seu descarte. Em visita a Terra Indígena Mangueirinha observou-se a presença de lixo ao redor das casas contendo embalagens de produtos industrializados, tais como garrafas de plástico, latas de refrigerante, pacotes de salgadinho e fraldas descartáveis. Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a percepção da população da Terra Indígena Mangueirinha em relação ao descarte do lixo e seu impacto na saúde e no ambiente da aldeia. Os objetivos específicos da investigação foram: traçar o perfil da cultura alimentar e sócio econômico dos entrevistados; identificar o método de descarte do lixo utilizado pela população investigada e identificar a percepção dos indígenas sobre meio ambiente e seus impactos na saúde. Para a investigação deste estudo de caso realizou-se uma pesquisa qualitativa com treze indígenas. Foi utilizado um roteiro pré-elaborado para nortear as questões referentes ao perfil do entrevistado, quais os métodos utilizados para o descarte do lixo e como percebem a relação do ambiente com a saúde. As entrevistas foram realizadas na escola *Kokoj Ty Han já* e em visitas domiciliares. Os resultados da pesquisa mostram que os indígenas realizam atividades culturais com o objetivo de manter vivos os costumes e aspectos tradicionais da aldeia, porém no cotidiano, diversos segmentos são afetados pela influência não indígena, tais como educação, saúde e hábitos alimentares. No que se refere à percepção sobre os problemas ambientais na área indígena ou no entorno dela, formaram-se 3 grupos diferentes, dos moradores que identificam o desmatamento como o principal problema ambiental, o segundo grupo que identifica como a poluição e o terceiro grupo que acredita não existir problema ambiental nas Terras Indígenas. Os contatos interétnicos modificaram a percepção do que consideram itens necessários ao seu bem estar. Na procura por ter acesso aos bens de consumo diversificam seus meios de vida, conciliando o trabalho assalariado a outras fontes de renda. O que tem implicado na liberação de resíduos não orgânicos no meio ambiente e sido fonte de agravos à saúde. Os moradores elencaram soluções para os problemas enfrentados, como aumentar a frequência de coleta e os pontos em que passa o caminhão de lixo, construir depósitos para o armazenamento correto e a realização de orientações à comunidade para o reaproveitamento do lixo orgânico, separação do lixo e descarte correto. Portanto, percebem a importância de preservar o meio ambiente para sua qualidade de vida, porém no cotidiano lhes faltam estrutura e disponibilidade de serviços públicos de coleta de lixo e ações educativas sobre o manejo dos resíduos sólidos.

Palavras-chaves: Resíduos Sólidos. Terras Indígenas. Meio Ambiente. Saúde.

ABSTRACT

MARCONDES, Camila. Garbage Discard and It's Impact on Healthy and Environment:Mangueirinha Indian Communities Perception – PR. 2014. 111 f. Essay. (Regional Development Master's Degree) Regional Development post-graduation program, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

The historical loss of earth and natural resources and the constant inter-ethnic contacts had changed at least some part of the Indian economies dependents on the capitalist market logic and transformed the consumption pattern of the villages. There's some dependence related to their consumed food, in general bought, that raises the number of packaging and tailings to dispose. However, the garbage collect on the villages is still precarious, that originates problems on this discard. In visit to the Indian earth Mangueirinha, it was observed the presence of trash around the houses with industrialized products packaging, like plastic bottles, cans of soda, packets of chips and some disposable diapers. In this contest, the research had as central objective analyze the perception of the local people about the garbage discarding and It's impact on village's healthy and environment. The specific objectives of the research were: to do the cultural food and social-economic profiles and to identify the Indian methods of garbage discarding utilized by the investigated community and to identify perception about environment and It's impact on healthy. For the investigation of that case we carried out a qualitative study with thirteen indigenous. A pre-prepared script was used to guide the questions regarding the respondent profile, what methods are used to dispose of trash and how they perceive the relationship between environment and health. The interviews were conducted at Kokoj Ty Han Já School and home visits. The research results show that the Indians perform cultural activities aiming to keep alive the customs and traditional aspects of the village, but in daily life, several segments are affected by non-indigenous influence, such as education, health and eating habits. With regard to the perception of environmental problems in the indigenous area or around it, formed three different groups of residents that identify the main environmental problem as deforestation, the second group that identifies as pollution and the third group that believes that no environmental problem exists on indigenous lands. Interethnic contacts changed the perception of what they consider items necessary for their well-being. In seeking to gain access to consumer goods they diversify their livelihoods, combining wage labor to other sources of income. What is involved in the release of non-organic waste on the environment and been a source of health problems. Residents listed solutions to the problems faced, such as increasing the frequency of collection and the points in passing garbage truck, build warehouses for the correct storage and conducting community guidelines for the reuse of organic waste, waste separation and correct disposal. Therefore, they realize the importance of preserving the environment for their quality of life, but in everyday life they lack structure and availability of public services of garbage collection and educational activities concerning the management of solid waste.

Keywords: Solid Waste. Indigenous lands. Environment. Health.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista
CGAPSI – Coordenação Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena
CGESA – Coordenação Geral de Edificações e Saneamento Ambiental
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
EMSI – Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA – Instituto Socioambiental
ONG – Organização Não-Governamental
PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
RSU – Resíduo Sólido Urbano
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
SUS – Sistema Único de Saúde
TI – Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	23
A SITUAÇÃO INDÍGENA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	23
1.1 Apontamentos sobre a História da População Indígena Brasileira.....	24
1.2 Notas sobre a População Indígena do Paraná	27
1.3 A População Indígena de Mangueirinha	31
CAPÍTULO 2	34
DA TRANSFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS AO DESCARTE DE RESÍDUOS NAS ALDEIAS	34
2.1 A Economia nas Sociedades Indígenas Primitivas	35
2.2 A Economia nas Sociedades Indígenas Atuais	38
2.3 A Diversificação dos Meios de Vida Indígena no Brasil	40
2.4 O Descarte Inadequado do Lixo: Impacto no Ambiente e na Saúde	48
2.4 O Resíduo Sólido (Lixo) Sob O Enfoque Do Saneamento Ambiental.....	54
CAPÍTULO 3	60
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO INDÍGENA	60
3.1 As Tradições Culturais e a Percepção Ambiental	61
CAPÍTULO 4	68
DESCARTE DE LIXO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES DA TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA	68
4.1 Perfil Cultural Alimentar e Socioeconômico da População Indígena de Mangueirinha	69
4.2 O Descarte de Lixo pelos Indígenas de Mangueirinha	79
4.3 Percepção Indígena sobre Meio Ambiente e Saúde.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE.....	110

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos se discutiu políticas públicas de saúde que valorizassem a especificidade indígena. Estas discussões culminaram em 1999 na alteração da responsabilidade pela execução das ações à saúde indígena para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e o estabelecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). E, em 2002, na aprovação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, considerando a necessidade do setor de saúde dispor de uma política que reconhecesse aos povos indígenas suas especificidades étnica e cultural. Para isso uma série de adequações foi necessária, e para discuti-las e organizá-las, foi instituído um Grupo de Trabalho que auxiliou na organização de estratégias de transição das ações da saúde indígena da Funasa para o Ministério da Saúde. Assim, em outubro de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), supracitado, é uma unidade organizacional orientada para o espaço etno-cultural, geográfico e populacional indígena, que realiza atividades técnicas e administrativas e medidas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias. Cada distrito coordena a rede de serviços de saúde dentro de seu território, que é delimitado por meio de uma decisão conjunta das comunidades indígenas, profissionais e instituições de saúde. No Brasil são 34 DSEI divididos estrategicamente por critérios territoriais, de acordo com a distribuição demográfica indígena e não coincide, necessariamente, com as divisas estaduais e municipais (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas integra a Política Nacional de Saúde, e junto com as Leis Orgânicas da Saúde e a Constituição Federal, reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. Para que os princípios do SUS e as diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social sejam viabilizados e se tornem efetivos, é necessário que a atenção à saúde se dê de forma diferenciada, levando-se em consideração as especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais desses povos. Os dados sobre a situação da população indígena no Brasil são parciais, não há dados gerais fidedignos, e a maioria destes são gerados pela FUNAI, FUNASA, ONG ou missões religiosas. Mas,

mesmo precários, os dados indicam taxas de morbimortalidade três a quatro vezes maiores do que a população brasileira em geral com a ocorrência de agravos que poderiam ser reduzidos com ações sistemáticas da atenção básica à saúde nas áreas indígenas (BRASIL, 2002).

Procurando melhorar o gerenciamento dos dados nas Terras Indígenas, em 2000 foi criado o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), como parte da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Esse sistema visa à coleta, o processamento e à análise das informações nas comunidades indígenas, para o acompanhamento dos óbitos, nascimentos, morbidade, imunização, produção de serviços, recursos humanos e infraestrutura (SOUSA; SCATENA & SANTOS, 2007).

A Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas versa também sobre a importância do equilíbrio das condições ambientais nas terras indígenas como garantia de atenção integral a esses povos. Há demandas importantes colocadas na interface entre meio ambiente e saúde para populações indígenas. Temos que considerar a ocupação ao redor das terras indígenas e as clássicas invasões por terceiros, com desmatamento, queimadas, assoreamento e poluição dos rios, o que afeta a disponibilidade de água limpa e de animais silvestres que compõem a alimentação tradicional nas aldeias. E, outra consideração a ser realizada, são as alterações decorrentes dos constantes contatos com o não indígena que alteraram profundamente as formas tradicionais de ocupação, provocando concentrações demográficas e deslocamentos de comunidades, com grande impacto sobre as condições sanitárias das aldeias (BRASIL, 2002).

Para resolução destes problemas, a política de atenção à saúde indígena prevê que as prioridades devam contemplar a preservação das fontes de água limpa, construção de poços ou captação à distância de água potável; a construção de sistema de esgotamento sanitário e destinação final do lixo nas comunidades; e o controle de poluição de nascentes e cursos d'água situados acima das terras indígenas. As ações de saneamento básico, que serão desenvolvidas no Distrito Sanitário, deverão assegurar à população água de boa qualidade, destino adequado dos dejetos e lixo e controle de insetos e roedores (BRASIL, 2002).

São muitas as doenças que podem proliferar e se manter devido à falta ou inadequação de medidas de saneamento. Especificamente do descarte inadequado

do resíduo sólido, os microorganismos presentes no lixo podem decompor a matéria orgânica presente e também há a possibilidade de haver espécies patogênicas que causem agravos à saúde humana, oriundas de resíduos com matéria fecal, fluidos corporais ou de materiais perfuro cortantes oriundos de serviços de saúde (ZANTA et al, 2006).

O consumo de bens industrializados nas comunidades indígenas levou a um problema antes não existente, pois o descarte do lixo permanece sendo realizado a céu aberto, no entanto os materiais atualmente descartados possuem características químicas muitas vezes tóxicas, e com um período de decomposição longo. Não há coleta pública na maioria dos aldeamentos indígenas. Como solução, alguns moradores optam pela queima dos resíduos, o que também pode ser associado a impactos negativos devido à liberação de maus odores e de gases e partículas tóxicas que podem ser liberados. Da degradação do lixo, há a liberação de gases, e a formação do chorume que são associados à poluição ou contaminação do solo, subsolo e água subterrânea, além de partículas que podem ser dispersas no ambiente pela ação do vento ou da própria queima dos resíduos.

Somente em 2012 realizou-se coleta de dados para diagnosticar os resíduos sólidos nas Terras Indígenas. O objetivo era elaborar o Primeiro Diagnóstico sobre Resíduos Sólidos em áreas Indígenas, através da Coordenação-Geral de Edificações e Saneamento Ambiental (CGESA-SESAI) (GOMES, 2013).

Em relação às leis que amparam a população indígena, inicialmente eram contraditórias e não respeitavam à diversidade desses povos. O Código Civil de 1916 e a lei nº 5484 de 27 de junho de 1928, estabeleciam a incapacidade jurídica dos indígenas e o poder de tutela para o Serviço de Proteção ao Índio, órgão responsável na época (ISA, 2012). A partir de 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) assumiu as atribuições do SPI, extinta pelo Governo Federal. Sua missão institucional era exercer o poder de representar ou assistir juridicamente os índios, conforme o regime tutelar, e promover o reconhecimento dos povos indígenas como etnias diferenciadas, respeitando suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições e garantir ações de saúde na prestação de assistência médico-sanitária (GOMES, 2013).

A Constituição de 1988 é uma das mais progressistas dentro da estrutura do pensamento contemporâneo sobre a relação entre os indígenas e o estado, pois

reconhece a diversidade cultural do país incluindo um capítulo específico com dois artigos sobre “índios” (ANAYA, 2009). Ela promoveu a afirmação dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas do Brasil e permitiu aumentar significativamente o número e a extensão das Terras Indígenas. Nestas áreas, definidas como as “terras que tradicionalmente ocupam” (artigo 231), as populações nativas ganham o direito de usufruto exclusivo e coletivo sobre os recursos naturais. (ELOY & LASMAR, 2011).

A Lei Orgânica da Saúde nº 8080, sancionada em 1990, no seu artigo 2º, diz que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. A mesma lei em seu artigo 3º, descreve o saneamento básico e o meio ambiente, dentre outros, como fatores determinantes e condicionantes à saúde.

O Novo Código Civil de 2002, associado à nova Constituição, extingue as restrições discriminatórias do antigo Código Civil de 1916, que considerava os indígenas como “relativamente incapazes” e efetivamente os tratava como menores sob a tutela da FUNAI (ANAYA, 2009).

No entanto ainda é vigente no Brasil, a lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio, e incentiva à integração das comunidades indígenas à comunhão nacional, ou seja, seria necessário que os índios “evoluíssem” como alusão a se tornarem mais “civilizados”. Em 1991 foi instaurada uma Comissão Especial para rever este Estatuto, mas a tramitação do projeto foi paralisada em 1994 (ISA, 2014).

A própria FUNAI, foi criada no contexto da ditadura militar, e no início, reproduzia a perspectiva assimilacionista a cultura do branco, e à subordinação à expansão político-econômica para o interior do país. Hoje, a FUNAI é o principal órgão do governo federal responsável pela execução de Políticas Públicas Indigenistas no Brasil, em cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. É de competência da FUNAI promover e proteger os interesses indígenas, demarcar e proteger as terras por eles ocupadas, assim como estimular o desenvolvimento de estudos sobre os grupos indígenas. Ainda fica sob sua responsabilidade gerir o patrimônio e fiscalizar as Terras Indígenas, impedindo ações predatórias dentro de seus limites, garantindo a preservação e qualidade de vida desses povos (FUNAI, 2014).

Segundo Anaya (2009), a FUNAI está consciente da necessidade de abandonar as antigas posturas paternalistas e tem realizado esforços no sentido de incorporar uma política consistente com as normas contemporâneas, apesar disso, refere que nas ações da FUNAI ainda permanece a história do paternalismo. O autor ainda discute sobre a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) considerando como uma boa iniciativa para garantir a maior participação indígena nas Políticas Públicas relevantes para os próprios povos indígenas.

Outro programa do governo federal que vem contribuir para a melhoria das condições destes povos, é a Carteira Indígena, que tem o objetivo de contribuir para a gestão ambiental, segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional. A Carteira apoia projetos com foco na produção de alimentos, agro extrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de autossustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia e preservando e recuperando o ambiente das terras indígenas (MMA, 2014). “O programa estabeleceu metas para ação em três áreas: 1) proteção de terras indígenas; 2) promoção das culturas indígenas e da economia autossustentável; e 3) melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas” (ANAYA, 2006, p. 8).

Apesar das discussões e alterações ao longo dos anos, a realidade da saúde indígena brasileira ainda está dissonante do que é previsto na Constituição, na Política de Saúde Indígena e na Lei Orgânica da Saúde, pois há deficiências no sistema de saúde indígena que impedem a realização de um serviço que realmente atenda as necessidades de saúde desta população (BUTEL & SILVA, 2007).

Os povos indígenas são hoje uma população em alta vulnerabilidade social. À medida que a cultura do homem ‘branco’, não índio, foi se aproximando, a organização econômica, social e política desses povos foram gradualmente rendendo-se ao modo dominante e injusto que a cultura ocidental costuma impor sobre culturas tradicionais (DIAS, et al, 2010).

O interesse em realizar a pesquisa surgiu em razão de existir poucos estudos com os índios, especialmente no estado do Paraná, e foi aguçado durante visita a uma reserva indígena do Paraná, onde se percebeu que as condições de moradias, subsistência e as condições sanitárias de algumas famílias são precárias.

O lixo é descartado ao redor das casas ou é queimado, sendo que as comunidades não possuem o serviço de coleta.

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2010) 6,7 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos tiveram destino impróprio no País em 2010. O descarte correto dos resíduos sólidos é fundamental para o processo da reciclagem e para evitar uma série de prejuízos ao meio ambiente e à população, como a poluição visual, do solo, do ar e do lençol freático, além de danos à saúde humana. O poder público tem o dever de coletar, transportar e dar destinação final adequada ao lixo domiciliar, no entanto, várias comunidades indígenas não possuem tal serviço de coleta. Desta forma, onde não há coleta, observa-se o conseqüente descarte de maneira desordenada e causadora de poluição, tanto visual, quanto ambiental.

O lixo despejado no solo pode resultar, como consequência da degradação, na infertilização do solo para plantação e a contaminação da água presente naquela área, proporcionando riscos a saúde.

Um estudo realizado com índios Kaingang no Paraná encontrou elevada prevalência de infecções intestinais, em três amostras coletadas nos anos de 2004, 2005 e 2006, onde foram encontrados respectivamente 91,6%, 94,6% e 87,3% de prevalência total de enteroparasitos, refletindo a precariedade do ambiente em que atualmente vivem os indígenas brasileiros. O estudo aponta também a importância da associação do tratamento antiparasitário às melhorias de saneamento básico para a redução desse índice (TOLEDO et al, 2009).

Embora existam evidências de uma tomada de consciência dos problemas ambientais, os movimentos mundiais de proteção da natureza e do meio ambiente têm uma atuação descoordenada e confusa e sofrem a interferência do sistema político-econômico-capitalista dominante, cuja hegemonia extrapola os limites do mundo ocidental e começa a alcançar o mundo todo (FERREIRA, 1995).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 (IBGE, 2008), afirma que desde o último Censo há oito anos, o percentual de municípios que destinavam seus resíduos a vazadouros a céu aberto caiu de 72,3% para 50,8%, enquanto os que utilizavam aterros sanitários cresceram de 17,3% para 27,7%. Ao mesmo tempo, o número de programas de coleta seletiva dobrou, passando de 451 em

2000 para 994 em 2008, concentrando-se, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, onde, respectivamente, 46% e 32,4% dos municípios informaram ter coleta seletiva em todos os distritos. Apesar da significativa mudança dos vazadouros a céu aberto, conhecidos como “lixões”, percebe-se que em 50,8% dos municípios brasileiros, eles ainda são o destino final dos resíduos sólidos.

A comunidade indígena de Mangueirinha, localizada na região sudoeste do Paraná, não possui rede de esgoto e utiliza fossa séptica, o que, apesar de diminuir o lançamento de dejetos humanos diretamente na superfície do solo ou em rios e lagos, não resolve completamente o problema da contaminação do meio ambiente.

Segundo Helm (2012) a Terra Indígena Mangueirinha é composta por quatro comunidades, nas quais habitam etnias Kaingang e Guarani. Ainda segundo a autora, aproximadamente 650 famílias, com uma população em torno de 1500 pessoas, habitam uma extensão territorial de 17.308,0775 hectares. Conforme os dados divulgados pelo censo IBGE 2010, o número total de habitantes é 1475. Quanto ao território, há pequenas variações no total de hectares citados, conforme ISA (2011) consiste em 16.335,76 hectares na Terra Indígena de Mangueirinha. A maioria de sua população é Kaingang. Funciona na aldeia sede, um posto de saúde com atendimento nos períodos da manhã e da tarde, onde é prestada assistência médica e de enfermagem aos moradores.

As aldeias indígenas receberam do Governo Estadual, através de um programa habitacional, moradias de dois quartos totalizando 53 m² de área construída em alvenaria com esquadria em madeira, banheiro externo e instalação elétrica, porém nem todas as famílias foram contempladas.

As políticas e ações de atenção à saúde indígena contemplam o desenvolvimento e análise dos projetos de arquitetura dos estabelecimentos de saúde da rede de atenção e também ações de saneamento básico e ambiental que contemplam sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares de acordo com a necessidade local. A Fundação Nacional de Saúde é responsável pela implantação dessas ações e por promover sua operação e manutenção (FUNASA, 2011).

Outro aspecto a ser discutido, é a interferência da lógica capitalista nas aldeias, decorrente dos constantes contatos do indígena com a sociedade contemporânea, o que têm gerado o abandono gradativo dos antigos padrões de

economia comunitária baseados na solidariedade e cooperação. E, como consequência de um processo histórico extremamente desfavorável, que acarretou perda de parte significativa dos territórios, assim como dos equívocos gerados por alternativas econômicas implantadas de fora para dentro, os povos indígenas vêm sentindo sua qualidade de vida deteriorando-se gradativamente (BRAND, 2001).

A Terra Indígena Mangueirinha também foi desfavorecida pela diminuição de seus territórios. A antiga área de terras somava 17.308 hectares, as quais na década de 1940 foram reduzidas a apenas 7400 hectares. O Serviço de Proteção ao Índio tentou reverter à decisão do governo e reincorporar as terras de forma a permitir o desenvolvimento das comunidades, com a construção de roças e reserva florestal, além da distribuição das habitações, porém não foi autorizado pelo então governador do Estado do Paraná (HELM, 2012). Foi necessário um processo judicial, que totalizou mais de 30 anos, para que a Justiça Federal desse ganho de causa aos indígenas e o direito legal sobre a totalidade da antiga extensão territorial (BAGGIO, 2007).

No Brasil, a extensão territorial limitada de terras para o plantio e as transformações ambientais e socioeconômicas, colocam os indígenas em situação de vulnerabilidade frente a problemas de ordem alimentar e nutricional, decorrentes da insegurança alimentar. Essa vulnerabilidade também é potencializada por precárias condições de saneamento, entre outros determinantes como a alta variabilidade na renda. O comprometimento social dessas famílias, como a baixa renda, condições precárias de moradia e terras limitadas para o plantio, revelam um quadro de instabilidade, com grande parte das famílias convivendo com o medo da falta do alimento (FÁVARO et al, 2007).

O contexto da vulnerabilidade é compreendido por um conjunto de aspectos individuais e coletivos que se relacionam à maior suscetibilidade dos indivíduos e comunidades a um agravo “e, de modo inseparável, menor disponibilidade de recursos para sua proteção” (AYRES, PAIVA, FRANÇA JR, 2012, p.78).

Em todos os continentes, em curto ou médio prazo, as antigas economias comunitárias do tipo cooperativista, têm sido obrigadas a serem substituídas pelo sistema competitivo e individualista do mundo ocidental. Essas alterações socioeconômicas e culturais repercutem nos hábitos alimentares, uma vez que as atividades de subsistência são parcialmente ou totalmente abandonadas, levando à

redução na variabilidade alimentar e maior dependência em produtos industrializados (FÁVARO et al, 2007).

Na visita realizada na Terra Indígena Mangueirinha, de que se falou antes, observou-se que o lixo ao redor das casas continha embalagens de produtos industrializados, tais como garrafas de plástico, latas de refrigerantes e cerveja, pacotes de salgadinhos e fraldas descartáveis. Produtos que antigamente não eram de consumo indígena, e cada vez mais se tornam comuns nas aldeias. Se por um lado há alterações nos hábitos culturais de consumo indígena, por outro lado o descarte destes resíduos é realizado ao ar livre, com a diferença de que o tempo de decomposição destes materiais industrializados, citados anteriormente, são superiores a dos alimentos naturalmente cultivados.

Face o exposto, a pesquisa voltada para o conhecimento da realidade socioambiental dos povos indígenas é de extrema relevância, pois pode contribuir para ações mais eficientes do poder público, à medida que forem culturalmente adequadas à realidade das tribos indígenas. Com efeito, essas políticas devem considerar como as populações nativas percebem o ambiente em que vivem e como se relacionam com o meio natural. Por conseguinte, um estudo da percepção ambiental de indígenas, como o que se relata na presente dissertação justifica-se pelo potencial que tem de gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas para esses povos, bem como pelo seu caráter acadêmico.

Os indivíduos têm diversas percepções do meio no qual estão inseridos e a importância que conferem ao ambiente que os cercam interfere nas decisões do que consideram prioridades em relação ao meio. As pesquisas sobre Percepção Ambiental partem da ideia de que cada pessoa, grupo social ou sociedade apresenta sua forma de ver e sentir o ambiente que os rodeia, bem como mantêm relações diferenciadas com o seu espaço natural. Não obstante, para se intervir em determinada realidade, seja para conhecer as relações entre o homem e o meio ambiente, seja para definir novas ações e projetos de cunho econômico, ambiental ou social para esta localidade, faz-se necessário entender como esta sociedade se apropria dos seus recursos naturais e transforma-os para atender as suas necessidades (PINHEIRO, 2011).

Nesse contexto, este trabalho se propôs a analisar a percepção da população da Terra Indígena de Mangueirinha em relação ao descarte do lixo e

sobre seus impactos na saúde e no ambiente da aldeia. Os objetivos específicos da investigação foram: (1) traçar o perfil da cultura alimentar e sócio econômico dos entrevistados; (2) identificar o método de descarte do lixo utilizado pela população investigada; (3) identificar a percepção dos indígenas sobre meio ambiente e seus impactos na saúde.

Na pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, foram entrevistados treze sujeitos. A investigação deste estudo de caso se desenvolveu em três fases. A primeira consistiu de análise de fontes bibliográficas referentes à temática, bem como de contato preliminar com lideranças sociais (caciques e vice-caciques) da população indígena de Mangueirinha e envio de ofício à FUNAI local, para autorização da coleta de dados. Previamente ao início da pesquisa, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética deste órgão, com sede em Brasília, para aprovação, conforme diretrizes da Instrução Normativa nº 01/PRES, de 29/11/95, que disciplinam o ingresso em terras indígenas com finalidade de desenvolver pesquisa científica.

Com o objetivo de interagir com os valores do grupo estudado, e estabelecer confiança entre pesquisador e pesquisado, traçou-se como estratégia realizar algumas atividades na Terra Indígena, antes de se passar à segunda fase. A finalidade era tornar a “imagem” da pesquisadora mais comum para a comunidade, com intuito de que as informações obtidas posteriormente fossem mais confiáveis, pois já teria se estabelecido algum vínculo. As ações consistiram em atividades educativas com as crianças nas escolas, realizadas em três visitas no mês de novembro de 2013, com a participação da enfermeira responsável pela Saúde Indígena na 7ª Regional de Saúde.

Na segunda fase realizaram-se entrevistas gravadas com os moradores, sendo utilizado um roteiro pré-elaborado para nortear as questões referentes ao perfil do entrevistado, quais os métodos utilizados para o descarte do lixo e como percebem essa relação do ambiente com a saúde. As entrevistas foram realizadas na escola Kokoj Ty Han Já, durante encontros da população para reuniões da comunidade indígena. Dentre os que estavam na escola para a reunião, a escolha foi aleatória, obedecendo aos critérios para inclusão no estudo, que consistiam em serem maiores de 18 anos, de ambos os sexos e que aceitassem participar da pesquisa.

A intenção era entrevistar os moradores das aldeias localizadas no município de Mangueirinha, sendo elas: Aldeia Sede ou Campina e Paiol Queimado. Nestas aldeias residem indígenas da etnia Kaingang. Durante as entrevistas percebeu-se a predominância de moradores da aldeia Sede/Campina e no intuito de complementar a coleta de dados realizaram-se visitas domiciliares na aldeia Paiol Queimado. Ao todo participaram da pesquisa 13 indígenas. O encerramento do número de entrevistas obedeceu ao critério de saturação teórica.

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados (FONTANELLA, RICAS e TURATO, 2008, p. 17).

Fez-se necessário conhecer como os índios da aldeia interagem com o meio ambiente e de que maneira as questões sócio, econômicas e culturais influenciam nesta percepção. Portanto, além das visitas domiciliares e entrevistas com os moradores, a pesquisadora registrou informações complementares em diário de campo. Neste registro, foram abrangidas as festas religiosas e festas tradicionais existentes, bem como a alimentação, os bordados, o artesanato e alteração nos aspectos econômicos decorrentes do contato com o não indígena, assim como observação dos hábitos de descarte de lixo.

O roteiro da entrevista foi composto por perguntas fechadas e abertas. As perguntas fechadas envolveram respostas com o intuito de delinear o perfil do pesquisado, abordando questões sociais e econômicas. As perguntas abertas foram agrupadas em 6 grandes temas, sendo eles: I) Meio Ambiente, II) Saneamento Básico, III) Poluição e saúde, IV) Atividades Produtivas, Comercialização e Consumo, V) Educação e Percepção Ambiental, e o VI) Cultura, crenças, mitos e tradições. Cada grande tema apresenta de duas a cinco perguntas abertas. O instrumento foi elaborado com o intuito de nortear a pesquisadora durante a entrevista, o que não impediu de surgirem outros questionamentos durante as conversas com os sujeitos indígenas que ampliaram e aprofundaram o ponto de vista da população pesquisada.

A terceira fase da pesquisa consistiu na organização e análise dos dados. As entrevistas foram transcritas, assim como foram selecionados e organizados os dados obtidos nas anotações do diário de campo, com descrição dos locais, hábitos e comportamentos, e dos próprios indivíduos, seguida de interpretação e análise dos dados pela pesquisadora. Durante essa fase, as transcrições foram agrupadas conforme similaridade para posterior discussão e/ou comparação com a bibliografia estudada.

A presente dissertação está organizada, além deste tópico introdutório, em mais quatro capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo é abordada a trajetória histórica indígena e seus reflexos na condição de vida tradicional indígena. O segundo capítulo contempla a transformação das relações econômicas indígenas primitivas para uma economia cada vez mais dependente da lógica econômica do mercado capitalista, com aumento do consumo e conseqüentemente, aumento no descarte de resíduos. O capítulo três trata sobre as variações existentes na forma de perceber o ambiente em que vivem devido a questões culturais e socioeconômicas no contexto da percepção ambiental. O capítulo quatro discute os resultados obtidos na investigação sobre a percepção da população da Terra Indígena de Mangueirinha em relação ao descarte do lixo e sobre seus impactos na saúde e no ambiente da aldeia. Nas considerações finais sintetizam-se as discussões que constam no trabalho conforme os objetivos propostos.

CAPÍTULO 1

A SITUAÇÃO INDÍGENA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

No Brasil desde a colonização houve lutas entre os não indígenas com os indígenas pela conquista da terra, e às vezes pela conquista do próprio índio, no intuito de escravizá-lo. Algumas tribos migravam de local para fugir do contato com o branco, por medo ou para evitar o confronto. Porque apesar das políticas não permitirem a luta contra os índios, ela acontecia e vários deles eram dizimados na disputa por suas terras ou escravizados para trabalharem nos diferentes interesses dos “brancos” no decorrer dos séculos. Estes interesses dependiam em torno do que girava a economia brasileira em determinado momento histórico e o local em que esta tribo habitava. Ao longo dos séculos, estes interesses variaram entre a cana de açúcar, a pecuária, a busca por metais preciosos, ou seja, **ao longo dos séculos** moveram-se lutas contra as populações indígenas que habitavam a região de determinado interesse econômico.

Há reflexos na situação indígena contemporânea decorrente desta trajetória histórica, e torna-se importante compreendê-la realizando um pequeno resgate sobre a história da população indígena no território brasileiro, o decréscimo populacional decorrente do contato com o não indígena, seja este por falta de imunidade ou pelas mortes durante as guerras de conquista de seus territórios, além do reflexo nas condições de vida tradicionais proveniente da expansão política e econômica e das políticas indigenistas do Governo Federal e do Estado.

Este capítulo procura iniciar pela história dos índios no Brasil, de forma breve, afunilando o seu conteúdo aos índios no Paraná, onde contextualiza as etnias encontradas no estado, porém se atém mais as etnias Kaingang e Guarani, pois são estas que residem na Terra Indígena Mangueirinha, local onde foi realizada a pesquisa e que é descrita no último tópico deste capítulo.

1.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Há algumas hipóteses sobre a ocupação do continente americano pelo homem, as quais referem que o homem não teria surgido na América, teria vindo do Velho Mundo e que a migração teria múltiplas origens e rotas. Segundo Cunha (1992), entre 35 mil a 12 mil anos atrás, uma glaciação teria feito o mar descer a uns 50 metros abaixo do nível atual, unindo o continente asiático ao americano pela faixa de terra chamada Beríngea, permitindo a passagem a pé da Ásia para a América, no entanto, há possibilidades de entrada marítima no continente pelo estreito de Bering.

Logo, os habitantes do continente americano descendem de populações advindas da Ásia, sendo que os vestígios mais antigos de sua presença na América, obtidos por meio de estudos arqueológicos, datam de 11 a 12,5 mil anos. Todavia, ainda não se chegou a um consenso acerca do período em que teria havido a primeira leva migratória. Há novas evidências encontradas na Bahia e no Piauí que comprovariam ser mais antiga esta ocupação (FUNAI, 2012).

Os primeiros migrantes que vieram para a América do Sul são originários de povos caçadores da América do Norte que chegaram através do istmo do Panamá, e que ocuparam toda a extensão do continente há milhares de anos. Estas populações desenvolveram diferentes modos de uso e manejo dos recursos naturais e formas de organização social distintas entre si (FUNAI, 2012).

A denominação “índios” foi dada aos habitantes pelos europeus quando chegaram a América, pois acreditavam estar pisando nas terras das Índias. Mesmo depois de perceberem seu engano, através das explorações que demonstraram ser a América um continente à parte, distinto da Ásia, os habitantes do Novo Mundo continuaram a ser chamados de índios (MELATTI, 1983).

As estimativas da população indígena existente na época representam controvérsias entre os autores. Cunha (1992) cita as diferentes mensurações populacionais referidas por Rosenblat (1954), Moran (1974) e Denevan (1976) sendo para estes autores respectivamente um milhão para o Brasil como um todo, 500 mil na Amazônia, e em 6,8 milhões a população indígena só na Amazônia (CUNHA, 1992).

Portanto, não se sabe ao certo quantos grupos indígenas existiam no Brasil quando se iniciou a conquista européia. Sabe-se, entretanto, que a população decresceu rapidamente (MELATTI, 1983).

A causa mais difundida é o isolamento e a falta de imunidade indígena, no entanto, outros fatores também foram decisivos. Dentre eles, a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, onde a alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias. O sarampo e a varíola fizeram os índios morrerem tanto das doenças quanto de fome, a tal ponto que os sobreviventes preferiam vender-se como escravos a morrer à míngua (CUNHA, 1992).

Nos anos 1980, houve uma retomada demográfica por parte da maioria desses povos. E desde então a população indígena no país tem crescido de forma constante, embora povos específicos tenham diminuído demograficamente e alguns estejam até ameaçados de extinção. Há registros realizados pelo Instituto Socioambiental, de populações entre 5 e 40 indivíduos (ISA, 2012).

Estima-se que existam hoje no mundo pelo menos 5 mil povos indígenas, somando mais de 350 milhões de pessoas. Na listagem de povos indígenas no Brasil, os mais de 230 povos indígenas somam, segundo o censo IBGE 2010, 817.963 pessoas. Destas, 315.180 vive em cidades e 502.783 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,42% da população total do país (ISA, 2012).

Atualmente, conforme o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), das 27 unidades da Federação, 24 Estados têm povos indígenas. E, segundo a FUNAI (2012), eles estão distribuídos entre 688 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. São cerca de 220 povos indígenas, mais de 70 grupos de índios isolados, sobre os quais ainda não há informações objetivas. Há 180 línguas, pelo menos, faladas pelos membros destas sociedades.

Os povos indígenas contemporâneos estão dispersos por todo o território brasileiro. A grande maioria das comunidades vive em terras coletivas, denominadas Terras Indígenas. Somam hoje 688 terras declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo (ISA, 2012).

O movimento de expansão político-econômica ocorrido historicamente refletiu nos povos indígenas brasileiros. Os que habitavam a costa leste foram dizimados, dominados ou refugiaram-se nas terras interioranas para evitar o contato.

Hoje, somente os Fulniô (de Pernambuco), os Maxakali (de Minas Gerais) e os Xokleng (de Santa Catarina) conservam suas línguas. As tribos Guarani, que vivem em diversos estados do Sul e Sudeste brasileiro e que também conservam a sua língua nativa, migraram do Oeste em direção ao litoral em anos relativamente recentes. As demais sociedades indígenas que vivem no Nordeste e Sudeste do País perderam suas línguas e só falam o português, mantendo apenas, em alguns casos, palavras esparsas, utilizadas em rituais e outras expressões culturais. A maior parte das sociedades indígenas que conseguiram preservar suas línguas vive, atualmente, no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. Nas outras regiões, elas foram sendo expulsas à medida que a urbanização avançava (FUNAI, 2012).

A expansão da lógica capitalista com consequente transformação socioeconômica e ambiental, tanto no Brasil como em diversas outras partes do mundo, refletiram nas condições de vida da população indígena. Segundo os censos e pesquisas realizadas, atualmente essa população se configura como um dos segmentos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico, habitacional, educacional e dos indicadores de saúde (IBGE, 2012).

A caracterização dos grupos indígenas no país é importante, pois através destes dados podem ser realizados estudos que orientem as ações e as políticas públicas pelo governo. Mas, é possível que haja uma subnumeração de indígenas no país, considerando que a obtenção de informações sobre a identidade indígena é complexa, pois dependendo do contexto os membros de uma dada etnia podem ter receio de manifestar sua identidade, seja por preconceito e discriminação, ou mesmo negar o pertencimento étnico, além disso, alguns povos estão assentados em territórios não explorados e não contatados e que não foram objeto do levantamento censitário (IBGE, 2012).

Contudo, pelos dados do Censo Demográfico 2010, 817,9 mil pessoas se declararam indígenas, e agregando-se aquelas pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, mas se consideraram indígenas de acordo com suas tradições, costumes, cultura, antepassados, entre outros aspectos, o total de população indígena residente no território nacional passou a 896,9 mil pessoas. A grande maioria, 63,8% residia na área rural, e 36,2% residiam na área urbana. Só na Região Norte, há 342 mil indígenas, é a região mais populosa em indígenas do país, com 82% destes morando na área rural. Já a região que detém o maior número de

moradores na área urbana, é a Região Sudeste, com o percentual de 80% (IBGE, 2012).

1.2 NOTAS SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA DO PARANÁ

Quanto à ocupação dos índios no território paranaense, há evidências da existência dos mesmos antes da chegada dos europeus:

A região compreendida no quadrilátero formado pelos rios Tibagi a Leste, Paraná a oeste, Iguaçu ao sul e Paranapanema ao norte é uma grande área de terras férteis cortadas por centenas de rios e riachos, rica em animais e árvores frutíferas. Ela já se encontrava habitada por milhares de índios antes da chegada do branco europeu ao continente. [...] A presença indígena é marcada tanto pelos vestígios de sua cultura lítica lascada e cerâmica como pelos vestígios de sua cultura religiosa através de restos mortais encontrados em urnas funerárias. Marcada ainda pela língua que denomina grande quantidade de acidentes geográficos, a fauna e a flora, além de seus costumes, mitos, leis, conhecimentos, etc., que chegam até os dias de hoje (MOTA apud GODOY, 2007, p. 6).

Antes da colonização, os grupos guaranis eram encontrados desde o litoral, até as florestas subtropicais do planalto, e o rio Paraná. Utilizavam fazer clareiras nas matas, onde se mantinham por meio da caça, coleta e agricultura nas áreas próximas. Ao final dos recursos naturais dos locais onde se estabeleciam o que ocorria em cerca de cinco ou seis anos, procuravam novos locais, deixando que a fauna e solo se recompusessem para após retornar a área anteriormente ocupada. As aldeias eram compostas por cerca de trinta membros, sem divisões internas, residindo todos em cerca de cinco a seis casas comunitárias. A casa de reza, onde se realizavam as atividades rituais se localizava no centro da aldeia, e no interior das habitações, localizadas ao redor da casa de reza concentravam-se as atividades femininas, sendo elas, os preparos dos alimentos, os cuidados das crianças e a confecção de cestas, com fibras e taquaras, fabricação de redes de dormir e vestuário (MARANHÃO, 2008).

No cenário do sul do Brasil, por volta do século XVI, os índios Guaranis ocupavam uma extensa área que se estendia de Cananéa até a Lagoa dos Patos, e do litoral atlântico até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Somente nas últimas décadas do século XVI é que o cenário paranaense começa a registrar a entrada de um contingente discreto de indígenas de outra etnia. Estes vinham pressionados

pela expansão dos portugueses do leste para o oeste, então iniciaram sua migração se estabelecendo na serra de Apucarana, além do rio Tibagi. Eram os Guaianás, futuramente denominados Kaingang (TEMPSKI, 1986).

Fato que pode explicar a migração dos Guaianás são as expedições portuguesas e espanholas com as guerras de conquista de território nas primeiras décadas do século XVI, cruzando esta região em busca de metais, escravos e de uma rota para o Paraguai e Peru. Acentuou-se no século XVII com a implantação das Reduções Jesuíticas e com os bandeirantes paulistas que invadiram a região capturando índios (MOTA, 1996).

No século XVII grandes episódios conturbaram a vida das populações indígenas paranaenses. A presença e atividade dos padres na região promoveu a instalação de mais de uma dezena de Reduções Jesuíticas de índios Guaranis. A ação jesuítica atrapalhava os interesses geopolíticos e econômicos dos portugueses levando ao confronto. Contam crônicas da época que milhares de índios Guaranis foram mortos ou aprisionados o que levou a um dramático êxodo. Desmanteladas, mortas, ou amedrontadas, as tribos Guaranis acabaram por permitir a expansão maciça dos Guaianás, que vinham sendo deslocados pelos colonizadores portugueses (TEMPSKI, 1986).

Por volta dos séculos XVIII e XIX, os índios que habitavam o interior do Paraná, foram utilizados como mão de obra na atividade pecuária, e os que não trabalhavam neste setor, se mantiveram em reservas indígenas criadas pelo Governo Federal. Tais reservas foram denominadas aldeamentos. Alguns poucos se dirigiram ao litoral, considerado local sagrado segundo a mitologia do grupo (MARANHÃO, 2008).

Mas, nem tudo era tão ameno. Houve, também, muito sacrifício e muitas vidas foram ceifadas nessa fase incipiente da conquista e do povoamento das ubérrimas áreas interioranas. Grandes contingentes indígenas, etnicamente mal definidos, reagiram à presença dos ádvenas, lutaram por sua liberdade e pelo seu domínio pleno nas terras que eles e seus antepassados, já há séculos, vinham habitando. No caminho dos tropeiros, nos sítios e fazendas mais distantes, a presença do índio rebelde foi assinalada por frequentes episódios violentos e sangrentos, pelo trucidamento implacável dos audaciosos pioneiros e de seus familiares (TEMPSKI, 1986, p. 29).

A etnia mal definida a que o autor se refere deve-se as inúmeras designações que foram dadas aos indígenas que não falavam o tupi-guarani. A

denominação Kaingang, é relativamente recente, as tribos de Coroados, Guaianás, Kamés, Xocrens, Xalans, pouco a pouco foram sendo inclusas no grupo linguístico dos Jês.

Na época, um decreto imperial de 1845, nomeava um Diretor Geral Indígena em cada Província, estes eram destituídos de adequadas credenciais e de preocupação pela verdade histórica e acabavam registrando comunidades indígenas numericamente pouco expressivas, próximas de outras idênticas, com o mesmo componente humano e cultural, dando a cada denominação própria, o que gerou dezenas de registros de tribos indígenas (TEMPSKI, 1986).

Atualmente, há registros de três povos indígenas no Paraná, os Guaranis, os Kaingang, e os Xetá. Os Guaranis e os Xetá falam o tupi guarani, e os Kaingang o Jê (ISA, 2012). Os Kaingang e Guarani constituem as duas maiores tribos de ameríndios que ainda vivem no Sul do Brasil, podendo também ser encontrados no Paraguai e no Norte da Argentina. Estes dois grupos indígenas são culturalmente distintos entre si (UTIYAMA, 2000).

Entre as diferenças destes grupos, além da língua falada, destaca-se a discussão sobre as tribos serem nômades ou não. Os Kaingang são seminômades e vivem nos planaltos (UTIYAMA, 2000). Esses povos pertencem a família linguística Jê e habitavam as regiões paranaenses com predomínio de Araucária Angustifolia, tendo em vista ser o pinhão sua principal fonte de alimento. Além dos alimentos a base do pinhão, os Kaingang eram adeptos a alimentação a base de peixes, caça e coletas. Usavam armadilhas para pescar denominadas “pari”, a qual se mantém até os dias atuais, nos rios Tibagi e Ivaí. Seus territórios eram extensos, utilizando-o como base territorial para as caçadas. As atividades femininas assemelham-se às da tribo Guarani, sendo incumbência das mulheres da tribo o preparo dos alimentos, os cuidados com as crianças, cultivo das roças no entorno da aldeia e a confecção da cerâmica (MARANHÃO, 2008).

Essa sociedade era dividida conforme dois clãs (duas grandes famílias): Kamé e Kairu. A organização social dos Kaingang está ligada a essa mitologia que passava a influenciar suas funções sociais, cerimônias, regras que determinavam o nome das pessoas, o casamento e a pintura corporal. O principal ritual dos Kaingang era o culto aos mortos, chamado kikikoi, onde havia dança, canto e pintura corporal.

Nesse ritual pintavam-se as crianças pela primeira vez, e de acordo com a pintura, distinguia-se a qual clã pertencia cada uma (PARELLADA, 2006).

Estas etnias vivem na sua maior parte, entre as 17 terras indígenas demarcadas pelo Governo Federal. Dentre as maneiras de subsistência destes povos, o fator básico e principal são roças de pequeno porte, com plantio de mandioca, feijão, milho, entre outros, cultivo de frutas e criação de porcos e galinhas (MARANHÃO, 2008). No complemento de suas rendas, tanto os Guarani como os Kaingang, fabricam e vendem artesanato tais como cestos de taquara, arcos e flechas, balaios e chocalhos. Nos aldeamentos recebem assistência médica, odontológica e educação bilíngüe; ou seja, em língua portuguesa e no idioma de sua origem, Guarani ou Kaingang (PARELLADA, 2006).

Há influência indígena na culinária paranaense. A coleta entre os índios paranaenses tinha no pinhão um alimento por excelência. Os coroados (nome dado pelos portugueses aos Kaingang, por usarem coroas de pluma na cabeça), para poder consumir os pinhões fora da época de safra, guardavam as sementes em cestos submersos em água corrente por 48 horas, sendo posteriormente secas ao sol. Até hoje o pinhão incorpora-se aos hábitos alimentares dos paranaenses. Era comum entre os índios notadamente os xetás, ingerir folhas de erva-mate como alimento, o hábito de tomar chimarrão, chá-mate e outras formas de bebida e infusão. Ainda pode ser citado como exemplo, o conhecimento das frutas e raízes nativas, o preparo do milho e da mandioca na confecção das farinhas, do cuscuz, pamonhas e bijus (PARANÁ, 2012).

Também se utiliza frequentemente, pelo povo do Estado, palavras de origem indígena, como por exemplo, guabiroba, butiá, capivara, maracujá, e também, nomes de municípios com origem no vocabulário indígena, como por exemplo, Candoi, Verê, Goioerê e Xambrê (MARANHÃO, 2008).

Os guarani são nômades e costumam viver perto de grandes rios, organizando-se em vários subgrupos (UTIYAMA, 2000). O povo Guarani se subdivide em três subgrupos, sendo eles, os Mbyá, os Nhandéva e os Kaiová. Eles não se restringem ao território nacional, e identificam-se mutuamente, seja pelos laços de parentesco, como pela afinidade com aldeias distantes. Seu sentido de identidade se mantém principalmente pela preservação e manutenção de língua e cultura (MARANHÃO, 2008)

O território localizado no centro sul do Estado do Paraná, era o local de vivência dos povos indígenas denominados Xetá. Este grupo indígena, pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani, foi oficialmente contatado em 1950, na região noroeste do Paraná, mais precisamente em Dourados. O órgão responsável por seu contato foi a atual FUNAI, anteriormente denominada Serviço de Proteção aos Índios. Destas expedições constatou-se que os Xetá não viviam somente da caça e da coleta, como se acreditava, mas que tinham conhecimento acerca da agricultura, principalmente do milho. Vítimas praticamente de um extermínio, provocado principalmente pela expansão cafeeira, seus descendentes acreditam numa reunião, em uma terra demarcada pelo Governo, o que, de acordo com a Fundação Nacional do Índio, está em processo de demarcação (MARANHÃO, 2008).

No século XIX, aumentou o número de fazendas de gado nos campos paranaenses, principalmente em Guarapuava e Palmas, de modo que os fazendeiros avançaram sobre muitos territórios ocupados por índios Kaingang. No final do século XIX, após violentos confrontos entre os novos colonizadores e os Kaingang, muito reduzidos em número, os índios acabaram por se reunir em aldeamentos (PARELLADA, 2006).

Atualmente, apesar da redução populacional que sofreram com a colonização, as tribos indígenas sul-brasileiras estão distribuídas em várias reservas administradas pelo governo federal, sendo que muitas delas são compartilhadas pelos Guarani e Kaingang, que habitam em diferentes vilas. Embora tenham passado por um intenso processo de aculturação, estes indígenas ainda têm costumes bastante distintos do restante da população brasileira (UTIYAMA, 2000).

1.3 A POPULAÇÃO INDÍGENA DE MANGUEIRINHA

A Terra Indígena de Manguairinha localiza-se no Município de Manguairinha, sudoeste do Estado do Paraná, nas bacias dos rios Paraná e Iguaçu, onde vivem os povos Kaingang e Guarani, distribuídos em cinco aldeias: Sede ou Campina, Água Santa, Paiol Queimado, Fazenda ou Trevo e Mato Branco. O acesso para os centros urbanos é realizado pelas rodovias, sendo o mais próximo à Manguairinha (10 km) e à Coronel Vivida (30 km), utilizando como referência a aldeia Sede (KUHLE et al, 2009). Atualmente há 1.612 índios Kaingang e Guarani em 17.308,0775 hectares distribuídos nas aldeias supracitadas.

A história desta terra indígena inicia por volta de 1819 quando uma frente pastoril se estabeleceu na região de Palmas, e um grupo de índios Kaingang buscando fugir do contato com os não índios, deixou o local e se estabeleceram próximos ao rio Iguaçu, na época chamado de Covó. Lá passaram a ser comandados pelo cacique Antônio Joaquim Cretã (HELM, 2012).

Os indígenas de Mangueirinha prestaram serviços para os militares da Colônia Militar do Chopim na abertura de estradas, e foram recompensados com a formalização da terra, onde viviam sob a chefia do cacique Cretã, através do decreto nº 64 de 02/03/1903 (HELM, 2012).

A política indigenista da época visava proteger e integrar os índios transformando os aldeamentos indígenas em postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o que trazia implicações sociais a essa etnia, pois a partir daquele momento as lideranças tradicionais indígenas perdiam espaço para os chefes do posto do SPI, ou seja, um funcionário branco passava a impor sua autoridade e dirigir a vida de comunidades indígenas “pacificadas” e confinadas em espaços pequenos de terra delimitados pelo SPI (CASTRO, 2011).

A política da década de 1940 se preocupava em reduzir as áreas ocupadas pelos indígenas no sul do país, o que levou em 1949 a uma diminuição das terras em Mangueirinha, pelos governos Federal e do Estado do Paraná. Na época, o SPI nomeou a Terra Indígena como Reserva Cacique Capanema, e a dividiu em 3 glebas, onde a área central, a gleba B, foi transferida para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (HELM, 2012).

Em Palmas, PR, foi realizada a escritura das Glebas A, B e C pelo Governo do Estado, destinando à área da Gleba A para os Guarani, a área da Gleba C para os Kaingang e alienando a Gleba B para colonos da região. Posteriormente, os colonos a venderam a uma Indústria de Comércio de Madeiras, sendo que as terras continuaram a ser requeridas pelos indígenas (BAGGIO, 2007).

As famílias de índios Guarani e Kaingang que habitavam a parte central da reserva indígena foram expulsas pelo SPI com o auxílio da polícia. “As lideranças indígenas que se rebelaram contra a ação do SPI e decisão do Governo do Estado do Paraná sofreram punições e castigos corporais” (HELM, 2012, p.3). Este período foi muito desfavorável aos indígenas, porque além da redução de terras, muitas

vezes já demarcadas, havia repressão aos costumes tradicionais, perseguição aos xamãs e a coibição do uso da língua nativa (CASTRO, 2011).

No entanto, os indígenas de Mangueirinha zelaram pela preservação de sua história, “estes índios sempre estiveram conscientes de seus direitos históricos sobre as terras onde vivem. E mesmo nos momentos de maior repressão nunca deixaram de defender seus interesses e pontos de vista diante das autoridades brancas” (CASTRO, 2011).

Em 16 de dezembro de 2005, a Justiça Federal entendeu que os indígenas sempre detiveram a posse dessa área dando-lhes ganho de causa e o direito legal sobre a Gleba B. Outras oito ações também foram julgadas favoráveis aos indígenas. O processo totalizou mais de trinta anos tendo oito ações ajuizadas em sessenta e sete volumes e mais de catorze mil páginas. Mais de trinta magistrados atuaram no processo (BAGGIO, 2007, p. 72).

A trajetória histórica de expansão política e econômica e as relações interétnicas ocorridas modificaram aspectos culturais ao longo dos anos e a característica das relações econômicas tradicionais dentro das aldeias. As alterações nas condições de sobrevivência, antes proveniente dos recursos naturais abundantes, atualmente com a delimitação de terras e a lógica capitalista cada vez mais presente nas aldeias, levou os indígenas a consumir mais produtos industrializados, com conseqüente aumento do descarte de resíduos sólidos. Essa relação da transformação das relações econômicas indígenas primitivas para uma economia cada vez mais dependente da lógica econômica do mercado capitalista e de apelo do consumo é discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

DA TRANSFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS AO DESCARTE DE RESÍDUOS NAS ALDEIAS

As sociedades indígenas apresentam particularidades referentes à sua cultura que refletem no desenvolvimento das relações econômicas dentro das aldeias. As atividades produtivas desenvolvidas baseiam-se na relação entre as pessoas e destas com a natureza, numa economia em que o convívio e a reciprocidade são componentes fundamentais. Neste contexto, as atividades econômicas agrupam a competência para produzir (tais como os objetos de artesanato indígena) com o conhecimento e respeito à natureza, as tradições, crenças e visões destes povos sobre o mundo.

No entanto, os prolongados contatos culturais dos últimos séculos afastaram gradativamente esses antigos padrões de solidariedade e cooperação. A aculturação econômica e a tendência à individualização têm acarretado na modificação das estruturas tradicionais, tornando difícil manter-se no sistema de produção doméstico em que a família era a unidade de produção e consumo (SOUZA, 2002).

Os povos que se mantiveram distanciados da nossa sociedade, tais como na Amazônia, ainda vivem suas economias sem a interferência da lógica capitalista (SOUZA, 2002). Mas historicamente, no restante do país, a expansão política e econômica refletiu sob os povos indígenas.

À medida que o não índio avançava, povos foram dizimados, dominados ou se refugiaram em terras no interior, para evitar o contato. Consegue-se identificar mais facilmente o reflexo dessa expansão, refletindo sobre quantas sociedades indígenas atualmente conservam suas línguas nativas. Conforme a urbanização avançou, as línguas nativas foram se perdendo e passou-se a falar somente o português, com exceção de algumas palavras utilizadas em rituais ou expressões culturais. Encontramos no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil a maioria das sociedades indígenas que ainda preservaram suas línguas (FUNAI, 2012).

Os reflexos da expansão vão além. O processo histórico desfavorável acarretou perda de parte significativa de terra e a transição dos indígenas para

territórios determinados por instituições como o SPI e FUNAI. Nessa transição, houve alterações nas condições de sobrevivência que basicamente se mantinham a partir dos recursos naturais, como a caça e a pesca, considerados como principal fonte de alimento dessas populações, o que resultou na diminuição da qualidade de vida e empobrecimento de alguns grupos indígenas.

O presente capítulo discute a transformação nas relações econômicas indígenas decorrentes da expansão capitalista, a qual, por sua vez, implicou a alteração dos meios de vida indígena cujas consequências se manifestam pela poluição oriunda do descarte de resíduos no entorno das aldeias e na própria situação sanitária dos indígenas. O texto está organizado em cinco tópicos. O primeiro trata da economia das sociedades primitivas e em virtude do número reduzido de fontes bibliográficas sobre o tema, dois autores fundamentam o texto: Souza (2002) e Schröder (2003), que são discutidos com os conceitos de Karl Polanyi (2000). O segundo tópico discute a questão da evolução da economia nas sociedades indígenas atuais, a qual, por sua vez, implicou profundas transformações nos meios de vida e no padrão de consumo dos povos indígenas do Brasil, tema este tratado no terceiro tópico. Assim, no quarto se discute a mudança no padrão de consumo, a qual implicou o aumento da quantidade de lixo dentro das aldeias, o que, por sua vez, emana os problemas do descarte, da poluição e dos respectivos impactos sobre a saúde da população, em particular. Por fim, no quinto tópico, trata-se da questão dos resíduos sólidos sob o enfoque do saneamento ambiental.

2.1 A ECONOMIA NAS SOCIEDADES INDÍGENAS PRIMITIVAS

O conceito de economia na sociedade indígena poderia ser utilizado de forma plural, para identificar as diversas maneiras com que ela se organiza economicamente. Ela pode ser definida segundo critérios estruturais, organizativos e sociais, porém muitas vezes não explicitados na literatura especializada (SCHRÖDER, 2003).

A caça, a coleta e a pesca, a agricultura, a pecuária e o artesanato, são considerados processos produtivos, que se constituem em apropriar-se da natureza associando os fatores de produção, estes divididos em três categorias, conforme Souza (2002): a terra e a matéria prima, que seriam os objetos de trabalho; os

utensílios e os instrumentos utilizados, que constituem os meios de trabalho; e o trabalho propriamente dito.

No século XVII, a economia era baseada em redes de troca, em cultivo intensivo de milho, feijão, mandioca doce e brava, além de intensa exploração da biomassa aquática – peixes, tartarugas, peixe-boi, jacarés, etc. (BRONDIZIO & SIQUEIRA, 1992). A produção tinha características parentais, orientada para as necessidades familiares, utilizando tecnologia simples e sem complicada divisão do trabalho. O alimento ocupava um lugar predominante na produção e as trocas eram comprometidas com a redistribuição dos produtos elaborados (SOUZA, 2002).

O fato de as comunidades indígenas utilizarem tecnologias consideradas “rústicas” conduziu o senso comum a estabelecer a convicção de que as economias indígenas apenas proviam para a sua subsistência (BRAND, 2001). Realmente a economia indígena costuma ser voltada para o autossustento, no entanto aquela imagem dos indígenas se dedicarem exclusivamente a atividades de subsistência vem sendo superada. Mesmo as sociedades tradicionais dividem seus bens em bens de subsistência e bens de prestígio (SOUZA, 2002).

Na verdade, essa visão da economia da sociedade tradicional foi formulada por alguns economistas clássicos, o que ajudou na construção do mito dos indígenas serem homens selvagens, incapazes de explorar de forma eficaz o meio ambiente (SOUZA, 2002). Segundo Polanyi (2000), nenhuma sociedade sobreviveria se não houvesse economia de alguma espécie.

O fato é que os sistemas econômicos primitivos existiam e a sua eficácia estava garantida a partir da organização social dos povos (POLANYI, 2000). A sociedade indígena distingue-se por um setor econômico com características parentais, onde a produção é voltada para as necessidades familiares, utilizando tecnologia simples e sem complicada divisão do trabalho, sendo o alimento predominante na produção. Há liberdade para utilizar os recursos para produção e as trocas são comprometidas com a redistribuição de produtos elaborados (SOUZA, 2002).

A produção e a distribuição são para atender as necessidades do grupo e não há interesse econômico relativo à posse de bens. Esse princípio é chamado de domesticidade, que consiste na produção para uso próprio (POLANYI, 2000). A produção é administrada de acordo com a exigência habitual da família, e os

produtos permanecem para o benefício dos produtores. Geralmente o grupo doméstico é um sistema familiar de relações entre esposo e esposa, pais e filhos. Mas, existem exceções, em que as unidades não são subordinadas a estruturas de linhagem (SOUZA, 2002).

Na organização primitiva do trabalho predominava a divisão por sexo, o que embora não tenha sido a única forma de divisão de trabalho na sociedade, era a forma predominante de especialização econômica. As atividades normais do homem adulto, como a caça e a pesca, ao lado das atividades normais da mulher adulta no papel de cultivo da terra, praticamente esgotavam os trabalhos habituais da sociedade. Assim, o casamento representava o início do estabelecimento de um grupo econômico, o qual se constituía para cuidar de sua própria existência (SOUZA, 2002).

Não há dúvida de que o núcleo familiar constituía a unidade de produção, consumo e de vida religiosa. Enquanto a produção se mantinha ao nível do parentesco, o consumo atendia as exigências domésticas e poderia satisfazer também as necessidades da aldeia (SOUZA, 2002).

Na economia doméstica, a ideia de satisfação é que movimenta a produção, atendendo as necessidades materiais com facilidade, mesmo que a economia se desenvolva abaixo de sua capacidade. A produção é criada para o consumo, ainda que eventualmente ocorra o aparecimento de excedente (MARSHAL SAHLINS apud SOUZA, 2002).

A produção de excedentes neste caso, não visa só à obtenção de recursos, que poderiam ser utilizados para troca e comércio, mas como estratégia para reduzir os riscos. O cultivo de áreas superiores às necessidades do grupo deve-se aos cálculos de eventuais perdas causadas por animais, tais como formigas ou porcos-do-mato (SCHRÖDER, 2003).

Entretanto, se o critério para definição de “excedente” for o produto que ultrapassa as exigências dos produtores, este sistema não está organizado para tal. Em poucas sociedades indígenas observou-se elevado consumo de bens, comparando-se as sociedades não indígenas. No entanto, o baixo consumo de bens não deve ser compreendido como recursos escassos ou até desnutrição, afinal ele pode coexistir com um alto consumo de alimentos (SCHRÖDER, 2003).

A produção não acontece somente para o consumo, mas também para o valor de consumo, pois existem trocas no interior da sociedade; trocas, estas, envolvendo bens de natureza básica à existência (bens utilitários). A produção para “subsistência” prevê a realização de trocas, ainda que estas sejam realizadas com produtos de primeira necessidade (SOUZA, 2002).

A referência às trocas de bens nos remete aos registros de certa ingenuidade econômica no início dos contatos com a sociedade branca, onde havia trocas desiguais e mais lucrativas para os primeiros colonizadores. Às vezes, colheitas inteiras eram trocadas por quinquilharias. Posteriormente, a intervenção de religiosos missionários fez com que se suprimisse este costume, por considerá-lo prejudicial ao indígena. No entanto, não se compreendeu na época, a lógica econômica e social relacionada a essa prática, pois a posse de objetos diferentes representava fator de prestígio a quem o possuísse. Com efeito, nas trocas, a valorização cultural dada ao objeto pode implicar em valores simbólicos muito altos (SCHRÖDER, 2003). Além disso, a troca econômica oferecia oportunidade de aliança entre o índio com o conquistador e seu poderio militar (SOUZA, 2002).

2.2 A ECONOMIA NAS SOCIEDADES INDÍGENAS ATUAIS

Os antigos padrões de agricultura para o autossustento vêm sendo modificados desde a época das Missões, onde mudanças eram impostas buscando direcionar a produção para as exigências do mercado de consumo, conseqüentemente diminuindo a autossuficiência dos grupos indígenas. A própria mão de obra indígena passou a ser utilizada pela economia regional desde o século XVII, onde os índios eram contratados por seis meses com direito a salário adiantado. O restante da mão de obra indígena era utilizado na sustentação e manutenção das próprias aldeias (BRONDIZIO & SIQUEIRA, 1992).

Com a modernidade, a nova ordem social que veio à tona é a capitalista, aonde o investimento-lucro-investimento, transformou silenciosamente as relações na sociedade moderna, tanto em termos econômicos quanto nas demais instituições (GIDDENS, 1991).

Essa nova ordem social associada aos contatos culturais dos últimos séculos levou a modificações também nas sociedades tradicionais, onde os padrões

de solidariedade e cooperação têm sido abandonados. Os grupos indígenas originais trabalhavam num sistema de produção em que a família era a unidade de produção e consumo, e atualmente, a aculturação econômica, têm levado a individualização e fragmentação familiar (SOUZA, 2002).

Tais mudanças socioculturais e econômicas trazem impactos diretos nas atividades básicas de subsistência, que passam a ser parcialmente ou totalmente abandonadas, aumentando o consumo de produtos industrializados dentro das aldeias, e diminuindo a variabilidade alimentar (FÁVARO, 2007).

É claro que permanecem continuidades do tradicional *no* moderno e não se consegue identificar nem um nem outro totalmente separado, mas os impactos dessas mudanças são dramáticos (GIDDENS, 1991). Hoje o indígena passou a inserir-se nos níveis mais baixos de estratificação socioeconômica da sociedade brasileira, o que reflete em aumento da desnutrição e da mortalidade infantil.

A grande maioria dos povos indígenas tem sua base produtiva na agricultura. A caça e a coleta representam atualmente uma minoria muito pequena dessa base. Quando se houve falar que índios de tal local são agricultores, geralmente se quer dizer que são principalmente agricultores, representando a agricultura cerca de 50% de suas atividades econômicas. Generalizações deste tipo são frequentes, mas inexatas. Além disso, muitas classificações segundo critérios econômicos são representações distorcidas causadas por observações insuficientes (SCHRÖDER, 2003). No entanto, é incontestável que, devido, especialmente, à perda de seus territórios e dos recursos naturais, as comunidades indígenas têm suas formas tradicionais de economia cada vez mais comprometidas e, por conseguinte, estão cada vez “mais próximas” e dependentes da lógica econômica do mercado capitalista.

Portanto, a economia nas sociedades indígenas primitivas aparecia relacionada aos núcleos familiares em que as relações parentais constituíam os processos internos de produção e redistribuição. A produção econômica preponderante era a geração de alimentos, os quais satisfaziam além das necessidades domésticas, as da religiosidade e as da aldeia. Na organização do trabalho predominava a divisão sexual de atividades. As necessidades da família e a produção eram dirigidas para o consumo e para o exercício da reciprocidade e não para comercialização. Mas, com a perda histórica das terras e dos recursos naturais

e os constantes contatos do indígena com lógica capitalista “do branco”, atualmente há um abandono gradativo dos padrões de solidariedade e cooperação antigamente utilizada por seus ancestrais, transformando pelo menos uma parte das economias indígenas dependentes da nossa lógica econômica de mercado.

O impacto desse processo nas sociedades indígenas brasileiras atuais, as políticas de transferência de renda e as estratégias de diversificação dos meios de vida indígena utilizados para reduzir a vulnerabilidade social desses povos na sociedade contemporânea, é discutida no item a seguir.

2.3 A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA INDÍGENA NO BRASIL

Como vimos, os antigos padrões de solidariedade e cooperação estão sendo substituída pelo sistema competitivo e individualista da lógica capitalista. Como consequência, o apelo do consumo atinge os jovens índios promovendo efeitos transformadores nas instituições tradicionais, fazendo com que aquele sistema de produção doméstico – baseado em características parentais e produção orientada para as necessidades familiares – torne-se quase impraticável.

Segundo Eloy & Lasmar (2011), se verifica uma tendência à individualização dos regimes de propriedade e adaptabilidade dos sistemas tradicionais nas estratégias para a exploração dos recursos naturais, e consequente transformação nos modos de vida, sociabilidade e padrões residenciais dos indígenas.

A complexidade das transformações em curso não se presta a análises simplistas entre práticas tradicionais e práticas modernas. É fundamental focalizar a adaptabilidade dos atores diante das transformações ocorridas em seu ambiente, à forma como se apropriam e como dão novos significados a aspectos do mundo dos brancos a partir de suas lógicas culturais próprias (SAHLINS, 1997, apud ELOY & LASMAR, 2011).

Como exemplo dessa adaptação e ressignificação indígena, o estudo de Vieira (2005) no Mato Grosso do Sul, com os índios Guaranis e Kaiowás, demonstra que conforme o mercado regional e as necessidades pessoais ou familiares, os indígenas trabalham em alguns períodos na cidade, nas fazendas, e ganham dinheiro, depois voltam para a aldeia e à cidade fazer compras. Os habitantes das terras indígenas também vendem na cidade milho, feijão, mandioca e abóbora. As

transações comerciais nem sempre são realizadas com moeda; às vezes utilizam os produtos como equivalentes para a troca. Embora haja mudanças e transformações dos seus meios de vida, eles seguem os processos dentro de uma lógica própria inerente ao seu sistema sociocultural “tradicional”.

Em grande parte da literatura sobre o povo Guarani, encontra-se referência ao fato da migração ser uma constante na vida deles. Apesar de passarem por muitas transformações culturais, econômicas e sociais, essa característica permaneceu. Portanto, vivem com este aspecto contraditório, acreditam na importância de conquistar novos territórios, percebem a necessidade local de procurar meios de diversificação de renda, ao mesmo tempo em que seguem tradicionais orientações de comportamento da sociedade tribal.

As estratégias familiares de diversificação atendem a objetivos simultâneos: segurança alimentar e obtenção de mercadorias, e também a capitalização fundiária ao redor de uma residência urbana relativamente fixa. Assim, a legitimação crescente da propriedade privada associada ao processo de urbanização não induz a uma dinâmica linear de individualização, mas a uma reprodução do sistema indígena de manejo dos recursos naturais na escala de uma unidade familiar mais restrita, o grupo doméstico ou a família extensa (ELOY & LASMAR, 2011).

Nas Terras Indígenas (TI) atualmente não há condições de sobreviver estritamente da maneira como viviam os ancestrais indígenas. A diversificação dos meios de vida, tais como alocação do trabalho, manejo dos recursos naturais, alternar residência urbana e rural, representam uma estratégia de sobrevivência e adaptação às situações de crises sociais derivados da pobreza, desigualdades e exclusão social a que esta etnia encontra-se vulnerável.

As bases concretas da economia das sociedades tradicionais foram rápida e profundamente alteradas durante as últimas décadas. O ritmo das transformações do mundo dos valores e da cosmovisão não tem sido o mesmo das transformações impostas pela nossa sociedade na disputa pelos territórios indígenas e na exploração dos recursos. Esse descompasso tende a crescer, haja vista a complexa questão do ritmo das mudanças, cada vez mais rápidas, que marcam a sociedade globalizada (BRAND, 2001).

Nas Terras Indígenas, os indígenas residem em pequenas casas, abrigando apenas a família nuclear, no entanto, frequentemente mantém uma proximidade

territorial com os demais membros da família extensa (pais, filhos, genros etc.). Nas TI de Mato Grosso do Sul, segundo o estudo de Vieira (2005), os Guarani e Kaiowá dedicam-se à agricultura. Produzem: arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim, banana, laranja etc. As plantações são de propriedade individual ou familiar e pertencem a quem trabalhou na terra. Algumas famílias cultivam mais, outras menos. Alguns criam animais domésticos como vacas, cavalos e porcos, e também aves como galinhas. No entanto, o confinamento que foi submetido não permite que levem uma vida predominantemente agrícola. A caça é escassa devido a pouca mata, e os córregos pequenos, pouco oferecem possibilidade de pesca.

As estratégias encontradas nessa região foram associar as atividades desenvolvidas nas terras indígenas ao trabalho assalariado. Este trabalho pode ser temporário de caráter rural, tanto na pecuária quanto na agricultura, e realizado conforme as necessidades do mercado regional, ou necessidades pessoais e/ou familiares. Quanto podem ser trabalhos fixos, onde os indígenas durante a semana trabalham na cidade e nos finais de semana na roça da aldeia (VIEIRA, 2005).

Em alguns locais a situação de vida tem melhorado devido à absorção da mão de obra indígena na indústria. Após o advento das usinas no MS, houve grande demanda de mão de obra para o plantio e corte da cana de açúcar, nas fazendas da região. As populações indígenas das aldeias obtiveram então a oportunidade de trabalho e com isso a geração de renda para a melhoria das condições de vida econômica na aldeia (FÁVARO, 2007).

Em São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, os resultados obtidos Eloy & Lasmar (2011) são semelhantes aos encontrados no Mato Grosso do Sul por Vieira (2005). Na investigação realizada na Amazônia, os autores encontraram dois tipos de estratégias de sobrevivência na agricultura familiar indígena. Citam como primeira estratégia a pluriatividade, ou seja, associação de atividades agrícolas com empregos remunerados, e como segunda estratégia, utilizam a multilocalidade do manejo dos recursos naturais articulando os direitos fundiários individuais e coletivos. O fato de trabalharem e continuarem nas atividades da roça favorece a mobilidade dos indivíduos entre cidade e floresta. Essa estratégia de pluriatividade e multilocalidade, na qual a família, que mora a maior parte do tempo na cidade, combina algumas roças (geralmente localizadas em diferentes lugares) com

atividades remuneradas, representou 73% da amostra da pesquisa (ELOY & LASMAR, 2011).

Os modos de vida mais diversificados contribuem para o aumento da segurança principalmente em longo prazo, decorrentes, por exemplo, de condições adversas, tais como a sazonalidade, uma vez que as atividades agrícolas geram picos de utilização de trabalho e conseqüentemente da renda, frente à necessidade contínua de consumo. A diversificação neste sentido reduziria estes efeitos, possibilitando rendas alternativas fora dos períodos de pico dos ciclos agrícolas. A diversificação traz maior renda, se comparada à agricultura somente, otimizando os recursos e a força de trabalho expressas na sazonalidade, aproveitando as oportunidades para a geração de renda (ELLIS, 2000).

Contudo, percebem-se as importantes transformações vivenciadas pelo indígena em seu modo de vida, que se traduzem, sobretudo, por mudanças nos regimes de sociabilidade, nos padrões residenciais, e nas estratégias para a exploração dos recursos naturais. Ao longo do processo de urbanização, as famílias indígenas adaptaram seus sistemas de manejo dos recursos naturais por meio da mobilidade e da multilocalidade de suas residências e atividades entre cidade e floresta, mantendo as características fundamentais do seu regime de uso e apropriação dos recursos (ELOY & LASMAR, 2011).

A inserção do indígena na economia moderna gerou uma descontinuidade tradicional do consumo. Dentro das aldeias ocorreu uma transformação econômica; é comum a presença de eletrodomésticos como televisão, aparelhos de reprodução de vídeos gravados em disco, antenas parabólicas, telefone celular e outros. Dentre os trabalhadores houve uma grande mudança na infraestrutura de suas casas, hoje algumas de alvenaria, com instalações confortáveis, onde apesar das mudanças, seguem a cultivar seus costumes.

Há vantagens de se manterem morando nas TI. Além do usufruto sobre os recursos naturais, não precisam pagar impostos nem aluguel, há cestas básicas distribuídas para quem mora na aldeia, além da ajuda externa, como da Prefeitura, do Estado, do Governo Federal e de ONGs. Mas é grande a dependência dos produtos da cidade, para adquirirem o que não produzem internamente, tais como roupas, sal, açúcar, tereré, em parte supridos pelas cestas básicas. O excedente de produção é pequeno e é comercializado no mercado regional, seja por venda ou

troca na cidade, e o dinheiro adquirido logo é gasto (VIEIRA, 2005), pois fontes protéicas e férricas, especialmente as de origem animal, dependem de disponibilidade financeira para sua aquisição, uma vez que práticas de caça e de pesca se tornaram inviáveis, sobretudo pela limitação territorial e poluição dos rios. Pode-se supor que, mesmo as frutas, que estão disponíveis em algumas épocas do ano, e não dependeriam de disponibilidade financeira para o consumo, não são acessíveis às famílias mais vulneráveis (FÁVARO, 2007).

Segundo Ellis, 1998, o declínio em relação aos padrões de vida é um dos fatores que provocam maiores interdependências entre o rural e o urbano na construção dos meios de vida familiar.

O processo de urbanização ocasionou levadas migratórias para a cidade em busca de empregabilidade, mas não seria apropriado falar em 'êxodo rural', pois não há, na maioria das vezes, a transferência definitiva da residência das comunidades para o centro urbano e sua periferia. Os movimentos para cidade podem ser tanto definitivos como temporários, reversíveis ou circulares. Os indígenas combinam uma mobilidade sazonal entre cidade e floresta, conforme o trabalho, calendários escolar e agrícola (ELOY & LASMAR, 2011).

Além das questões de sazonalidade, a mobilidade indígena entre cidade e floresta, é uma estratégia, pois na cidade, as propriedades têm característica privada, e os brancos por possuírem mais acesso a atividades remuneradas têm uma posição privilegiada a adquirir lotes urbanos. As famílias indígenas costumam contornar a dificuldade de adquirir terrenos, por meio de estratégia de acesso indireto à terra, principalmente através da negociação com indivíduos da sua rede de parentesco e conhecidos, que já moram na cidade, proporcionando acesso indireto e temporário a espaços e recursos por tipos de concessão de terra que mobilizam a produção de alimentos na região de São Gabriel da Cachoeira (ELOY & LASMAR, 2011).

A movimentação para a cidade traz perspectivas de novas experiências e possibilidades de ascensão social e econômica. Nesse sentido, percebem o estudo e a profissionalização como importantes maneiras de sobrevivência, caso tenham que sair da aldeia e optar pelo mundo do branco. Entretanto, com frequência, não conseguem sucesso em sua saída e, no retorno à aldeia, entram em atrito com os valores tribais (VIEIRA, 2005).

O acesso à educação é citado em vários estudos como um dos motivos que levam o indígena a sair da aldeia. Nas TI, geralmente, o ensino só vai até o nível fundamental, e as escolas da cidade são longe, além disso, é precária a disponibilidade de horários ou não há ônibus para a cidade. O percurso, para alguns alunos, é feito a pé, outros vão de bicicleta, além das dificuldades de fazer amizades com os brancos, colegas de classe. Assim como outros alunos da cidade, teriam que ter livros, sapatos e roupas boas, uniformes etc. (VIEIRA, 2005).

Há um discurso pessimista quanto ao futuro que os aguarda. Acreditam que precisam dominar o código do branco, por meio da educação formal, para que a concorrência seja com igualdade de condições, ao mesmo tempo em que afirmam ser necessária a manutenção da tradição indígena. Acreditam que serem “brancos” é necessário quando estão fora da aldeia, mas permanecem índios, quando retornam a ela. Portanto, o ser branco representa, para o Guarani e Kaiowá, nada mais que uma estratégia de sobrevivência (VIEIRA, 2005).

Sobreviver com a perda dos territórios e recursos naturais, se tornou difícil, comprometendo as formas tradicionais de economia, o que tem levado cada vez mais as comunidades indígenas depender da nossa lógica econômica e de mercado. O roubo histórico desses recursos não permitiu a geração de alternativas capazes de suprir as necessidades básicas desses povos, nem a produção de outros bens, provocando, em muitos casos, a crescente degradação da qualidade de vida, tendo como indicador o crescimento da fome em parte significativa das aldeias indígenas nos dias de hoje (BRAND, 2001).

Muitas famílias indígenas se tornaram incapazes de sobreviver apenas das atividades agrícolas de subsistência, em terrenos pequenos e com recursos naturais escassos. A opção da diversificação desempenha um papel importante a este respeito, porque o meio de vida diversificado é mais resistente do que um não diversificado, e este é um elemento crítico no tributo para as pessoas que vivem à margem da sobrevivência (ELLIS, 2000).

Recentes trabalhos realizados por pesquisadores junto a diversos povos indígenas demonstram o profundo conhecimento desses povos sobre os recursos naturais localizados em seus territórios e sobre a diversidade de formas possíveis de utilização de tais recursos. Os Kaiapó, no Pará, conhecedores de práticas agrícolas em regiões de cerrado, ao iniciar uma roça, introduzem grande número de espécies

e variedades. Os pesquisadores registraram na aldeia Gorotire (Pará), em média, 50 espécies de plantas cultivadas por roça (BRAND, 2001).

No entanto, algumas Terras Indígenas no Brasil possuem uma alta população para pequenos territórios, com escassez de recursos naturais na aldeia. Ellis, 2000, cita uma pesquisa sobre pobreza que revelou algumas características que são compartilhadas por pessoas e famílias pobres. Talvez o mais fundamental destas características, é a falta de recursos, falta de propriedade ou acesso à terra produtiva, associado a outros, tais como habilidades, educação e boa saúde. Em um contexto rural, falta de terra é observado como um indicador altamente preciso da pobreza.

As pessoas podem ser consideradas pobres em relação a padrões determinados, mas seus níveis de consumo podem ser bem acima das necessidades físicas para sobrevivência. E isso também surge com respeito a como historicamente é abordada a pobreza no contexto daquela sociedade, ou seja, a percepção social sobre o que constitui um mínimo padrão aceitável de vida (ELLIS, 2000).

Acontece que o fato de transitarem entre floresta e cidade, e o aumento da proximidade com os brancos, têm mudado a percepção do padrão de vida e de itens necessários ao bem estar. A pesquisa de Vieira (2005) encontrou reclamações sobre a falta de conforto, sobretudo de energia elétrica nas aldeias, o que impede a aquisição de eletrodomésticos. Os mais cobiçados são a televisão e o rádio, e sem energia, ficam privados do divertimento que eles proporcionam. O telefone é outro meio de comunicação bastante cobiçado, suprido em parte pelo telefone celular, já bastante comum.

A cidade também proporciona a oportunidade de experimentar outros alimentos que, às vezes, gostam mais. Entretanto, as mercadorias tem um preço que nem sempre podem pagar. Diferentemente da floresta, onde caçam, pescam e coletam. O comprometimento social dessas famílias, como a baixa renda, condições precárias de moradia e extensão territorial limitada para o plantio, revelam um quadro de instabilidade, com grande parte das famílias convivendo com o medo da falta do alimento (FÁVARO, 2007).

A tradicional forma de aquisição de alimentos vem sendo substituída pela venda da força de trabalho indígena e pelo consumo de produtos industrializados ou

em Programas de Segurança Alimentar. Segundo uma pesquisa realizada com famílias indígenas Terêna no Mato Grosso do Sul, todas as famílias entrevistadas referiram receber a cesta básica de alimentos e a maioria estava inserida em programas de distribuição direta de renda, como Vale-Gás, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação ou Bolsa-Família, sendo estes integrantes do pool de benefícios do Programa Fome Zero, do Governo Federal na época do estudo (FÁVARO, 2007).

Os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, tal como por exemplo o Bolsa Família, têm o objetivo de combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais. Apesar dos valores monetários transferidos às famílias serem muito baixos, pouco alterando a situação de pobreza, as famílias têm a liberdade na utilização do dinheiro que recebem (SILVA, 2007). A transferência de renda tem o objetivo de contribuir para a inclusão social dessas famílias mais pobres, partindo do entendimento

[...] de que existem diferentes concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores que definem a construção e a implementação de diferentes alternativas de políticas de intervenção social. A concepção adotada é de que a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2007, p. 1433).

Ellis (2000) enfatiza a necessidade de uma abordagem holística num entendimento da relação entre ativos, processos de mediação, estratégias utilizadas em contextos locais e específicos, com o objetivo de identificar as partes do processo de construção de um sustento que pode ser facilitado com vista a reforçar individualmente ou as capacidades de sobrevivência domésticas. Para o autor, a melhor maneira de combater a pobreza em suas manifestações locais é envolver os indivíduos afetados na definição de agendas para a mudança.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Vieira (2005), acredita ser necessário que os índios sejam inclusos como sujeitos ativos nos processos de planejamento e implementação de intervenções para que além de otimizar a economia, se garanta a preservação da cultura das sociedades indígenas, que sofrem pelas transformações econômicas decorrentes do capitalismo.

Portanto, os povos indígenas se encontram em constante transformação dos seus meios de vida, utilizando como estratégia de sobrevivência, a mobilidade entre floresta e cidade. Assim, diversificam suas rendas, agrícola e não agrícola, para diminuir suas vulnerabilidades, visto que nas Terras Indígenas muitas vezes há escassez de recursos naturais e de terra para o plantio, o que impossibilita sobreviverem exclusivamente da maneira tradicional, conforme seus ancestrais.

As transformações no padrão de consumo das comunidades indígenas implicaram, também, o aumento da quantidade de lixo dentro das aldeias, o que, por sua vez, emana os problemas do descarte, da poluição e dos respectivos impactos sobre a saúde da população em geral, da indígena, em particular. Aspectos esses de que se falará nos próximos tópicos.

2.4 O DESCARTE INADEQUADO DO LIXO: IMPACTO DO AMBIENTE E NA SAÚDE

A utilização de recursos naturais para sobrevivência do ser humano veio transformando o ambiente desde os primeiros antepassados do homem. Mesmo em época mais remota nossos ancestrais na interação com o ambiente, se depararam com a problemática da produção e descarte dos resíduos sólidos.

Os habitantes das cavernas defrontaram-se com crescentes amontoados de excrementos, ossos, velhas ferramentas e remanescentes de fogos. Eventualmente, eram forçados a encontrar uma nova caverna para viver devido ao problema dos resíduos sólidos. Os ecólogos colocam, entretanto, que o homem moderno está enchendo seu planeta com resíduos sólidos e mudar-se não será para ele uma solução relativamente fácil como era para seus ancestrais pré-históricos. (SCHAEFER, 1976, p. 39 apud MUCELIN, 2004).

É claro que os impactos no ambiente não eram tão relevantes na pré-história, levando-se em conta a característica dos resíduos basicamente orgânicos, que se decompunham mais rapidamente, e a produção per capita infinitamente menor do que atualmente. O avanço tecnológico ao mesmo tempo em que trouxe benfeitorias e melhorias na qualidade de vida da população, através dos bens de consumo, causou degradação progressiva no meio ambiente e aumentou sobremaneira a produção per capita de materiais residuais, hoje em dia com características mais agressivas e tempo de decomposição maiores, do que antes.

Até o começo da Revolução Industrial o lixo era composto basicamente de restos e sobras de alimentos, a partir dessa era passou a ser identificado, também, por todo e qualquer material descartado e rejeitado pela sociedade. A partir da Revolução Industrial, o desenvolvimento de materiais para o conforto e o bem-estar humanos, levou à intensificação do material descartado, ocasionando um aumento da quantidade de resíduos gerados e não utilizados pelo homem, muitos deles provocando a contaminação do meio ambiente e trazendo riscos à saúde humana, basicamente nas áreas urbanas (TEIXEIRA, 2004).

Porém não só o lixo urbano provoca a contaminação do meio ambiente. O consumo de bens industrializados também chegou à área rural e as aldeias indígenas, transformando o lixo dessas populações, antes basicamente orgânico, hoje repleto de embalagens plásticas, vidros, sacolas, entre outros. E o pior, dispostos a céu aberto, ou nas beiras das estradas, muitas vezes sem coleta pelo poder público.

O descarte e o tratamento inadequado, tanto pelas comunidades que os geram quanto por aquelas que são por eles mais diretamente afetados, aumentam o grau de poluição e alteram a qualidade do ambiente em que vivemos (MUCELIN, 2004).

O meio ambiente é compreendido como um conjunto de interações entre agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais que são passíveis de exercer sobre todos os seres vivos, inclusive o homem, influência direta ou indireta, imediata ou em longo prazo (IBGE, 2005).

Portanto, as alterações no meio ambiente podem repercutir na saúde e qualidade de vida do ser humano. Porém há uma tendência à individualização na sociedade contemporânea que dificulta a identificação do homem como parte do meio ambiente, considerando os problemas ambientais como de responsabilidade apenas do poder público. No entanto, percebe-se que a ação conjunta e participativa da sociedade seria fundamental para melhores resultados no gerenciamento do resíduo sólido.

O conceito de resíduo sólido pode variar de acordo com a época ou localidade, atualmente, o resíduo sólido é definido como:

[...] qualquer resíduo nos estados sólido e semissólido, que resultem de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola,

de serviços e de varrição. Ficam inclusos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT, ano, p. 1).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ainda define os resíduos na equivalência do lixo, significando: “material desprovido de utilidade pelo seu possuidor”. No cotidiano fomos acostumados a associar o lixo à sujeira, imundice, restos, tecnicamente ele é conhecido como “Resíduo Sólido Urbano” (RSU) (BRASIL, 2004).

Essa concepção do lixo como “resto” vem mudando, com a busca da sociedade e do poder público em alternativas sustentáveis para a disposição final, tratamento e diminuição do lixo produzido e descartado.

Com o gerenciamento adequado dos resíduos poderiam ser minimizados os impactos ambientais e prejuízos à saúde pública decorrentes da liberação de emissões gasosas e líquidas associadas às suas características (ZANTA & MARINHO, 2006).

O crescimento acentuado da geração de resíduos sólidos e a sua concentração espacial devido à urbanização diminuem as chances de assimilação dos resíduos pelo meio ambiente, sem que haja alterações, muitas vezes significativas, na qualidade da água, do solo e ar, ou seja, do meio físico. A poluição destes compartimentos ambientais pode atingir níveis de contaminação afetando o meio antrópico (homem) e biológico (fauna e flora). As características físicas dos resíduos podem ser associadas a vários impactos negativos no meio físico como alteração da paisagem pela poluição visual, a liberação de maus odores ou substâncias voláteis pela decomposição dos resíduos (ZANTA & MARINHO, 2006, p.6).

Da decomposição dos resíduos resulta um líquido chamado de chorume que além de odor fétido é altamente poluente, pode aumentar o seu volume com as chuvas, penetrar no solo e água subterrânea, contaminando-os. Ocorre também a geração de gases como o metano e o gás sulfídrico, que impactam o meio ambiente e criam riscos a saúde pública (MUCELIN, 2004, p.26).

Os riscos a saúde pública, decorrentes da insalubridade do meio, afetam com maior intensidade as populações de menor status socioeconômico, já os problemas ambientais originados do desenvolvimento atingem mais homogeneamente a todos os estratos sociais (HELLER, 1998).

Os indígenas no Brasil se incluem nas populações de status socioeconômico menor. A expansão econômica brasileira com apropriação dos territórios indígenas, as mudanças sociais, econômicas e ambientais a que esses povos foram submetidos, são fatores que levaram a situação atual de conviverem em ambientes precários, com escassez de recursos naturais e de terra para o plantio, impossibilitando sobreviverem da maneira tradicional, conforme seus ancestrais (BRAND, 2001).

Tais mudanças históricas exerceram importante influência sobre os determinantes e os perfis da saúde indígena brasileira, quer seja por introduzir patógenos exóticos nas aldeias ocasionando graves epidemias; quer seja pela usurpação de territórios que inviabilizaram a subsistência; e a diminuição considerável do número de indivíduos ou comunidades inteiras por perseguição e morte (COIMBRA Jr & SANTOS, 2001).

Há estudos realizados com indicadores de saúde intestinal que refletem a condição desfavorável e as precariedades dos ambientes em que atualmente vivem as populações indígenas, sobretudo aquelas sujeitas a profundas mudanças em seu modo tradicional de vida (LINHARES, 1992).

Um estudo realizado na aldeia indígena de Rio das Cobras, também no Paraná, encontrou uma alta incidência de parasitas intestinais, o que, segundo o autor, de certa forma já era esperada devido à inexistência de tratamento de água e de saneamento básico. Os habitantes da aldeia moram em casas cuja estrutura da maioria era de materiais reaproveitados, tais como papelão, plástico, lona e palha, o que deixa os indígenas mais expostos e vulneráveis a contaminação ambiental. Exposição esta que ocorre inclusive em seu local de trabalho, às margens da rodovia, onde confeccionam produtos artesanais para subsistência (GILIO; MIORANZA & TAKIZAWA, 2006).

Outra pesquisa desenvolvida, esta com a população Xakriabá em Minas Gerais, conclui que há reduzida compreensão das particularidades da população indígena brasileira sobre seu comportamento e seus hábitos sanitários e a associação destes com o estado de saúde. Traz também à tona a reflexão de que mesmo nas populações com características dominantes, existem lacunas no entendimento sobre a relação entre o saneamento e a saúde. (PENA & HELLER, 2008).

As mobilizações das comunidades e das instituições contribuem para o equacionamento dos problemas de manejo, tratamento e disposição final dos resíduos existentes. Pois, as soluções são construídas de forma participativa e os interessados compartilham do conhecimento sobre a “relação ambiental, saúde e resíduos sólidos, permitindo conciliar requisitos técnico-ambientais com a realidade social, cultural e econômica da comunidade” (ZANTA & MARINHO, 2006, p. 10).

O mesmo autor sugere que o plano de gerenciamento de resíduos:

[...] deve ser construído de modo participativo para se assegurar uma maior sustentabilidade ao Sistema de Limpeza Urbana – SLU. Este compreende atividades como a promoção de não geração de resíduos e reaproveitamento na fonte, a coleta e transporte, valorização e tratamento até a disposição final (ZANTA & MARINHO, 2006, p. 9).

Em 2004, estimou-se que no Brasil, a produção anual de lixo era em torno de 44 milhões de toneladas, sendo que a maior parte dos resíduos recolhidos nos centros urbanos era simplesmente jogada sem qualquer cuidado em depósitos existentes nas periferias das cidades (TEIXEIRA, 2004). Em um estudo mais recente, a quantidade de resíduo sólido coletado diariamente no Brasil, no ano de 2008, foi estimada em 183.488 toneladas, ou seja, indicou-se um aumento na quantidade produzida nos últimos anos. Já no Paraná, a quantidade diária foi estimada em 7729 toneladas por dia (PNSB, 2008).

A reutilização e a reciclagem além de diminuir o descarte de materiais que demoram a se degradarem e se integrarem ao ambiente, pode representar fontes de renda e abertura de vagas no mercado de trabalho. Sobre os desperdícios com os resíduos sólidos, estudo de 1998 afirma que o Brasil destruiu uma fortuna de 4,6 bilhões de dólares, que apodreceram a céu aberto contaminando o solo e a água e disseminando doenças (MUCELIN, 2004).

Alguns municípios brasileiros perceberam a potencialidade econômica do lixo e investiram em diferentes projetos para reduzir, o problema do lixo sólido. Um exemplo é a cidade de Assis (SP) que coleta 50 toneladas diárias de lixo e reaproveita 95% deste, reciclando 35% e transformando 60% em adubo utilizado nos canteiros de horticultura, floricultura e plantas medicinais no horto florestal.

Os programas no Brasil de coleta seletiva estão aumentando e atualmente há 994 programas nos municípios brasileiros de acordo com a PNSB (2008).

Contudo, a maior parte da seleção do lixo é exercida pelo trabalho informal dos catadores de lixo, em atividade insalubre, na busca de renda para o sustento familiar.

Os resíduos, de acordo com o processo que lhes deu origem, sua característica e seus constituintes, podem causar diferentes impactos à saúde e ao meio ambiente. A sua classificação envolve a identificação destes itens, normatizados pela ABNT, NBR 10.004 de 2004. Para os efeitos desta Norma, os resíduos são classificados em:

a) resíduos classe I – Perigosos, aqueles que apresentam propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, que possam apresentar risco à saúde pública, e risco ao meio ambiente quando descartados de forma inadequada. Ou que ainda apresentem características inflamáveis, corrosivas, de reatividade ou toxicidade.

b) resíduos classe II – Não perigosos;

– resíduos classe II A – Não inertes; podem ter propriedades, tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.

– resíduos classe II B – Inertes; que não são decompostos facilmente, como plástico e borracha.

Quanto à origem dos resíduos sólidos, estes estão divididos em várias categorias, conforme o quadro 1.

Domiciliar	Resíduos provenientes das residências, constituído por restos de alimentos, produtos deteriorados, embalagens em geral, papéis, jornais etc.;
Comercial	São os resíduos originados nos diversos estabelecimentos comerciais de serviços, tais como supermercados, bancos, lojas, restaurantes etc.;
Público	São aqueles originados nos serviços de limpeza urbana pública;
Serviços de Saúde	Resíduos provenientes de hospitais, clínicas médicas ou odontológicas, laboratórios, farmácias etc., é potencialmente perigoso, pois pode conter materiais contaminados;

Industriais	São resultantes de processos industriais. O tipo de lixo varia de acordo com o ramo da atividade industrial;
Agrícola	Resulta das atividades da agricultura e da pecuária. É constituído por embalagens de agrotóxicos, rações, adubos, restos de colheita, dejetos da criação de animais, etc.
Entulho	Resto da construção civil, reformas demolições, etc.

QUADRO 1 – Categorias dos resíduos classificados quanto à origem.

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2006.

Nos municípios brasileiros o destino final dos resíduos em vazadouros a céu aberto (lixões) representaram 50,8%. Na Região Sul houve o menor registro brasileiro de destinação dos resíduos sólidos aos lixões, representando no estado de Santa Catarina 2,7%, no Rio Grande do Sul 16,5% e no Paraná 24,6%. Os municípios do Estado de Santa Catarina se destacaram apresentando um total de 87,2% desses resíduos destinados a aterros sanitários controlados, seguido dos municípios do Estado do Paraná com 81,7% e Rio Grande do Sul com 79,2% (PNSB, 2008).

Comparando-se a pesquisa de 2008 à realizada no ano 2000, pelo IBGE, percebemos uma redução do número de lixões no Brasil, de 72,3% para 50,8%. No entanto, mais da metade de todo o nosso lixo continua sendo descartado inadequadamente a céu aberto, o que representa riscos a saúde pública e outros impactos no meio ambiente.

Inicialmente no Brasil, a política de saneamento não contemplava outros aspectos referentes ao meio ambiente, pois tinha um olhar mais voltado à disponibilização de água tratada e esgotamento sanitário. A ampliação desta política abrangendo também o resíduo sólido é relativamente recente, mais precisamente a partir de 2007 com a lei nº 11.445, discutida no item abaixo.

2.4 O RESÍDUO SÓLIDO (LIXO) SOB O ENFOQUE DO SANEAMENTO AMBIENTAL

O progresso das civilizações trouxe, como consequência, o agrupamento de pessoas em adensamentos demográficos cada vez maiores. Junto com o maior conforto, com a maior oportunidade para a vida social, que esses agrupamentos

proporcionavam, apareceram sérios problemas de saúde pública, tais como necessidade de grande volume de água para suprimento, disposição de volume considerável de esgotos, afastamento dos resíduos, etc. Assim, ao lado das vantagens, surgiram também inúmeros inconvenientes (BARRETO, 1973).

Grande parte dos problemas de saúde dos humanos está ligada diretamente à falta de saneamento básico, sendo que mais de um bilhão dos habitantes da Terra não tem acesso a serviços básicos de higiene, muito embora, todo ser humano tem o direito a uma vida saudável. No Brasil, o quadro epidemiológico, em males como a dengue, cólera, leptospirose e esquistossomose, são exemplos de doenças advindas da falta de saneamento básico ou de sua inadequação (FUNASA, 2007).

O saneamento básico, de acordo com a lei nº 11.445/2007, é compreendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais das atividades de abastecimento de água potável, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (BRASIL, 2007).

Historicamente o conceito de saneamento básico limitava-se à água e ao esgoto evoluindo para um viés mais amplo, onde além de englobar os sistemas de abastecimentos de água (SAA) e os sistemas de esgotamentos sanitários (SES), abrange também o manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, buscando a melhoria das condições de vida urbana e rural através do aumento dos níveis de salubridade ambiental. Ao longo das décadas, o saneamento básico se desenvolveu de forma fragmentada sem uma política definida, até que em 2007, uma nova lei criou a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), passando a ser denominado Saneamento Ambiental, com esse enfoque no meio ambiente incluindo a problemática dos resíduos sólidos (GOMES, 2013).

Os serviços de saneamento básico somados ao emprego, renda familiar e alimentação estão relacionados à qualidade de vida da população. Acontece que no Brasil, as desigualdades sociais existentes deixam uma grande camada da população com atendimento precário de saneamento refletindo negativamente em suas condições de vida.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2007 demonstram que nas áreas urbanas houve melhorias na cobertura dos serviços de saneamento, entretanto nas periferias urbanas e áreas rurais, especialmente nas

comunidades tradicionais, ainda há desigualdades quanto ao nível de atendimento e qualidade dos serviços. Há disparidade também nos serviços de coleta dos resíduos sólidos, para a população urbana estes estão disponíveis para quase 97,6% e nas áreas rurais esta cobertura não chega a 27% da população.

Com o intuito de proporcionar melhoria na saúde, qualidade de vida e cidadania dos brasileiros, o Ministério das cidades, num amplo processo participativo, sob a coordenação do Governo Federal, está em fase final de elaboração da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). O PLANSAB é um planejamento estratégico para o futuro do setor de saneamento brasileiro, regulamentada pelo Decreto nº 7217/2010, e que é previsto na Lei supra citada das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei 11.445/2007.

O saneamento básico nas terras indígenas também é previsto no PLANSAB, o qual engloba também as áreas quilombolas e reservas extrativistas da União, as propostas de plano de ação são para vinte anos e devem ser avaliados anualmente e revisados a cada quatro anos (PLANSAB, 2013).

Os critérios para a determinação do déficit orientam todo o Plano e adotam maior amplitude conceitual, conduzindo à construção de uma definição que contempla, além da infraestrutura implantada, os aspectos socioeconômicos e culturais, levando em conta três situações distintas: atendimento adequado, atendimento precário e sem atendimento, sendo que o déficit corresponde às duas últimas situações, conforme sintetizado no quadro 2.

Componente (1)	Atendimento adequado	Déficit	
		Atendimento precário	Sem atendimento
Abastecimento de água	- Fornecimento de água potável por rede de distribuição, com ou sem canalização interna, ou por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, em qualquer caso sem intermitência prolongada ou racionamento.	- Dentre o conjunto com fornecimento de água por rede, a parcela que: - recebe água fora dos padrões de potabilidade; - Tem intermitência de prolongada ou racionamento; - Dentre o conjunto com fornecimento de água por poço, ou nascente a parcela cujos domicílios não possuem canalização interna de água,	Todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas.

		que recebem água fora dos padrões de potabilidade e, ou que tem intermitência prolongada; - Uso de cisterna para água de chuva que forneça água sem segurança sanitária e, ou, em quantidade insuficiente para proteção à saúde; - Uso de reservatório ou caixa abastecido por carro pipa.	
Esgoto sanitário	-Coleta de esgotos, seguida de tratamento; - Uso de fossa séptica	- Coleta de esgotos, não seguida de tratamento; - Uso de fossa rudimentar.	
Manejo de resíduos sólidos	- Coleta direta, com frequência, para a área urbana, diária ou dias alternada e com ausência de vazadouro a céu aberto como destino final.	Dentre o conjunto com coleta, a parcela: - na área urbana com coleta indireta ou direta, cuja frequência não seja pelo menos em dias alternados.	

QUADRO 02 - Critérios do déficit de atendimento e a evolução tecnológica do setor.

Fonte: <http://www.cidades.gov.br>, acesso em 10/07/2012.

⁽¹⁾ Em função de suas particularidades o componente drenagem, e manejo de águas pluviais urbanas tem abordagem distinta.

Em dezembro de 2008 foi lançado o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, que busca a adesão da sociedade em relação às estratégias e o processo de elaboração do PLANSAB. Em decorrência deste pacto, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades firmaram o “Compromisso pelo Meio Ambiente e Saneamento Básico” que consiste em construir e contribuir para a definição do conjunto de ações a serem estruturadas para atingir as metas preconizadas pela Lei de Saneamento Básico até o ano de 2020 (MMA, 2014).

De acordo com a PLANSAB (2013), o saneamento deve abranger ações de interesse para a melhoria da salubridade ambiental das populações de baixa renda, provendo-as de banheiros e unidades hidros sanitárias, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos incluem o conjunto da infraestrutura, instalações e atividades operacionais para a coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

O saneamento básico nas comunidades indígenas é previsto também no Plano Plurianual (PPA), o qual consiste em um novo modelo de planejamento com visão estratégica para o desenvolvimento em longo prazo, com base no planejamento participativo, na revisão periódica do plano e na valorização da gestão. É um modelo integrado de planejamento e orçamento que foi estabelecido a partir das inovações da Constituição Federal de 1988 (PADILHA, 2008).

O PPA 2000-2003 especificava o “Programa 150 – Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas” com a finalidade da integridade cultural e territorial dos Povos Indígenas. A Ação 4 – Saneamento Básico em Comunidades Indígenas ficou como atribuição do Ministério da Saúde, através da Funasa. Já no PPA 2004-2007 esta ação passou a compor o “Programa 1287 - Saneamento Rural/Ação - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas” que tinha como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental nas áreas rurais, abrangendo as populações residentes em assentamentos da reforma agrária, localidades com até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como a população indígena, quilombolas e os povos da floresta (GOMES, 2013).

A tendência histórica de limitar o saneamento básico à cobertura de água e esgoto não relacionando a qualidade da água e seus rejeitos aos resíduos sólidos, só alterou-se com o novo PPA 2012-2015, onde no programa denominado Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, a ação 7684 que contempla o Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos traz a Iniciativa 0445 que prevê a implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas (GOMES, 2013).

Como citado acima, a exigência de planos de gerenciamento de resíduos sólidos nas Terras Indígenas é recente, e portanto, o saneamento básico permanece voltado às questões da água e do esgoto e continuam ausentes ações voltadas à questão do resíduo sólido nas áreas indígenas. Segundo Gomes, 2013, p. 45:

Atualmente com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) trazendo exigências para a elaboração de planos de gerenciamento por parte dos geradores de resíduos, forçou a SESAI através da área de saneamento ambiental no nível nacional, a buscar de forma reativa, a implantação de ações de resíduos sólidos em terras indígenas.

As ações para o saneamento ambiental nas Terras Indígenas devem respeitar as especificidades desta etnia, assim, se torna importante compreender como os indígenas percebem o meio ambiente e de que maneira isso influencia no que consideram prioridade em relação as suas necessidades. Desta forma, o capítulo 3 procura abordar o contexto da percepção ambiental, discutindo as variações existentes na forma de perceber o ambiente em que vivem devido a questões culturais e socioeconômicas.

CAPÍTULO 3

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO INDÍGENA

A história de ocupação do território brasileiro aconteceu de acordo com as práticas produtivas de determinada época, assim como a utilização dos recursos naturais e a ocupação demográfica, que na verdade, nunca foram de forma equilibrada, e afetaram os ecossistemas naturais com o progresso, a organização e a expansão da cidade. O sistema econômico vigente exerce pressão sobre a população, a qual sente suas consequências perversas no ambiente, nas inversões de valores culturais, nos problemas econômicos, refletindo em sua qualidade de vida. A relação do ser humano com a natureza foi se distanciando pouco a pouco, a relação se tornou cada vez menos direta, no entanto, mais conflituosa e banal (MELAZO, 2005).

A população indígena que reside nas Terras Indígenas difere do morador urbano, pois o ambiente natural ainda é essencial para esses povos que mantêm um contato mais intenso e direto com a terra e com os animais, de onde provém o seu alimento da caça, coleta e pesca. Atualmente a restrição territorial não permite que a única fonte de subsistência aconteça da forma tradicional, o que leva ao trânsito entre cidade e floresta e, nesse contato frequente com o mundo dos brancos, as percepções indígenas sobre o meio em que vivem vem sendo alteradas. Nessa atual conjectura, é interessante compreender como o indígena contemporâneo, com diferenças importantes relacionados aos valores culturais e à maior integração com o meio, percebe o meio ambiente no contexto das mudanças ambientais, sociais e os problemas econômicos vigentes.

Há inúmeras diferenças relacionadas às percepções e aos valores existentes entre os indivíduos que são influenciados por diversas culturas, grupos socioeconômicos, desigualdades e realidades encontradas. A análise da percepção ambiental deve estar atenta a essas inúmeras diferenças (MELAZO, 2005).

Mas o que é percepção? E mais especificamente, o que significa percepção ambiental? É dessas questões que se ocupa o presente capítulo.

3.1 AS TRADIÇÕES CULTURAIS E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Percepção é um termo em latim - *perceptione* -, uma palavra que pode ser entendida como tomada de consciência da forma de qualquer objeto ou de uma circunstância vivenciada (MUCELIN & BELLINI, 2008). Para Ferreira (1999) a percepção é a elaboração mental e consciente a respeito de determinado objeto ou fato, quer clarificando, distinguindo ou privilegiando alguns de seus aspectos, quer ao associá-la a outros objetos ou contexto.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto resultado das percepções, dos *processos cognitivos*, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes, e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente (FAGGIONATO, 2007).

Percepção ambiental pode ser definida então como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (MACEDO, 2007).

Saber como os indivíduos com o qual se trabalhará, percebem o ambiente em que vivem, suas fontes de satisfação e insatisfação é de fundamental importância, pois só assim, conhecendo a cada um, será possível a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade do público alvo (FAGGIONATO, 2007). Ainda segundo o mesmo autor para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância.

Sobretudo naquelas populações nativas onde o conhecimento sobre as características do meio natural é extraordinário. Ademais, cada localidade e cada ambiente apresentam usos, atividades produtivas, relações de empatia, pertencimento e dinâmica próprios, que refletem as diferentes percepções ambientais dos seus agentes sociais (PINHEIRO et al, 2011).

Os indivíduos têm diversas percepções do meio no qual estão inseridos e a importância que conferem ao ambiente que os cercam interfere nas decisões do que consideram prioridades em relação ao meio. As pesquisas em Percepção Ambiental partem da ideia de que cada pessoa, grupo social ou sociedade apresenta sua

forma de ver e sentir o ambiente que os rodeia, bem como mantêm relações diferenciadas com o seu espaço natural. Não obstante, para se intervir em determinada realidade, seja para conhecer as relações entre o homem e o meio ambiente, seja para definir novas ações e projetos de cunho econômico, ambiental ou social para esta localidade, faz-se necessário entender como esta sociedade se apropria dos seus recursos naturais e transforma-os para atender as suas necessidades (PINHEIRO et al, 2011).

Corroborando com Pinheiro (2011), Vilhena e Oliveira (2010), mencionam que as ações de cada indivíduo estão relacionadas à sua visão de mundo, e que se tende a entender que os elementos naturais possuem valor enquanto recursos para a dominação e não para a preservação. Deste modo, para se estudar e avaliar as ações dos indivíduos e sua qualidade de vida é imprescindível que se trabalhe como estas pessoas ou grupos, percebem o seu ambiente e os ambientes em que se inserem. As representações dos grupos aos quais os indivíduos pertencem são fundamentais na formação de opiniões e na afirmação das ações individuais.

Fernandes (2004) ressalta a importância das pesquisas com a percepção ambiental para o planejamento do ambiente. Segundo o autor, um dos motivos da proteção dos ambientes naturais ser complicada, tem origem na existência de diferença entre os indivíduos na percepção dos valores e da importância que conferem a estes valores, conforme sua cultura ou desempenho de função diferenciada dentro dos grupos socioeconômicos nesses ambientes.

Já especificamente no caso brasileiro, Vilhena e Oliveira (2010) traz alguns motivos históricos relacionados à carência brasileira na proteção do meio ambiente de forma mais concreta e participativa socialmente. Dentre as causas, cita a criação pelo Estado de instituições para administrar o meio ambiente visando à obtenção de investimentos internacionais nos projetos federais. De acordo com o autor, a criação destas instituições fez surgir um movimento ecológico que se difundiu com intensidade desigual nas diferentes parcelas da sociedade, especialmente nas menos favorecidas, com baixa renda e escolaridade.

Vilhena e Oliveira (2010) ressaltam em seu estudo, realizado na Ilha do Marajó, no Pará, que apesar da área estudada oferecer potencialidades naturais, o uso inadequado e práticas de utilização do solo e manejo dos recursos naturais, devem ser orientadas e controladas para evitar a degradação ambiental, que tragam

como consequência resultados negativos no ecossistema envolvido, com o desequilíbrio e alteração do meio ambiente. Como exemplo da necessidade de mudanças, o autor cita a presença de um lixão a céu aberto e um cemitério as margens do rio Arapixi.

A percepção ambiental concebe que o homem é portador de uma cultura e realça seu papel como tomador de decisões. O homem utiliza seu sistema de valores e suas decisões como uma rota para revelar os conteúdos contidos em sua cabeça e examinar essas relações entre o mundo exterior ao homem e esse conteúdo. Portanto, a percepção ambiental admite que cada pessoa tem uma “imagem” do mundo, e que em cada cultura essas imagens são compartilhadas. Desta forma, sendo o comportamento humano a relação das imagens do mundo, e estas imagens variando de cultura para cultura, a percepção ambiental se torna um instrumento para a pesquisa intercultural (OLIVEIRA, 2006).

Por isso justifica-se a importância de pesquisar os valores e as práticas ambientais exercidas pelos indígenas, como eles percebem o ambiente em que vivem e que informações, que “imagens” compartilham na sua sociedade. A participação ativa dos indígenas na discussão do contexto ambiental poderá permitir que os seus interesses sejam reconhecidos. Contudo, os anseios, as necessidades, e as atitudes que realizam direcionadas a questão ambiental perpassam pelo nível de informação previamente adquirido, e às vezes é necessário que os problemas ambientais sejam trabalhados para que se promova a conscientização das pessoas.

Segundo Vilhena e Oliveira, (2010), “o despertar dessa conscientização consiste em informar o público sobre a relevância de um fenômeno para suas vidas. Informar no sentido de educar”.

O estudo de Villar et al, 2008, concluiu que é importante valorizar os aspectos locais da cultura e do ambiente para produzir material didático adequado, de maneira a possibilitar os professores a reciclagem de seus conhecimentos para que desta forma estejam aptos a estimular os jovens ao enfrentamento dos problemas locais. Esses autores levantam a questão sobre o descarte dos resíduos (lixo) sugerindo incluir as questões sanitárias preventivas no contexto da educação em saúde e ambiental. Ainda ressaltam a importância do profissional de saúde como agente de promoção na educação ambiental, visto que interage com as pessoas, divulgando informações, levando conhecimento à sociedade sobre as doenças

transmitidas pela água e pelo lixo, e as formas a serem empregadas para prevenção, controle e tratamento.

Por outro lado, os gestores públicos e formuladores de políticas, também dispõem de inúmeros mecanismos, técnicas e informações que podem contribuir para uma leitura mais aproximada da realidade local, dos problemas sociais e das formas de interação entre sociedade e meio ambiente. Nesse contexto, a percepção da população se torna importante aliado para o poder público quanto à leitura da realidade social, podendo tornar as decisões da gestão mais adequadas à realidade local, e ainda sugerir alterações no modelo vigente (RODRIGUES et al, 2012).

No entanto, estudos específicos sobre a percepção ambiental indígena não foram encontrados durante as pesquisas bibliográficas realizadas. Contudo, mesmo quando o foco não é esse nos estudos, eles incitam as relações distintas existentes na cultura indígena e que nos permitem refletir que a forma de perceber o ambiente é diferenciada.

O povo Baniwa, por exemplo, um grupo Aruak que vive no Noroeste amazônico, possui tradição mítica na cosmologia Baniwa, que coexiste com as transformações históricas enfrentadas no contato com o mundo não indígena. A população se tornou sedentária e progressivamente a pesca está se tornando escassa, o que representa ameaça a sua subsistência, cuja origem é atribuída por eles ao aumento da população e ao abandono do conhecimento ancestral. Para as populações indígenas na Amazônia existiria uma união de espírito entre humanos e animais, apesar de uma distinção corporal zoomórficas e antropomórficas em coexistência. As versões míticas que tratam da origem dos peixes, lagos, rios refletem nas relações das sociedades indígenas amazônicas com a natureza, o que influencia na forma de perceber o ambiente (GARNELO, 2007).

Em uma parte do texto o autor supracitado conta que pelo misticismo Baniwa, é através do canto, da dança e da fumaça do tabaco que acontece o repovoamento dos lagos pelas serpentes criadas pelo poder da família ancestral. Há certo grau de familiarização com as serpentes que possibilita uma relativa convivência com os humanos. Na cosmologia Baniwa, os peixes e os ancestrais da humanidade mantêm relações de afinidade, ao passo que os pássaros costumam figurar nos relatos como aliados próximos ou consanguíneos.

Os relatos míticos que tratam da origem dos animais e de que forma se organizam nesta relação com os homens, demonstram a interação dessas tribos indígenas com a natureza.

Tanto o ambiente natural como os ambientes construídos são percebidos de acordo com os valores e as experiências individuais dos homens que lhe atribuem significado e valor conforme o grau de importância que exercem em suas vidas. A forma de percepção do mundo está relacionada às diferentes personalidades, à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica. Para cada ser humano as imagens, seus significados, as impressões absorvidas, os laços afetivos e a percepção do ambiente são únicos (RODRIGUES et al, 2012).

Um estudo sobre percepção ambiental realizado em Florianópolis com moradores, turistas e mediadores de turismo, identificou o meio ambiente principalmente como natureza, entretanto, o contrário não ocorreu com a mesma magnitude. Independentemente de qual grupo pertenciam, definiram o meio ambiente como natureza, mas não privilegiaram os conceitos relacionados com o contexto, as preocupações e dimensão político-social que acompanham a visão ambientalista. Os resultados evidenciam também que os turistas e mediadores do turismo manifestam uma visão de natureza como um elemento a ser admirado e usufruído. Já o grupo de moradores locais, acentua a importância da preservação da natureza. Portanto, as experiências individuais e o ponto de vista diferente influenciam no significado para o indivíduo. Os que moram ali preocupam-se com a preservação, com a necessidade de cuidar para as gerações futuras e com o desenvolvimento sustentável (SCHÜLZE, 2000).

Da mesma forma que as diferenças socioeconômicas e culturais estão relacionadas ao modo de perceber o ambiente que se está inserido, tanto no ambiente natural como no urbano, há diferenças de como essa população percebe a interface entre o meio ambiente e a saúde.

O povo Baniwa, citado anteriormente, realiza rituais com recitações de fórmulas sopradas com a fumaça do tabaco, no intuito de potencializar o poder contido nas palavras. Esses rituais podem ser utilizados para a obtenção de sucesso nas roças, nas pescarias, nas caçadas, mas também está relacionado com a promoção da saúde e com a cura de doenças (GARNELO, 2007).

Trabalhar com as questões do meio ambiente e saúde nas comunidades indígenas representam conflitos tanto por parte dos índios quanto dos não índios. Há oposição em relação às práticas tradicionais de cura e crenças indígenas, com a execução das ações dos programas de saúde. Assim, compreender como os indígenas percebem o organismo humano, a que atribuem a causa de doenças e conhecer as terapêuticas da medicina tradicional, possibilita a integração entre os dois sistemas médicos (CONFALONIERI, 1989).

Na teoria parece fácil essa compreensão. Mas a variedade de significados e valores conferidos aos ambientes, lugares e seres, torna a tarefa de identificação das percepções extremamente difíceis, porque há distinção entre os indivíduos na atribuição de valor. As impressões dos objetos e conseqüentemente o significado e o valor atribuído é adquirido pelas sensações. E as sensações são obtidas através dos órgãos dos sentidos, que nos permitem formar ideias e imagens para compreendermos o mundo que nos rodeia (MELAZO, 2005).

A percepção individual ocorre através dos órgãos dos sentidos associados a atividades cerebrais. Os estímulos sensoriais, os sentimentos relacionados ao espaço e a paisagem originam-se de experiências comuns voltadas para o exterior. (RODRIGUES, et al 2012). Há um processo ativo de interpretação das sensações pela mente humana, ou seja, no processo perceptivo há contribuição fundamental da inteligência, que é motivado pelos valores socialmente adquiridos, sendo estes éticos, morais, culturais ou experiências vividas por aqueles que o percebem. Portanto, não podemos deixar de associar aos sentidos e processamento mental, a gama de simbolismos que existem nos grupos sociais e em cada indivíduo, que possuem diferentes culturas e valores, para que então possamos melhor compreender essa inter-relação homem X natureza X percepção (MELAZO, 2005).

Parece repetitivo voltar ao contexto de outros capítulos abordando-se a influência do processo histórico e da expansão capitalista no mundo globalizado, acontece que mesmo na Amazônia, esse processo vem transformando as crenças dos mais jovens, reduzindo o acervo de conhecimentos sobre a natureza. O povo Baniwa, já citado, procura atualmente através dos seus líderes, utilizar os seus saberes sobre a natureza, favorecendo o acesso a mercadorias que consideram essenciais ao modo de vida que levam. Desse modo, procuram estimular os mais

jovens na retomada dos conhecimentos cosmológicos que regem sua existência (GARNELO, 2007).

Esta questão levanta a discussão que no mesmo grupo social, há diferentes significados e forma de perceber o meio ambiente, e que o contato com não indígena vem alterando os modos de vida tradicionais e a forma de organização das aldeias, mesmo nos povos que supostamente estariam mais distantes do contato com o “branco”. Os contatos interétnicos pouco a pouco fazem com que os indígenas no Brasil absorvam a cultura “civilizada” do mundo capitalista, contudo, representam um povo com tradições diferentes, e no intuito de respeitar e auxiliar na manutenção ou resgate cultural indígena é necessário que se compreenda como essa etnia percebe e interage com o meio ambiente em que vive, para que as ações nas Terras Indígenas sejam realizadas de acordo com seus reais interesses, valores, aspectos culturais e ambientais.

Nesse contexto, o próximo capítulo discute as percepções da população da Terra Indígena de Mangueirinha em relação ao descarte do lixo e sobre seus impactos na saúde e no ambiente da aldeia, conforme os resultados obtidos na pesquisa.

CAPÍTULO 4

DESCARTE DE LIXO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES DA TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA

As rápidas e constantes transformações impostas pelo sistema competitivo e de estímulo ao consumo, atinge as Terras Indígenas mesmo mais distantes, promovendo alterações nas formas de organização e economia tradicionais. Impossibilitados de viver como seus ancestrais a base dos recursos naturais, muitos indígenas optaram pelos trabalhos externos à aldeia, o que permitiu maior rendimento financeiro e aumento do consumo de bens industrializados. Este fato vem transformando as características do lixo descartado, antes basicamente orgânico, e atualmente proveniente de produtos industrializados, como garrafas plásticas, vidros, sacolas, fraldas descartáveis, que podem levar anos para se degradarem. Contudo, a maioria das Terras Indígenas no Brasil não possui coleta de lixo o que tem levado a população a descartá-lo a céu aberto, o que impõem riscos ao meio ambiente e a saúde e qualidade de vida da população.

A Terra Indígena Mangueirinha localiza-se próximo a centros urbanos, o que facilita a interação entre as etnias indígena e não indígena. Além dessa proximidade, houve ainda um processo histórico desfavorável, no qual se concedeu a área central do território indígena, a Gleba B, a uma madeireira, o que intensificou o contato com o branco e iniciando um processo intenso de aculturação. Atualmente muitos habitantes das aldeias trabalham em indústrias da região e já é comum a saída dos jovens para os grandes centros em busca do ensino superior ou profissionalizante. Já faz parte do cotidiano da população a utilização de eletrodomésticos nos domicílios, o uso de telefones celulares, e o uso de notebook. Há certa dependência indígena em relação aos alimentos consumidos, em sua grande maioria comprados, o que aumenta o número de embalagens e rejeitos para se desprezar. Não diferente do restante do país, a coleta de lixo nas aldeias é precária o que emana problemas no seu descarte.

O presente capítulo apresenta e discute os dados da pesquisa. O texto está organizado em três tópicos: 1) perfil cultural alimentar e socioeconômico da

população indígena de Mangueirinha; 2) o método de descarte do lixo utilizado pela população investigada; 3) a percepção dos indígenas sobre meio ambiente e seus impactos na saúde.

4.1 PERFIL CULTURAL ALIMENTAR E SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DE MANGUEIRINHA

A coleta de dados foi realizada nas aldeias localizadas no município de Mangueirinha, sendo elas: Aldeia Sede ou Campina e Paiol Queimado. Nessas aldeias residem indígenas da etnia Kaingang. A aldeia Sede/Campina apresenta 573 moradores, destes 309 do sexo feminino e 264 do sexo masculino. A aldeia Paiol Queimado apresenta 113 moradores, sendo 51 do sexo feminino e 60 do sexo masculino, segundo dados coletados no Posto de Saúde localizado na aldeia Sede/Campina.

No total foram entrevistadas 15 pessoas, porém duas entrevistas não puderam ser analisadas pelos seguintes motivos: um dos entrevistados iniciou a entrevista, mas não permitiu a gravação de voz, e a outra entrevista não pode ser transcrita na íntegra, pois períodos da entrevista ficaram inaudíveis.

A amostra deste estudo de caso consistiu em 13 entrevistados sendo dez da Aldeia Sede/Campina, e três da aldeia Paiol Queimado. Quanto ao gênero, sete eram do sexo masculino e seis do sexo feminino. Destes, nove eram casados, dois eram solteiros, um viúvo e um separado. O número de pessoas residentes em cada domicílio variou entre duas e oito pessoas, houve uma frequência maior de quatro residentes por domicílio.

Alguns indígenas casam no civil e na igreja como os não indígenas, mas há um outro procedimento específico da etnia que consiste no casamento administrativo, realizado na aldeia, conforme o relato a seguir:

Somos casados aqui pelo sistema da aldeia mesmo, não que seja civil. Uns falam que não vale como casamento civil, né. Eu acho que até uns dois, três anos atrás valia, né. Mas agora diz que não tá valendo mais. Na verdade se a gente quiser casar assim pela igreja, no civil a gente pode casar. Mas nós não casemo. Só pelo casamento administrativo, que eles dizem, que é aqui pela aldeia. Só ir lá a gente pede pra casar, tem o chefe do posto que tem lá, né, preenche os papel e a gente sai casado. Não precisa nem de testemunha. (Entrevistado 3)

Em relação à faixa etária e o grau de escolaridade do entrevistado, buscando facilitar a análise, os dados foram agrupados em três grupos, grupo 01,

grupo 02 e grupo 03. O grupo 01 compreende os entrevistados que estudaram até o ensino fundamental, a faixa etária variou de dezoito anos aos setenta e sete anos, no qual se incluíram um total de 5 pessoas. O grupo 02 corresponde aos entrevistados que estão cursando ou já concluíram o ensino médio, num total de 5 pessoas. O último grupo, 03, compreendeu aos que cursaram ou cursam o ensino superior, num total de três pessoas com idades que variaram de vinte a vinte e nove anos.

No grupo 01, onde são inclusos os indígenas que estudaram até o ensino fundamental, merece ser discutido um ponto: a única pessoa mais jovem, do sexo feminino e que tinha 18 anos, era uma mãe adolescente, que morava numa casa de madeira de duas peças com mais 7 pessoas, onde a família sobrevivia da agricultura e da coleta de folhas e frutos da floresta. Os demais, apresentaram idades superiores a 45 anos.

Os dados a cima demonstram que os indígenas contemporâneos da Terra Indígena Mangueirinha estão procurando a qualificação profissional. Três dos entrevistados estão cursando ou já concluíram o ensino superior. O primeiro indígena paranaense a passar na seleção de um programa de mestrado, reside na Terra Indígena de Mangueirinha, o qual se orgulhava de dizer que passou sem seleção de cotas. O motivo da referência às cotas é a existência de um processo de seleção específica para os candidatos que residem nas comunidades indígenas, denominado de Vestibular Indígena. Só para o ingresso em 2014, trinta e seis jovens participaram deste processo de seleção.

Em todo o país estudam atualmente nas escolas indígenas 163.773 estudantes. A Região Norte concentra a maior parte dos estudantes indígenas, sendo 52,5% do total. Nas demais regiões, os estudantes indígenas se distribuem da seguinte forma: no Nordeste estão 23,2%; no Centro-Oeste, 15,5%; no Sudeste, 2,9%; e na Região Sul, 5,9%. Parece pequena a porcentagem de estudantes na região sul, mas esta região apresenta a menor concentração de população indígena no país, com 78,8 mil habitantes. A maior está no norte, com 342,8 mil indígenas. O censo de 2010 evidenciou uma taxa de alfabetização maior que em 2000, mas se comparado à população não indígena, a taxa de alfabetização ainda é mais baixa, especialmente para os indígenas residentes na área rural (IBGE, 2010).

A maior parte dos pesquisados reside em casa de madeira, num total de 8 famílias, três casas são de alvenaria, uma das casas era mista de madeira e alvenaria, e uma das entrevistadas morava na estrutura da escola antiga que está desativada. Neste local, cada sala de aula abrigou uma família indígena que ainda não se beneficiou com o programa do governo. Na maioria das casas os banheiros são internos, correspondendo a dez dos domicílios pesquisados e três são externos a casa, mas possuem água encanada e fossa séptica.

As casas de alvenaria foram construídas pelo Governo Federal, e os indígenas não contemplados, construíram suas casas de madeira proveniente da floresta. A madeira para construção das casas até recentemente era retirada facilmente da floresta, no entanto, os moradores referem que atualmente há trâmites burocráticos junto ao IAP mesmo para a retirada de lenha, conforme o relato abaixo:

Até um ano atrás dava de tirar os pinheiros secos pra fazer tábua, agora não. Agora é proibido, não pode nem mais fazer tábua pra fazer a casa, né... Quem quiser tem que fazer um documento pra poder tirar esses pinheiros. (E3)

A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a partir de 2005 iniciou a construção de moradias do projeto Casa Familiar Indígena. As casas apresentam 53 m², custaram aproximadamente 10 mil reais e foram construídas em alvenaria com esquadrias de madeira, dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, forro, cobertura com telhas de cerâmica e instalação elétrica. Foram entregues 136 casas até o ano de 2006, sendo 63 no município de Mangueirinha, 62 em Chopinzinho e 11 em Coronel Vivida. O povo Kaingang foi o maior beneficiado, pois superam os Guarani em número de habitantes, 1217 da etnia Kaingang e 432 da etnia Guarani (BAGGIO, 2007).

Na fotografia 1, observa-se em primeiro plano uma casa em alvenaria proveniente do projeto Casa Familiar Indígena e ao fundo uma casa tradicional de madeira.



Fotografia 1. Casa da COHAPAR em contraste com as casas tradicionais

Fonte: Registro da pesquisadora, 2014.

Todos os indígenas entrevistados são Kaingang, pois nas aldeias localizadas no município de Mangueirinha, onde foi realizada a pesquisa, todos os moradores são dessa etnia. Há guaranis na Terra Indígena de Mangueirinha, mas como o território se estende por três municípios diferentes, os guaranis residem nas aldeias localizadas no município de Chopinzinho.

Com relação às fontes de renda dos sujeitos pesquisados, verificou-se que essas são diversificadas, predominando o trabalho assalariado, correspondendo a 64,82% da amostra. Contudo, vários indígenas têm mais de uma fonte de renda, de modo que mesmo dentre os que responderam que têm trabalho assalariado, apenas um citou apenas essa fonte. O quadro 3 apresenta os dados:

Fontes de Renda Familiar	N
Trabalho assalariado	1
Trabalho assalariado e Programa de Transferência de Renda	3
Trabalho assalariado e Agricultura	3
Trabalho assalariado, Pensão e Aposentadoria	1
Trabalho assalariado, Programa de Transferência de Renda e Agricultura	2
Agricultura e Programa de Transferência de Renda	1
Aposentadoria e Auxílio Doença	1
Aposentadoria	1

Quadro 3 – Fontes de renda familiar.

Fonte: Dados coletados e organizados pela pesquisadora, 2014.

A associação da agricultura na fonte de renda familiar representou 46,15%, quase a metade do universo pesquisado. Se observarmos que 30,7% que não utilizam a agricultura, são pessoas idosas ou com algum tipo de doença, que já recebem aposentadoria por sua idade ou auxílio doença em virtude da impossibilidade de trabalhar, o dado sobre agregar a agricultura às fontes de renda da família, se torna ainda mais representativo. Pois a parcela da população que não pratica a agricultura, referiu não ter mais condições físicas para realizá-la. Como é o caso do entrevistado que recebe auxílio doença e sua esposa aposentadoria:

Eu plantava mais pro nosso gasto, vendia bem pouco, era feijão, arroz, mandioca, batata, milho, abóbora, essas coisas aí [...] Agora eu não consigo trabalhar na roça. (E1)

O caso deste morador é interessante ser discutido. Primeiro pelo seu aspecto físico: é um senhor claro de olhos azuis, filho de mãe indígena, obeso, relatando problemas cardiovasculares decorrentes da obesidade. É importante discorrer sobre as alterações das características físicas dos indígenas no contato com o branco, não só devido à miscigenação de raças, mas pela influência no estilo de vida e nos hábitos alimentares que trouxeram intercorrências inclusive na saúde, as quais são percebidas e relatadas:

Em oitenta e seis eu fui pra Curitiba, o meu peso sempre era 75, até 80 eu ia né, mas daí eu fui pra Curitiba e comecei a parar de caminhá, não caminhava muito, ficava mais parado, né. E ela trabalhava na FUNAI, né. E daí só comendo bem e assistindo... Só na boa vida, né e a gente era acostumado a trabalhar sempre né, suá, caminhá... E daí fiquei parado e já engordei e não emagreci mais. Fui pra 100 quilo, fui pra 110 quilo, quando eu tava com 140 quilo, tinha quarenta e três anos e já tava fazendo tratamento pro coração lá em Palmas. (E1)

O E1 está aguardando cirurgia para redução gástrica, tipo de tratamento realizado nas pessoas que estão com mais do que 45 Kg do seu peso ideal; o termo técnico aplicado a esses casos é obesidade mórbida (SMELTZER & BARE, 2011). O relato de mudança no estilo de vida, com hábitos alimentares inadequados e a ausência de atividade física, foram fatores que influenciaram no desenvolvimento não só da obesidade, mas de aumento dos níveis pressóricos e conseqüente comprometimento cardiovascular.

Na sociedade atual, a obesidade tem se tornado um grave problema de saúde pública. É uma doença cada vez mais comum, cuja prevalência já atinge proporções epidêmicas. Há grande preocupação relacionada ao elevado risco de

doenças associadas ao sobrepeso e à obesidade, tais como o diabetes, doenças cardiovasculares e alguns cânceres (MELO, 2011).

Outro entrevistado também menciona a relação interétnica e os malefícios decorrentes:

Hoje nós pegamos muito o costume do branco, só que você sabe que quando existe um choque de cultura alguém acaba tendo um prejuízo depois. [...] Porque nós antigamente não consumíamos a mesma coisa, ainda agora a pouco nós tava falando com o professor... sobre açúcar. Eu tinha uns cinco, seis anos de idade mais ou menos... a gente nunca teve um pacote de açúcar assim. E hoje é normal, a gente vai no mercado compra açúcar, refrigerante [...] E antes não tinha isso... Daí esse confronto, eu digo que nos afastou um pouco da nossa cultura. Eu, por exemplo, pesava 79 Kg hoje eu peso cento e tantos quilos, mas a gente tá consumindo mais a comida do branco do que a nossa própria comida, entende? E hoje tem muito agrotóxico também são um problema sério. (E2)

Em relação ao aumento de peso, encontramos dados parecidos num estudo de revisão de literatura que comparou as comunidades indígenas brasileiras que mantem o modo tradicional de vida e as comunidades que sofreram alterações culturais, ambientais e alimentares. Identificou-se que os primeiros por realizarem atividade física intensa na obtenção dos alimentos, porque caçam, pescam e coletam, obtendo alimentos mais duros e fibrosos, também consomem mais frutas, verduras e legumes, então mantem valores normais ou menores de massa corporal. Já os que sofreram mudanças culturais, precisam obter os alimentos através da compra na cidade ou de aquisição de cestas básicas, consumindo mais alimentos industrializados como enlatados, biscoitos, açúcar e refrigerantes, essa fácil aquisição leva a reduzida atividade física e a obesidade em adultos (MOURA, BATISTA & MOREIRA, 2010).

O quadro da vulnerabilidade dos indígenas no processo de saúde-doença é um fato que nos permite trazer os conceitos do autor Ricardo Ayres (2012), pois este mostra que não há uma História Natural da Doença, mas uma História Social da Doença. Não só pelo seu contexto de desenvolvimento, mas pela forma de conta-la. Porque a perspectiva de quem vive, interage e descreve essa História, dependerá das especificidades das características físicas, cognitivas, afetivas e comportamentais dos sujeitos, que por sua vez dependem também do ambiente cultural e sociopolítico. Contudo, o autor ressalta que os programas públicos de saúde assim como as ações do governo são parte integrante do contexto social no processo de saúde e doença. O governo e os programas têm a responsabilidade de garantir a todos o acesso aos serviços de prevenção e atenção à saúde. As pessoas

e grupos que não têm esse direito respeitado são mais vulneráveis e apresentam piores perfis de saúde.

A maior vulnerabilidade dos indígenas ao desenvolvimento da obesidade é resultante da influência alimentar não indígena, com o consumo de bebidas e comidas industrializadas com características mais calóricas. Segundo os moradores a comida típica é baseada em folhas, coleta de frutos e animais caçados na floresta. Ainda há o consumo destes alimentos, mas não diariamente. A comodidade de comprar o alimento ao invés de coletar os frutos e folhas ou caçar na mata, levou o indígena a diminuir o consumo dos alimentos tradicionais.

Na verdade é igual a cultura branca já. A gente tenta preservar um pouquinho a nossa cultura, os nossos valores culturais, mas é igual. Em condições assim, não alta, a gente é igual os brancos. Na verdade, quando a gente tá com muita vontade, porque são muito gostoso as comida da cultura mesmo, daí a gente acaba indo atrás e busca no mato. E acaba fazendo, mas não que isso seja todo dia, sabe. (E3)

Agora nós já acostumemo com a mesma comida que vocês comem. Se nós come essa comida do mato que é bem forte, né, passa mal. Antes a gente comia porque não tinha outra coisa. Hoje a gente só come quando dá vontade. (E5)

Os dois relatos também abordam a questão do status socioeconômico dos indígenas. Nos trechos “*em condições assim, não alta, a gente é igual os brancos*” (E3) e “*antes a gente comia porque não tinha outra coisa*” (E5), há conotação ao poder aquisitivo indígena. Segundo Buchillet, 2007, p. 228, “as etnias indígenas no Brasil são habitualmente formadas por um pequeno número de indivíduos que enfrentam importantes desigualdades nas suas condições – ancestrais ou transformadas pelo contexto interétnico – de vida e saúde”. Há comprometimento social das famílias indígenas, verificado pela baixa renda, condições precárias de moradia e extensão territorial limitada para o plantio o que traz instabilidade para as famílias que convivem inclusive com medo da falta do alimento (FÁVARO, 2007). O que vem a corroborar com o relato de uma das entrevistadas:

Tem muitas famílias aí que passam necessidade, que não tem comida todo dia no prato pra come, né. Você pode vê uma família dentro dessas casas de alvenaria aí, mas ele não tem salário fixo. Por mais que agora tenham empresas que venham pega de Pato Branco, de Quilombo, de São João, mas não são todas as pessoas que são empregadas, sabe. Tem família que passa necessidade dentro da aldeia. Digamos quem não trabalha nessas empresas acaba indo pro mato, tira o sustento do mato, erva, nó de pinho, acaba tirando essas coisas pro sustento, né. [...] Tem várias famílias aqui que pra come uma carne é só se caça, né. E é uma aventura você conseguiu caçar um bicho assim do mato. Ele são arisco mesmo. (E3)

A diversificação das rendas com atividades na floresta e associação ao trabalho assalariado representa uma estratégia de sobrevivência para redução da vulnerabilidade social indígena. Para os que não têm alternativa de renda senão a dependência dos recursos naturais, a situação é comprometedor e está ligada a pobreza. No Brasil, 38% da população indígena se encontra em situação de pobreza extrema, na população não indígena essa proporção é de 15,5% (SILVA, ARAÚJO & SOUZA, 2006). As famílias constroem um portfólio diversificado de atividades e recursos de apoio social para sobreviverem e para melhorarem seu padrão de vida (ELLIS, 2000).

O contexto da vulnerabilidade é compreendido por um conjunto de aspectos individuais e coletivos que se relacionam à maior suscetibilidade dos indivíduos e comunidades a um agravo “e, de modo inseparável, menor disponibilidade de recursos para sua proteção” (AYRES, PAIVA, FRANÇA JR, 2012, p.78).

Dados do IBGE (2010) que analisaram os rendimentos declarados no mês de julho de 2010 constataram que comparados aos não indígenas, os indígenas estão em situação menos favorável para todas as classes de rendimentos, mesmo quando se inclui contingentes com algum tipo de renda proveniente do trabalho não assalariado, ou de aposentadoria, pensão, doação, seguro-desemprego, Bolsa Família ou de outros programas sociais (IBGE, 2010).

Quanto a diversificarem as rendas, associando-as a agricultura, os produtos cultivados mais citados consistiram na soja, no feijão e no milho, voltados para a venda, e, em pequena parte para o consumo, segundo os relatos. Os entrevistados que relataram plantar para o autossustento, diversificavam mais os produtos cultivados, dentre eles, feijão, arroz, abóbora, milho, mandioca, batata, amendoim. Também exerciam a coleta de folhas e frutos na floresta, além da caça. Estavam associados a um nível de estratificação socioeconômico mais baixo e menor escolaridade.

Frank Ellis (2000) refere ser perceptível que a diversificação é benéfica às famílias de baixa renda. Discorre também que a porcentagem de rendas não agrícolas pode variar de família para família bem como de local para local. O autor faz uma observação de que o aumento do nível de renda faz diminuir a dependência da agricultura, e que quanto mais diversificada, melhor é o nível de renda e melhor a situação da família.

Os modos de vida mais diversificados contribuem para o aumento da segurança, decorrentes de condições adversas, pois permitem facilmente adaptações e substituições de atividades decedentes. Um exemplo seria a sazonalidade relacionada às atividades agrícolas, as quais geram picos de utilização de trabalho e onde a renda agrícola concentra-se em determinados períodos, frente à necessidade contínua de consumo. A diversificação neste sentido reduziria estes efeitos, possibilitando rendas alternativas fora dos períodos de pico dos ciclos agrícolas (ELLIS, 2000).

Em um sentido mais amplo, diversificar as rendas entre trabalho assalariado e atividades agrícolas reduz os riscos, pois os fatores de risco diferem-se de uma atividade para outra. Por exemplo, o clima pode influenciar nas plantações, mas não no trabalho urbano. Bem como a insegurança dos trabalhos urbanos não terá efeito em atividades rurais. Aumentam-se as fontes de renda e conseqüentemente se reduz as incertezas e as perdas resultantes dos fatores de risco (ELLIS, 2000).

Apesar de não consumirem diariamente a comida tradicional indígena, os relatos foram de apreciação por inúmeras folhas, carne de animais da floresta, receitas diferentes de bolos e comidas típicas da cultura Kaingang. A maior frequência foi da mandioca brava, folhas que nascem num tipo de raiz que se assemelha a mandioca. É chamada “mandioca brava” porque segundo os entrevistados ela possui uma toxina na folha e se não for adequadamente preparada, pode levar a morte.

Tem a mandioca brava que se não cozinhar ela direito morre. Um primo meu morreu. Ele tomou caldo dela quando tava fervendo. É veneno. (E12)

Só o alimento que é muito utilizado ainda pela maioria. São algumas plantas assim, que nem a mandioca brava, que muita gente fala que é venenosa, muita gente tem medo de comer, que daí depende da forma que é preparado, dá pra comer. Se a pessoa não souber fazer, faz mal. Ela é uma planta nativa, daí tem uma toxina, uma coisa assim que é comprovada, que se não souber fazer pode levar a morte. (E6)

O segundo alimento mais mencionado foi o coró. Os corós são larvas de solo, com o corpo em forma da letra “C” de coloração geral branca, com cabeça e três pares de pernas marrons e que apresentam hábitos alimentares e potenciais de danos diferentes, ocorrendo em vários tipos de solos e culturas (EMBRAPA, 2005). Os indígenas relatam que há o coró da taquara, que acontece de 30 em 30 anos, e o coró da palmeira que tem todo o ano.

O coró. A cada trinta ano que dá a seca da taquara, né, daí só nesse tempo que dá. E daí tem o coró da Palmeira, né, se derrubar um coqueiro e cortá a parte da foia dele, atorá, né, daí vem os corozinho que nasce dentro. Daí ele sai tipo uma farinha de dentro do coqueiro, eles se geram ali né e aí ele têm o gosto do coco. Porque o mantimento dele pra ele cresce é só o que tem dentro do miolo do coqueiro, a água do coqueiro. (E1)

O coró da taquara só dá de trinta em trinta anos, né. Só vai dar daqui a vinte e cinco anos, porque faz cinco que deu. É uma coisa que NOSSA... Que nem muitos falam nossa que nojento, mas o camarão perde pra ele. Nossa, mas você veja é uma coisa que você cria na taquara, não sai dali. E se ninguém tira morre ali mesmo, né. E é uma coisa que você vai comer hoje e daí daqui trinta anos. E a da Palmeira que a cada seis meses tem. Ela é muito mais grande, tem o cheiro de coco, de palmito sabe. Eu não gosto. (E10)

A comparação que se faz do coró com o camarão, está relacionado ao formato do corpo ser em forma de C, visualmente se tornando parecidos.

Outros alimentos citados com menor frequência foram a orelha de pau, semelhante a um cogumelo, a varana, que parece um palmito, a urtiga, as frutas nativas como a guavirova, juá e pitanga. Dentre as carnes de caça, o tatu, a paca, quati, veado, macaco e cateto (segundo as informações assemelha-se ao javali).

Além dessas especificidades da alimentação, outros aspectos culturais foram pesquisados. Por isso os sujeitos foram questionados quanto à realização de festas tradicionais e/ou religiosas.

O único evento citado por todos, foi a Semana Cultural que acontece geralmente no mês de abril em comemoração ao dia do Índio. Durante a semana realizam-se danças e cânticos típicos, jogos como o arco e flecha e a corrida do toco, conto de histórias pelos indígenas mais velhos, exposição de artesanatos assim como das comidas típicas. A população fala com orgulho sobre o evento que relembra as tradições e costumes indígenas. A festa reúne toda a população da Terra Indígena Mangueirinha residentes nos três municípios, Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida, sendo aberta ao público.

As atividades realizadas procuram manter vivos os costumes e aspectos tradicionais da aldeia, porém no cotidiano, diversos segmentos são afetados pela influência não indígena, tais como educação, saúde, hábitos alimentares, o que tornou a sobrevivência apenas dos recursos naturais quase impossível nas Terras Indígenas. Motivo atribuído não só a delimitação de território, mas ao processo de aculturação que modificou a percepção do que consideram itens necessários ao seu bem estar. Deste modo na procura por ter acesso aos bens de consumo através da elevação do poder aquisitivo, realizam como estratégias de sobrevivência, a

diversificação dos seus meios de vida, conciliando o trabalho assalariado a outras fontes de renda como a agricultura, ou utilizando os benefícios do Governo, tais como os Programas de Transferência de Renda, aposentadorias ou pensões. O que permitiu, por um lado, aumentar o consumo nas aldeias, mas, por outro lado, tem sido fonte de agravos à saúde e implicado na liberação de resíduos não orgânicos no ambiente, aspecto este de que tratará no tópico seguinte.

4.2 O DESCARTE DE LIXO PELOS INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA

A exigência de planos de gerenciamento de resíduos sólidos nas Terras Indígenas é recente, e durante anos houve uma tendência de limitar o saneamento ambiental à cobertura de água e esgoto e a não relacioná-lo ao manejo adequado dos resíduos sólidos. Os achados da pesquisa reforçam a ausência de ações neste sentido nas aldeias:

Aqui não tem lugar ideal para descartar o lixo. Só aqui na escola que a prefeitura vem buscar, aqui na escola. O resto a gente queima ou enterra. Só o vidro, embalagem de vidro a gente guarda alguma coisa. Mais só isso, o resto é tudo descartado. (E6)

Se o caminhão de lixo passa lá na minha casa? Não, não passa. Na verdade ele só vem no colégio. Nas casas que tá onde ele vem pro colégio, ele pega. Mas tipo que nem eu que moro mais pra baixo, mais uma altura ele não vai. Eu coloco plástico e papel e queimo. Daí as lata essas outras coisas eu joga lá no meio do mato, que a gente tem um lugar lá e a gente joga. (E10)

De acordo com o levantamento do IBGE cada brasileiro gera, em média, de 500 gramas a mais de 1 Kg de lixo diariamente, dependendo do poder aquisitivo e local onde mora. Considerando que entre as aldeias Sede/Campina e Paiol Queimado residem 686 pessoas, pode-se estimar que há uma produção de lixo diária em torno de 343 Kg a 686 Kg. No entanto, nas aldeias indígenas o caminhão de lixo passa a cada quinze dias, nas quintas-feiras, ainda assim, o único ponto certo de que o caminhão realizará a coleta é no colégio. Todo o restante da comunidade é responsável pelo destino final do resíduo, e desse modo, as alternativas encontradas pelas famílias indígenas foram queimar, enterrar ou jogá-lo no rio ou no mato.

Antigamente, o lixo desprezado dessa forma era basicamente orgânico, mas hoje essa prática compreende jogar embalagens plásticas, vidros e sacolas, no chão, na mata, ou nas encostas dos rios. Esse descarte inadequado polui e causa

alterações no meio ambiente que podem afetar a saúde das comunidades, por atraírem animais que facilitam a proliferação de doenças, ou por contaminarem o solo com o chorume.

Dependendo do tempo de exposição, da característica do lixo e das condições pluviométricas do local, a composição físico-química do chorume varia, podendo conter metais pesados, sólidos suspensos e compostos orgânicos. As substâncias contidas nesse líquido podem alcançar coleções hídricas na superfície ou infiltrar-se no solo e atingir as águas subterrâneas, o que compromete seu uso e sua qualidade (CELERE, 2007).

Embora as narrativas identificassem outras formas de desprezar os resíduos domésticos, o principal destino final relatado pelos entrevistados foi a queima:

Aqui nós queimamo mais esses pet, queimamos tudo, né... restos de comida eu dou para os cachorro... O papel higiênico também é queimado. (E1)

A gente praticamente queima tudo, tudo no mesmo buraco, ali queima plástico, papel, resto de comida. Algumas comida que sobra do almoço dá pros cachorro, né... Mas fora isso vai tudo pro lixo, vai tudo pra queima. Lata, vidro. (E2)

Na verdade aqui não é feito separação. Eu por exemplo não faço separação, metal vidro vai tudo junto. O orgânico a gente dá pros animais né. O orgânico mais ou menos que é separado né. Mas o resto é tudo junto, jogado no buraco e é tudo queimado. (E3)

Poucos domicílios indígenas no Brasil são atendidos pelo serviço de coleta de lixo, mais especificamente, 16,4%, já a prática da queima como destino do lixo pelos residentes nas Terras Indígenas, corresponde a 63,8% dos domicílios (IBGE, 2010).

O processo de queima do lixo além de provocar odor indesejado, pode emitir poluentes para a atmosfera e originar substâncias diferentes das que nele são presentes, como é o caso da queima do plástico que gera as dioxinas e furanos, compostos cancerígenos (BARROS, 2013).

Para acondicionar os resíduos, os moradores cavam buracos atrás das casas onde depositam o lixo, o qual é queimado toda vez que o buraco fica cheio, conforme ilustra a fotografia 2 abaixo:



Fotografia 2. Buraco utilizado para queima dos resíduos

Fonte: Registro da pesquisadora, 2014.

Quando questionados sobre o que era lixo, dois grupos se formaram: um de entrevistados que procuraram formular um **conceito** para o lixo e depois discriminaram os itens descartados e o segundo grupo que descreveu o **procedimento de descarte** dos itens.

Lixo é aquilo que não pode ser aproveitado. Eu acho que papel de bala, salgadinho, ... hã, que mais? Aquilo que não pode ser aproveitado. Aqui no Paiol Queimado por não ter nada nesse área vai tudo pro mesmo lugar. Cada um acaba fazendo o que quer com o seu lixo. Uns jogam mesmo em qualquer lugar, uns tem um lugar lá que eles jogam o lixo. Geralmente a gente queima. (E8)

Tudo aquilo que a gente não vai mais usar, que não serve mais pra nada. Bem como esses papeis, sacolas que vai no mercado, latas. Alguma coisa que estraga também, acho que é um lixo.(E11)
Como vou dizer, pra mim lixo é lixo, lixo é o resto. (E12)

O que eu considero lixo, é que nem litro, papel, tudo. O resto de comida pra nois é adubo. O resto é queimado num buraco ali. (E4)

Nós jogamo fora os descartável, os pacote né, uma parte queimamos, uma parte jogamos. Os restos de comida os cachorros comem. (E5)

Chama a atenção que na busca por descrever o lixo citavam resíduos recicláveis como embalagens, garrafas plásticas, papéis, vidro. Porque o orgânico, também citado, era utilizado para alimentação dos animais domésticos ou como adubo orgânico.

As falas: “lixo é o resto”, “lixo é aquilo que não pode ser aproveitado”, trazem a conotação de lixo como algo que é desprovido de utilidade. Essa concepção do lixo como resto vem sendo alterada com a busca da sociedade e do poder público em alternativas sustentáveis para a disposição final, tratamento e diminuição do lixo

produzido e descartado. No cotidiano fomos acostumados a associar o lixo à sujeira, imundice, restos, tecnicamente ele é conhecido como “Resíduo Sólido Urbano” (BRASIL, 2004).

Diversas propostas foram realizadas com o intuito de sensibilizar a sociedade para um modo de produção sustentável e alteração do padrão de consumo em prol da qualidade da vida humana e do meio ambiente. Ações práticas como o conceito dos 3 Rs da sustentabilidade – Reduzir – Reutilizar – Reciclar, é uma das propostas mais conhecidas (GOMES, 2013). Consiste em uma forma preventiva para manejar os resíduos com foco “na transformação do estilo de vida e dos padrões de produção e consumo com a finalidade de inverter o sentido das tendências atuais” (AGENDA 21, 1995, p. 342).

A primeira etapa dos 3 R’s é a redução que visa decrescer a geração de resíduos, diminuindo a utilização ou o desperdício. A reutilização, segunda etapa, consiste em possibilitar a sua utilização de várias maneiras antes do descarte final, ou reenviando o produto ao processo inicial para que seja recolocado no mercado. A reciclagem consiste em um conjunto de técnicas para o aproveitamento dos resíduos e reutilização no ciclo de produção que saíram. Os materiais são separados, coletados e processados para se tornarem matéria prima para a confecção de novos produtos, ou seja, se utiliza um material para fazer outro (ECO-UNIFESP, 2014).

Alguns moradores percebem a importância de adotar novos hábitos para o descarte e o potencial econômico do lixo:

Depende, tem várias formas de lixo. Que aqui na verdade, [...] você vê que o pessoal não tem o encantamento de separar o lixo, jogam a toa... O lixo aqui pra nós é bem complicado (E10).

Nós índios temos esse defeito que eu digo, nós somos tranquilo. Muita coisa se vai fora aqui que a gente não aproveita. A gente já moro na cidade uma porção de tempo, então eu vejo que o que pra nós não tem valor pra eles lá tem. Ó o papelão, o papelão aqui nós queimamo, e eles lá não, eles vão vender. Latinha, latinha acha que alguém aí vai catar latinha pra vender? Os índios querem se achar e não podem os coitado (risos)”. (E12)

O vidro até a gente juntou tudo e vai armazenar pra vender. Porque o lixo a gente pode vende, né. Assim, queria que tivesse uma empresa que tivesse pra compra as lata também né... a gente não tem um sistema de coleta assim. [...] Eu acho que umas das coisas que podia melhorar era isso daí, né o lixo. (E2)

Os materiais desperdiçados em lixões ou aterros foi foco de um estudo realizado na Bahia, o qual estimou o potencial econômico da reciclagem para o ano

de 2003. a partir destes materiais. Encontrou-se no lixo domiciliar um montante, que acabou sendo perdido, de 1,15% do PIB baiano daquele ano. A pesquisa concluiu que o reaproveitamento e reciclagem de resíduos tem-se mostrado nos últimos anos uma prática tecnologicamente viável, ambientalmente correta e economicamente eficiente. No entanto sua contribuição para o sistema produtivo e interfaces com outras atividades ainda precisa ser estudado e mensurado (FREITAS & FILHO, 2009).

O descarte dos bens duráveis também apareceram nos diálogos:

Começando desde roupa que a gente não usa mais, vai pro lixo, calçado vai pro lixo. Umas coisa eu queimo porque a gente não consegue tá trazendo tudo. E aqui é de quinze em quinze dia que vem caminhão do lixo aqui. É nas quinta, mas de quinze em quinze dia. Tem época que tem que queimar porque não cabe tudo ali. (E12)

Tudo que vem, plástico, papel, tudo é lixo. Menos comida, né. Porque comida você joga ali, ela vai apodrecer e vai vira terra de novo. Mas no mais, que nem plástico, essas fralda leva quanto tempo pra se desfazer essas fralda no meio ambiente. Pneu, isso tudo pra mim é lixo. E fora essas queimada aí no mato, vai tudo pra camada de ozônio, que não é lixo mas tá prejudicando né. O caminhão passa só até na escola, daí a vó leva lá. Só que os outros, uma parte precisa queima. Bastante coisa. O orgânico, vou te falar bem a verdade, a gente joga pro cachorro, né, os porco. E o que os bichinho não come, joga na lavoura, na horta, serve como adubo, né. (E13)

A evidente deficiência no manejo do resíduo sólido nas aldeias se contrapõe a situação da disponibilidade de água e sistema de esgoto, onde 100% dos entrevistados referiram ter água encanada tratada proveniente do poço artesiano e esgotamento sanitário em fossas sépticas localizadas próximas as casas. Dados que só vem reforçar que as Políticas Públicas de saneamento direcionaram-se durante anos somente para a água e o esgoto. Conforme relatos abaixo:

Ela sai, tem dois poço artesiano e uma mina, daí uma bomba joga pro reservatório. Daí ela passa por um tratamento, a água que a gente bebe é tratada daí [...] Aqui tem fossa. Inclusive a nossa já foi reformada umas três vezes já. Que daí tem uma que é concreto por dentro, daí tem que esgotar pra outra né, foi feito três vezes a fossa grande já. (E3)

A água é encanada e vem do poço artesiano. A maioria aqui tem fossa, que nem a privada lá fora que tinha antigamente não tem. (E12)

No relato a cima, a E3 tenta explicar o sistema do esgoto domiciliar, bastante comum nas aldeias de Mangueirinha e que contribuem para que os dejetos não sejam lançados diretamente no solo. Nas fossas sépticas é realizada a separação e transformação da parte sólida existente no esgoto, sendo, portanto, uma unidade de tratamento primário de esgoto doméstico (CAESB, 2013). Algumas dificuldades

foram levantadas quanto à integridade da fossa séptica, assim como a disponibilidade de água:

Tem fossa, até tá aberta, perigo uma criança cai pra dentro. Ele cobriram com um compensado, daí apodreceu. (E11)

Água encanada é do poço artesiano, tem o poço artesiano lá embaixo, as vezes dá uma sequinha, né, diminui a água, não é muito, né, um dia, dois, só que daí tem a caixa, né... (E1)

Água vem do poço artesiano, só no banheiro. Só tem água fora, na casa não. Aí a louça lava no tanque, coloquemo a louça na bacia e levamo pro tanque. (E4)

Pensando no risco de queda sem a tampa que deveria ser de pré-moldados de concreto, e encontra-se apenas com um compensado, além do odor fétido exalado, há o risco de causar acidentes graves de acordo com sua profundidade. O diâmetro e a profundidade dos sumidouros e das fossas sépticas dependem do tipo de solo e do número de pessoas residentes na casa, pois influenciará na quantidade de efluentes. Normalmente, a fossa séptica tem altura de 1,5 metros enquanto que a altura do sumidouro é entorno de 3,0 metros (CAESB, 2013). O que justifica a preocupação da moradora com a queda de uma criança no local.

A responsabilidade pela construção e manutenção da estrutura para o saneamento ambiental nas aldeias é da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), após os Decretos 7.335 e 7.336 de outubro de 2010. Isso inclui o serviço de preservar as fontes de água limpa, construir poços artesianos e fazer a ligação deste com as comunidades, construir o sistema de esgoto e ainda dar destino final ao lixo.

A precariedade relativa ao lixo nas aldeias corrobora com os dados encontrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2007), o qual mostrou que para a população urbana, os serviços de coleta de resíduos sólidos estão disponíveis para quase 97,6%, só que nas áreas rurais esta cobertura não chega a 27% da população. Nas áreas rurais em torno de 60,03% da população tem queimado os resíduos, 11,74% tem jogado nos terrenos baldios ou logradouros, e 0,15% despreza nos cursos d'água e 1,15% dá qualquer outro destino aos resíduos sólidos (TEIXEIRA, 2011).

Mesmo os locais que há coleta pelo caminhão de lixo e armazenamento destes em local fechado e adequado para o descarte dos resíduos, os moradores

acabam enfrentando problemas pois referem que a coleta não tem sido realizada com frequência o que tem levado ao aparecimento de insetos e roedores.

Lá no trevo, ali na outra aldeia tem uma casinha, eles fizeram mais é pra escola, né, pra jogar o lixo. Só que o caminhão diz que passa de mês em mês. Daí é bem perto da casa do meu irmão, sabe. Então veja, tudo esse tempo aquele lixo ali, acaba juntando rato, né. Então ele teve que comprar uns veneno e colocar lá dentro dessa casinha pros rato não entra pra dentro da casa dele, né. Então fica aquele lixo ali perecendo, né. E o cheiro que sai de dentro daquela casinha é bem, bem horrível.

Os moradores elencaram soluções para os problemas enfrentados, que basicamente se concentram em (1) aumentar a frequência de coleta e os pontos em que passa o caminhão de lixo, (2) construir depósitos de lixo para o armazenamento correto, (3) realizarem projetos de orientações à comunidade para o reaproveitamento do lixo orgânico, separação do lixo e descarte correto.

Nós tamo com um projeto agora em conversa com o Cretã, pra nós fazer uma caixa coletora de lixo. Mas uma caixa que não venha prejudicar, né, a vivência nossa. Uma caixa aqui no meio da vila é complicado. A frequência da coleta da prefeitura tem que aumentar principalmente o que envolve lixo orgânico. Ou, de repente o que envolve lixo orgânico nós fazê um projeto de fazê transforma em adubo. Só que também nós precisamos de uma área pra se coletar esse lixo orgânico. Porque ele catinga né, ele vai se decompor. Ele vai fedê aí, e tem que achar um lugar pra fazê isso. Dá pra fazê um adubo orgânico muito forte, muito bom dessa comida aí, de alimento em geral, né. E o nosso maior problema é esse. É possível, é, mas tem que estudar muito pra fazer uma coisa bem fechada... e de repente tem as mosca e é mais complicado ainda [...] Acho que o que nós temo que fazer nessa parte aí é tentar achar uma forma de fazer um sistema de coleta de lixo. (E2)

Na verdade, aqui tinha que ter um projeto de uma pessoa bem rigorosa pra coleta do lixo, né, que todo mundo participasse desse projeto pra jogar o lixo num lugar certo e que viesse uma condução tirar o lixo, e que passasse em todos os locais, né. (E3)

Mais é falta do caminhão de lixo vir aqui busca nas casa. Tinha que ter um caminhão de lixo maior né, e vem lá uma vez e vem só na escola ainda. Quem mora longe da escola como é que vai fazer, trazer o lixo nas costa pra colocar ali. Tinha que conscientizar os índio, fazer palestra, chamar a comunidade né, explicar porque é importante dividir o lixo lá, orgânico aqui, plástico ali, lata lá, esse tipo de incentivo. (E13)

No município de Mangueirinha a coleta de lixo é de responsabilidade da empresa terceirizada denominada Limpeza e Conservação Pema que disponibiliza dois caminhões e cinco funcionários para a coleta de todo o resíduo produzido no município, compreendendo a área urbana e rural. Dessa estrutura, um caminhão e quatro funcionários são designados para a coleta do lixo da TI Mangueirinha, que ocorre quinzenalmente. O total de lixo recolhido, de 200 a 300 Kg, é num primeiro momento levado a estação de transbordo no município de Mangueirinha e após levado até seu destino final, um aterro sanitário no município de Dois Vizinhos, distante cerca de 120 Km.

As alterações sugeridas pelos entrevistados são passíveis de concretização pelo poder público e se analisar as respostas poderiam ser sugestões do “homem branco”. Dados semelhantes foram encontrados em uma pesquisa realizada com a população não indígena no bairro Cajuru em Curitiba, em que as soluções mais citadas para a problemática do lixo, foram melhorar a qualidade da coleta, melhorar a frequência e implementar a coleta seletiva (OLIVEIRA, 2006).

A participação das comunidades na discussão quanto às falhas na administração pública e na criação de políticas referentes ao funcionamento dos órgãos públicos faz com que as pessoas passem a tomar consciência quanto aos seus problemas, bem como desenvolver aptidões que lhes permitam discutir os problemas e analisá-los, buscando dentro de sua própria realidade a solução para o mesmo (PINHEIRO et al, 2011). O contexto da percepção ambiental concebe que o homem é portador de uma cultura e realça seu papel como tomador de decisões (OLIVEIRA, 2006). Portanto, investigar a percepção indígena sobre o meio ambiente é importante para compreender as imagens compartilhadas sobre o mundo por essa etnia, pois estas imagens variam de cultura para cultura, conforme discute o item abaixo.

4.3 PERCEPÇÃO INDÍGENA SOBRE MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Em relação ao entendimento dos pesquisados sobre o meio ambiente, agrupou-se as respostas dos entrevistados conforme similaridade e surgiram dois grupos diferentes. O primeiro grupo traz a concepção de meio ambiente como natureza, ou seja, o relacionam com o ambiente natural, citado em 76,5% das entrevistas:

Meio Ambiente para mim é a natureza, que tá ligado à natureza... Na verdade você tem que cuidar né, pra não poluir o que você não tem. Na verdade tá ligado tudo a natureza, o ar, os rios... Eu entendo isso pelo meio ambiente, que você tem que cuidar do que você tem. (E3)

É a natureza, a maneira de você cuidar da natureza, do mato, do nosso território, da nossa aldeia, do nosso habitat, da nossa moradia, do terreno que nós moramo, da nossa terra. (E10)

Eu entendo que é a natureza, nossos animaizinhos que a gente tem bastante. Eu acho que meio ambiente é cuidar. (E12)

O segundo grupo percebe o meio ambiente como o meio em que vivem o relacionando a uma perspectiva mais ampla de convívio, em 23,5 %. É interessante

ressaltar que nas duas categorias a visão de preservação mostrou-se constante nas falas dos entrevistados.

Eu entendo pelo meio que a gente vive, bem como aqui na área indígena, né. Os lugares onde a gente vai. [...] **Eu acho que as áreas indígenas é onde preservam mais. Por isso o povo também sofre.** (E11) (grifo meu)

O trecho grifado na fala a cima, refere-se à vulnerabilidade social dos indígenas da aldeia que dependem dos recursos naturais para sobreviver, e faz uma associação de que acabam sofrendo porque se preocupam e preservam mais o ambiente natural do que o não indígena. Complementando essa forma de pensar, outro entrevistado, no seu depoimento abaixo, diferencia o indígena do não indígena na forma de manejo dos recursos naturais, pois segundo ele, os índios procuram preservar a natureza, e os “brancos” buscam expandir e acumular capital, com consequências na interação entre o homem e o meio ambiente:

Ó pra nós índio não existiria a comunidade indígena sem a natureza, sem a água. Nós somos temente a Deus, como você sabe, né. Mas a nossa segunda temência é a natureza. Porque sem a natureza não tem como nós vivê. Segundo a bíblia nós somo do barro, né. Nascemo da natureza. E sem a natureza pra nós não tem o que fazer. E o branco já não. O branco já pensa em engrandecer. Ele não tá nem aí. Olha na cidade, o mato que tem em divisa com cidade, a cidade vai entrando, vai entrando. E nós índio, não. Nossa comunidade é essa bolinha aqui, e se você vê na redondeza é tudo mato. Nós valorizamos muito mais a mata do que o dinheiro. Pra nós o meio ambiente é muito importante. E nós somos também bastante protetor do meio ambiente. Agora essa causa da demarcação, nós andamo aí pela redondeza, os branco fazendeiro tão entrando dentro da Reserva, tirando o mato e plantando. E agora nós vamos tomar dele de volta e vamo replanta. Então pra nós o meio ambiente é de suma importância. E não só pra nós, pra vocês também. Olha pra você ver a camada de ozônio. Aqui não dava temporal, não caia muita pedra. Era um clima bem... se era frio, era frio. Se era quente, era quente. Agora já tá tudo descontrolado, por causa das redondeza aí. (E13)

Os estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram as Terras Indígenas como importantes conservadores da cobertura florestal pois nas Terras Indígenas se encontram preservadas e ao redor há destruição (VILLAS-BÔAS & CAMPANILI, S/D). Contudo, não podemos generalizar e ter um olhar etnocêntrico em relação ao índio, como se eles fossem seres primitivos que permanecem distantes do nosso mundo capitalista. Aos poucos a população indígena está se inserindo na economia de mercado, e muitos índios tem se associado ao homem branco para explorar os recursos naturais, o que coloca em risco a sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Ainda permanece no imaginário da sociedade contemporânea a imagem daquele índio isolado no meio da floresta, com o corpo pintado e cheio de adereços

de penas e praticamente nu com arco e flechas nas mãos. Em uma das entrevistas, a moradora levanta esse confronto que acontece durante as visitas das crianças na aldeia, o confronto do que elas imaginam e de como realmente é:

Nós temos os visitantes que vem, né, os alunos. Eles ficam decepcionados. Porque eles chegam aí e dizem: - Nossa profe esses índio são diferente! – Sei lá, eles queriam vê todo mundo pelado uns na frente dos outros, na frente dos profe! (E12)

As transformações ocorridas nas sociedades tradicionais geraram novas necessidades para os povos indígenas, e há uma carência de alternativas econômicas que possibilitem suprir essas necessidades. Em contrapartida, os indígenas precisam encontrar estratégias que permitam sua subsistência, o que os deixa vulneráveis ao assédio de interesses econômicos por parte de madeireiros, garimpeiros e outros tipos de exploradores de recursos naturais (VILLAS-BÔAS & CAMPANILI, s/d).

No que se refere à percepção sobre os problemas ambientais na área indígena ou no entorno dela, formaram-se 3 grupos diferentes, dos moradores que identificam o desmatamento como o principal problema ambiental, o segundo grupo que identifica como a poluição e o terceiro grupo que acredita não existir problema ambiental nas Terras Indígenas.

Aqui tinha uma vez mas daí o cacique chegou e proibiu e daí começaram a respeitar... derrubavam e queimavam até na beira d'água [...] Porque daí tacô fogo queima pareio, né... (E1)

Hoje tá controlado. Há dois ou três anos atrás estava um pouco fora de controle, sabe. Mas não é aquela excessividade, sabe. Dizer que tão depredando mesmo, né. Tirando mesmo, cortando o mato, não, não tem não [...] Antigamente não, você tinha que chegar aqui né, pegar foice e machado, ir lá no matão e você cortá tudo lá, roçá por baixo. Pegá um machado e derruba tudo as árvore e queimá pra plantá, hoje não precisa mais fazer isso. Então hoje, eu digo que tá parcialmente controlado. (E2)

Aqui muito não, do que a gente vê fora, não é muito. De uns dez anos pra cá a gente vê, né, principalmente por volta aqui da aldeia, o quanto tá sumindo as árvores... é que na verdade a gente precisa também corta uma lenha pra uso da gente, pro consumo. Então a gente vê assim que vai limpando, né [...] Então a gente vê que não é como era antigamente, que nem o meu pai fala que antigamente aqui era matão né... Mas devagar, devagar, a gente tá vendo que tem pedaços assim que tá sendo feito lavoura. Por exemplo até um ano atrás dava de tirar os pinheiro secos pra fazer tábua. Agora não, agora não pode nem mais fazer tábua pra fazer a casa, né.... Quem quiser tem que fazer um documento pra poder tirar esses pinheiros. (E3)

Recentemente é percebida uma diminuição do corte das árvores relacionado ao aumento da burocracia pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e fortalecido pela orientação e fiscalização do cacique e das lideranças da aldeia. A fala “*antigamente*

aqui era matão né”, é explicada em parte, pela história da demarcação da TI Mangueirinha. Em 1949 a conduta do Governo do Paraná e do Governo Federal era reduzir as áreas indígenas em prol da expansão no interior do país. A área foi dividida em 3 Glebas, a Gleba A foi destinada aos Guarani, a Gleba C aos Kaingang e a Gleba B, que representava a maior área, com 9000 hectares, foi alienada para Osvaldo Forte e Outros, num total de 38 colonos. Mais tarde, a Gleba B foi vendida à uma empresa de comércio de madeiras. Essas terras concentram a maior parte das araucárias e os madeireiros que exploravam a região chegaram a instalar unidades de beneficiamento da madeira, dentro da TI, utilizando a mão de obra do índio. O contato com os não índios trazia outros problemas frequentes, havia troca de madeira e animais por dinheiro e o aluguel de terras para os não indígenas realizarem agricultura extensiva. Nestes locais várias áreas de florestas eram derrubadas e era utilizado agrotóxico em larga escala (BAGGIO, 2007).

Há preocupação por parte dos moradores em relação à qualidade da água em virtude da utilização de agrotóxico nas lavouras pertencentes à TI. Além da poluição agrotóxica, o lixo também foi fator citado como poluidor das águas e da mata.

Tem, tem muito. Por causa da poluição, a água, o lixo, principalmente o veneno da lavoura, que agora tá atingindo. Porque a comunidade tá crescendo em termos de lavoura, e a gente vê o veneno o que tá destruindo. Veja a nossa água aqui era uma água pura, hoje já não. É plantado muito transgênico, né. A soja aqui é transgênica. E se atinge muito a natureza, o meio ambiente. (E10)

Existe poluição. Poluição até visual também, que a gente vê, o lixo. (E7)

Acho que tem, né. Tem muitos lugares que eles não queimam, eles juntam, jogam na veira da estrada, no mato. Eu quero que você veja que tem uns lugar que tá... (erguendo as sobrancelhas como sinal que houvesse muito lixo nesses locais) (E9)

As fontes industriais e agrícolas estão relacionadas à maioria dos contaminantes químicos presentes em águas subterrâneas e superficiais (NETO & SARCINELLI, 2009). Em um estudo publicado pelo IBGE em 2011, o esgoto sanitário, os resíduos de agrotóxicos e a destinação inadequada do lixo, em conjunto, foram referidos como responsáveis por 72% das incidências de poluição na captação em mananciais superficiais, 54% em poços profundos e 60% em poços rasos, dentre os municípios que afirmaram haver poluição ou contaminação na captação da água.

As relações interétnicas estabelecidas proporcionaram uma proximidade cada vez maior do modo de viver do não indígena, no entanto, há especificidade de valores que se somam ao fato de crescerem em meio à mata, rios, e paisagens naturais, que influenciam na percepção de meio ambiente pelos entrevistados. Para estes, o meio ambiente é percebido como o meio em que vivem, sendo este meio a natureza e que deve ser preservado. Ou seja, há a percepção da importância da conservação do meio natural. No entanto, é necessária a tomada de consciência para que atuem na realidade socioambiental e tomem decisões com comprometimento com o meio ambiente, com vida, o bem estar individual e coletivo (MELAZO, 2005), fato que é abaixo por dois entrevistados:

Eu acho que é ruim pro ambiente que o pessoal não sabem cuidar. Em vez deles cuidar... eles jogam o lixo em qualquer lugar, eles não tão nem aí com o meio ambiente. Eles não pensam nisso. A maioria do povo é isso, né, não pensam no meio ambiente. Que mais tarde isso vai prejudicar. E pode trazer consequências e graves mais tarde, pra saúde, pros animais mesmo que tão no mato. (E12)

Há pouco apoio aqui no lixo. Eles não passam que nem na cidade, né. Olha aqui como tem bastante plástico, fralda e coisarada na estrada. Tinha que ter uns apoio maior da Prefeitura, pelo menos pra auxiliar, né. Porque o índio já é meio relaxadinho... Não é que ele seja relaxado, o índio ele é... Pro índio dando pra sobreviver tá bom. Daí pega o lixo e joga ali, né, não vai fazer falta. A prefeitura tinha que vir aqui mandar pessoas estudadas e explicar pros índios porque que não pode jogar o lixo ali. Uma sacolinha vai levar o quê... uns duzentos e cinquenta anos pra desfazer sozinho? Tinha que ter um pouco mais de ajuda pro povo aí. Porque nós que estudamo fora, nós sabemos, mas e os outro, e os mais velho que nós? (E13)

Conforme o E13 citou, o tempo de decomposição dos resíduos varia. Relacionando os mais citados nas entrevistas, as garrafas plásticas levam mais de 500 anos para se degradarem, a fralda descartável 600 anos, os vidros e os pneus é indeterminado, e mesmo as cascas de frutas podem levar até 3 meses para se degradarem (GRIPPI, 2001 apud FEC-UNICAMP, 2014).

Os lixos descartados a céu aberto podem atrair roedores, baratas, gatos, cachorros, moscas e podem contaminar a água e o solo, além de causarem mau cheiro. Estes animais auxiliam na degradação do lixo, mas podem transmitir doenças ao homem, tais como a leptospirose, cólera, diarreia. O acúmulo de água nos resíduos pode facilitar o desenvolvimento das larvas do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Os insetos, como a barata ou a mosca, alojam diferentes espécies de microrganismos, tais como bactérias, vírus e protozoários, que podem ser vetores para doenças no ser humano. Ou seja, além do descarte inadequado do

lixo ser prejudicial ao ambiente, há uma relação direta com a saúde da população (OLIVEIRA, 2006).

Essa relação com a saúde é utilizada como argumento da entrevistada que integra o grupo 3, dos que acreditam não haver problema ambiental nas aldeias:

Aqui nós não temos nada de problema ambiental. Não, não. Nunca aconteceu de ninguém ficar doente... Não. (E4)

Para perceber o processo saúde doença de determinado agente agressor, seja ele físico, químico ou biológico, dependerá das características físicas, cognitivas, afetivas e comportamentais dos indivíduos, as quais são influenciadas pelo ambiente cultural e sociopolítico e do contexto nos quais as pessoas vivem e interagem (AYRES, PAIVA, FRANÇA JR, 2012).

A diferença de escolaridade e o contato com experiências fora da aldeia são atribuídos como importante na percepção dos problemas relacionados ao descarte inadequado do lixo e é citado pelo E13 no trecho *“Porque nós que estudamos fora, nós sabemos, mas e os outros, e os mais velhos que nós?”*. A E4, citada acima, interrompeu os estudos e possui apenas o ensino fundamental, que cursou todo no colégio da aldeia. Outros dois entrevistados, com ensino superior incompleto, já identificaram intercorrências na saúde da população e potenciais problemas relacionados:

Ele pode trazer doenças né, quem sabe mais tarde no futuro trazer problema né. Que nem aqui perto tem o rio e tem uma cachoeira que não dá nem de você ir. Se for lá na cachoeira você sai tudo com aquelas machas que tem muito micróbio, né. Muita poluição. E é uma cachoeira muito linda, que é um lugar muito lindo de você ficar lá... Mas por causa do lixo né...(E10)

Só não traz mais problema porque o meio ambiente tá um pouquinho bom ainda, né. Que nem a dengue aqui nunca teve caso por causa do nosso clima que não é só quente, quente, quente. Ele esquenta, ele esfria, aí o mosquito não sobrevive, né. Ele precisa de bastante calor pra se desenvolver e aqui não, ainda é um clima temperado. É um clima apropriado né. Mas na hora que eles derrubarem tudo esses pinheiros aí, daí vai começar a dar problema. Aí na mata você acha montanhas de lixo aí pinchado. Tudo quanto é tipo, é tênis, é roupa, é borracha, lata de azeite que isso aí no ambiente vai levar ó pra degradar. (E13)

O entendimento sobre a relação entre o saneamento e a saúde é deficiente mesmo nas populações com características dominantes (PENA & HELLER, 2008). Porém, segundo Araújo e Costa (2003, p.64) há influência do nível educacional e poder aquisitivo, na produção e disposição dos resíduos, além da frequência e eficiência do sistema de coleta. Ainda segundo os autores, há aumento do descarte inadequado de materiais como embalagens plásticas, relacionado não só à

ineficiência do sistema de coleta municipal, mas da baixa taxa de reaproveitamento e reciclagem. Com isso, os resíduos chegam facilmente à rede hidrográfica, levados pelos ventos e enxurradas ou lançados diretamente nela.

Na fotografia 3 observa-se várias embalagens plásticas descartadas ao redor da casa do Entrevistado:



Fotografia 3. Descarte inadequado do lixo

Fonte: Registro da pesquisadora, 2014.

Onze dos treze entrevistados afirmaram não haver na comunidade pessoas envolvidas com a proteção do meio ambiente. Porém no decorrer das entrevistas foram citados o cacique e as lideranças indígenas como pessoas que exercem esse papel no cotidiano da aldeia.

Se for citar nome é bastante. O Cacique é o primeiro. Os chefes estão todos envolvidos com o meio ambiente. Que nem vão proibir a partir do ano que vem a retirada de erva, da madeira, vão proibir corta... Só pro consumo, pra venda eu acho que vão proibi corta. (E13)

Porque, por exemplo, o cacique quando ele vê alguém fazer um desmatamento ou uma queimada, ele chama e conversa, é assim. Se alguém vê tacando fogo lá no mato, na floresta já vem pro cacique: - Cacique tá queimando o mato lá-. Daí ele já corre com a liderança dele pra apagar. Ele já vai lá e chama. – Olha porque você tá fazendo isso? - É assim. Então todos estão envolvidos. (E11)

As ações de educação ambiental realizadas na aldeia estão vinculadas a projetos da escola. Recentemente um projeto desenvolvido na escola Kokoj Ty Han já foi escolhido para apresentar em Brasília um projeto relacionado à separação do

lixo, e que conta com duas alunas da comunidade e com a professora responsável pelo Projeto Meio Ambiente.

Tem um projeto de meio ambiente na escola, que até estes dias foi escolhido pra ir a Brasília, pelos alunos. Tem lugar que a gente vê que tem lixo e que precisava a conscientização do morador pra dar um descarte ideal pro lixo, tem gente que descarta o lixo em qualquer lugar, qualquer ambiente. (E6)

Uma época nós pegava todos os alunos e fazia esse projeto. Aí nós pegava os aluno e fazia uma coleta sabe. Saia entregando os folheto e já ia catando os lixo, os reciclável tudo. Até a gente vendia aquele lixo reciclável e repartia o dinheiro com as criança, bem legal. (E10)

Tem uma professora que tem um projeto de meio ambiente. Só sei que ela me contava dos passeio, conhecer os tipo de árvores, com certeza tem bem mais coisa, só que eu não sei. (E11)

Conforme já citado, dentre as soluções elencadas pela população encontram-se as ações educativas sobre o manejo dos resíduos sólidos, como o reaproveitamento do lixo orgânico, separação do lixo e descarte correto. Porém, é necessário que tais ações sejam voltadas para toda sociedade indígena, e não só no contexto escolar. Ressalta-se que para essas ações é imprescindível conhecer como a população percebe o ambiente em que se insere para trabalhar em cima dos interesses coletivos da comunidade indígena, valorizando os aspectos culturais existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos a percepção da população da Terra Indígena Mangueirinha em relação ao descarte do lixo e sobre seus impactos na saúde e no ambiente da aldeia. Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessários contatos preliminares com a FUNAI local, FUNAI Chapecó e autorização do Cacique para realizar as entrevistas. Durante as visitas às aldeias, todos foram muito receptivos e dispostos a colaborar com a pesquisa, inclusive demonstrando interesse de modo a trazer benefícios à comunidade.

O referencial teórico aponta para uma trajetória histórica de expansão política e econômica e relações interétnicas estabelecidas que favoreceram um processo de alterações nas relações econômicas ao longo dos anos, antes voltada ao autossustento das aldeias e hoje cada vez mais dependente da lógica econômica do mercado capitalista.

Desde a época das Missões, houve mudanças no modo de agricultura indígena voltada para prover o sustento da aldeia, para uma que correspondesse à exigência do mercado de consumo. O que foi possível verificar nos dados encontrados na pesquisa e discutir o primeiro objetivo específico proposto que consistia em traçar o perfil da cultura alimentar e sócio econômico dos entrevistados. Atualmente as plantações são de soja, milho e feijão, destinados mais para a venda do que para a alimentação indígena. As famílias pesquisadas que plantavam para o autossustento diversificavam mais os produtos cultivados, e também exerciam a coleta de folhas e frutos na floresta, além da caça. Estavam associados a um nível de estratificação socioeconômico mais baixo e menor escolaridade.

Os achados da pesquisa mostram que a maior parte dos entrevistados reside em casa de madeira e que as casas de alvenaria da aldeia são provenientes do projeto Casa Familiar Indígena através da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). Em relação aos aspectos culturais, apesar de apreciarem a comida típica, baseada em folhas, coleta de frutos e animais caçados na floresta, há diminuição do consumo destes alimentos pela facilidade na compra e apreciação pelos alimentos industrializados. O que implicou no aumento do descarte de

embalagens e outros resíduos não orgânicos no ambiente e que tem sido fonte de agravos à saúde percebidos por parte dos entrevistados.

É claro que permanecem continuidades do tradicional *no* moderno e não se consegue identificar nem um nem outro totalmente separado, mas os impactos dessas mudanças são dramáticos (GIDDENS, 1991). Com o objetivo de manter vivos os costumes e aspectos tradicionais da aldeia, são realizadas atividades festivas durante a Semana Cultural, porém no cotidiano diversos segmentos foram afetados pela influência não indígena, tais como educação, saúde, hábitos alimentares, o que tornou a sobrevivência apenas dos recursos naturais quase impossíveis nas Terras Indígenas, não só pela delimitação de território, mas por terem ampliado a percepção de produtos necessários para o consumo.

Na procura por aumentar o poder aquisitivo e ter acesso aos bens de consumo, muitos indígenas exercem trabalho assalariado, o que correspondeu a 64,82% da amostra. Contudo, as rendas são diversificadas havendo associação à agricultura em 46,15%, quase a metade do universo pesquisado. A parcela da população que não pratica a agricultura corresponde a pessoas idosas ou com algum tipo de doença, que já recebem aposentadoria por sua idade ou auxílio doença em virtude da impossibilidade de trabalhar.

Conforme dados históricos, no Brasil, os trabalhos externos à aldeia acontecem desde o século XVII. Na TI Mangueirinha a própria formalização da terra onde vivem aconteceu em função de serviços prestados na abertura de estradas para os militares da Colônia Militar do Chopim.

O consumo de bens industrializados nas comunidades indígenas levou a um problema antes não existente, pois o descarte do lixo permanece sendo realizado a céu aberto, no entanto os materiais atualmente descartados possuem características químicas muitas vezes tóxicas, e com um período de decomposição maior do que o lixo orgânico.

O segundo objetivo específico era identificar o método de descarte do lixo utilizado pela população investigada. A coleta de lixo na TI é precária, realizada a cada quinze dias, e o total de lixo recolhido varia de 200 a 300 Kg. Segundo os moradores em um caminhão pequeno, com o único ponto certo para realizar a coleta sendo no Colégio localizado na Aldeia Sede/Campina.

A coleta quinzenal proporciona o acúmulo de lixo e suas consequências danosas. Desta forma, as alternativas encontradas pelas famílias indígenas foram queimar, enterrar ou jogar o lixo no rio ou no mato. O que pode ser associado a impactos negativos, no caso da queima, na liberação de maus odores e partículas tóxicas, e enterrar ou descartar a céu aberto associado à formação do chorume que pode contaminar o solo, subsolo e as águas superficiais e subterrâneas.

O terceiro objetivo proposto consistiu em identificar a percepção dos indígenas sobre meio ambiente e seus impactos na saúde. Apesar do contexto das alterações ocorridas em função dos contatos interétnicos com resultante proximidade cada vez maior do modo de viver do não indígena, há especificidades de valores que se somam ao fato de crescerem em meio à mata, rios, e paisagens naturais, que influenciam na percepção de meio ambiente dos entrevistados. Para a grande maioria, é percebido como a natureza que deve ser preservada, ou pela minoria, como o meio em que se vive e que deve ser preservado. Ou seja, em ambos os grupos há a percepção da importância da conservação do meio natural, entretanto, no cotidiano lhes faltam estrutura para o armazenamento do lixo e disponibilidade de serviços públicos de coleta, assim como de ações educativas sobre o manejo dos resíduos sólidos voltadas para toda sociedade indígena.

As soluções elencadas para os problemas enfrentados basicamente se concentraram em aumentar a frequência de coleta e os pontos em que passa o caminhão de lixo, na construção de depósitos para o armazenamento correto do lixo e a realização de projetos que orientem à comunidade para o reaproveitamento do lixo orgânico, separação do lixo e descarte correto.

As alterações sugeridas pelos entrevistados são alternativas práticas passíveis de concretização pelo poder público, por isso ressalta-se a importância de pesquisas na área indígena que valorizem a percepção do ambiente em que vivem e que permita o reconhecimento dos seus interesses, tornando mais fidedigna a interpretação da realidade local para o desenvolvimento de políticas públicas.

Os resultados encontrados serão apresentados para as comunidades indígenas, assim como será disponibilizada uma cópia da versão final para FUNAI local e de Brasília, e para a Prefeitura Municipal de Mangueirinha. O intuito é que tenham conhecimento dos problemas levantados pelos indígenas assim como das soluções propostas, para que as ações do poder público sejam mais adequadas

para a realidade das aldeias e sejam mais efetivas. Acredita-se que as ações nas Terras Indígenas realizadas de acordo com seus reais interesses, valores, aspectos culturais e ambientais, possam minimizar os impactos do descarte inadequado dos resíduos sólidos, e auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população indígena.

REFERÊNCIAS

ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**, 2010. Disponível em: http://www.wtert.com.br/home2010/arquivo/noticias_eventos/Panorama2010.pdf.

Acesso em: 10/07/2012.

AGUIAR, Alexandre O. **As parcerias em Programas de coleta seletiva de Resíduos Sólidos Domésticos**. 1999, 173 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), USP, São Paulo, 1999.

ANAYA, James. Anexo traduzido: **Relatório sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais indígenas**, 14 de agosto de 2009. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Anaya_Brasil_anexo.pdf.

Acesso em: 10/01/2014.

ARAÚJO, Maria Christina B. de. COSTA, Mônica Ferreira da Costa. Lixo no ambiente marinho. **Revista Ciência Hoje**, vol. 32, p. 64 – 67, março de 2003.

AYRES, José Ricardo. PAIVA, Vera. FRANÇA Jr, Ivan. Conceitos e Práticas de Prevenção: da História Natural da Doença ao Quadro da Vulnerabilidade e Direitos Humanos. In: **Vulnerabilidade e Direitos Humanos – Prevenção e Promoção da Saúde: da Doença à Cidadania** – Livro. Curitiba: Juruá, 2012.

BAGGIO, Anery Junior. **Ecoturismo: Alternativa Sustentável de Valorização do Patrimônio Natural e Cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR**. 2007, 178 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais Aplicadas), UEPG, Ponta Grossa, 2007.

BARRETO, Geraldo Benedito. **Noções de Saneamento Rural**. 2ª edição, Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973, 54 p.

BRASIL. Gestão do lixo. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/gestao-do-lixo/descarte>. Acesso em 29/01/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Brasília, 08 jan. 2007. Seção I, p. 03.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE. NORMA BRASILEIRA, ABNT NBR 10004:2004. Disponível em: <http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>. Acesso em: 10/07/2012.

BRAND, Antônio. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no mato grosso do sul: a construção de alternativas. Universidade Católica Dom Bosco. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, N. 2, p. 59-68, Mar. 2001.

BRONDIZIO, Eduardo Sonnewend. SIQUEIRA, Andrea Dalledone. O Habitante Esquecido: O Caboclo no Contexto Amazônico. **São Paulo em Perspectiva** 6 (1-2), p. 187-192, jan/jun1992.

BUCHILLET, Dominique. **Bibliografia Crítica da Saúde Indígena no Brasil**. Ediciones Abya-Yala. Quito, Equador, 2007.

BUTEL, Catarina Cruz; SILVA, Dayane Carol Monteiro da. **Subsistema de Saúde Indígena: garantia de direito ou descaso?** Universidade Federal do Amazonas, 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=Subsistema+de+Sa%C3%BAde+Ind%C3%ADgena%3A+garantia+de+direito+ou+descaso>. Acesso em: 14/07/2013.

CAESB. Disponível em: <http://www3.caesb.df.gov.br/ conteudo/FolhetosManuais/Instala%C3%A7%C3%A3o Fossa%C3%A9pticaSumidouro.pdf>. Acesso em: 27/02/2014.

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. **Angelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil**. 2011 159 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFPR, CURITIBA, 2011.

CELERE, Marina Smidt et al. Metais presentes no chorume coletado no aterro sanitário de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, e sua relevância para saúde pública. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, abr. 2007.

COIMBRA Jr, Carlos E. A., SANTOS, Ricardo Ventura. **Perfil Epidemiológico da População Indígena no Brasil: Considerações Gerais**. Centro Nacional de Epidemiologia/ CENEPI, Ministério da Saúde, 2001.

CONFALONIERI, Ulisses E. C.. O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n.4, Dez, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**, 1992. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3cOI6I_9YHoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=historia+indigena&ots=N9LCmtjRMU&sig=iBbo6GntmGjwyapTyUJjQxtpq2c#v=onepage&q=historia%20indigena&f=false Acesso em: 08/07/2012

CRUZ, Juliana Tassinari; CRUZ, Júlio H. Pinto. **Habitação Indígena para a Aldeia Mbyá Guarani da Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.redulacav.net/material/enc2007/ponencias/09-Pinto%20Cruz-TassinariCruz.pdf>. Acesso em: 27/09/2011.

DIAS, Ana Catarina Perez. CARVALHO, Marivaldo Aparecido. CARDOSO, Núbia Vieira. CAMBRAIA, Rosana Passos. **Estado nutricional e hábitos alimentares de comunidade indígena Maxakali em Minas Gerais** - Resgate alimentar e cultural para compreensão da insegurança alimentar. Relatório final apresentado como cumprimento do contrato de processo licitatório, Nº 01/2010. UFVJM, MG, 2010.

ECOUNIFESP. Disponível em:
http://dqi.unifesp.br/ecounifesp/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=8 . Acesso em: 27/02/2014.

ELLIS, Frank. **Household strategies and rural livelihood diversification**. Oxford University Press, New York, 2000.

ELOY, Ludivine. LASMAR, Cristiane. **Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil)** ACTA AMAZONICA, VOL. 41(1) 2011: 91 – 102.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção Ambiental**. Material e Textos (2011). Disponível em <http://educar.sc.usp.br>. Acesso em: 27/09/2011.

FÁVARO, Thatiana. RIBAS, Dulce Lopes Barboza. ZORZATTO, José Roberto. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 785-793, abr, 2007.

FERREIRA, João Alberto. Resíduos sólidos e lixo hospitalar: uma discussão ética. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jun. 1995.

FREITAS, Lúcio Flávio da Silva, FILHO, João Damásio de Oliveira. Potencial Econômico da Reciclagem De Resíduos Sólidos na Bahia. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/docs/potencial.pdf> . Acesso em: 28/02/2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO (FUNAI). <http://www.funai.gov.br>, acesso em 28 de junho de 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). Disponível em: www.funasa.gov.br. Acesso em: 04/10/2011.

GARNELO, Luiza. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.191-212, dez. 2007.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade** – São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

GILIO Josimara ; MIORANZA Sônia de Lucena; TAKIZAWA Hirata. Parasitismo intestinal em índios da reserva indígena de Rio das Cobras. **Rev Bras Anal Clin**, V. 38 n 3, p. 193-195, 2006.

GODOY, Rosângela Perini de. **O traço e o trançado: a história dos índios Kaingang em suas expressões culturais**. rpg@seed.pr.gov.br, 2007. Acesso em: 09/07/2012.

GOMES, Cerize Nascimento. PIETRAS, Luciane. SANTOS, Thais dos. BRITO, Thiago da Luz. **Projeto de visibilidade e sustentabilidade para a terra indígena de Rio das Cobras (PR)**. Mostra Local de Projetos, Guarapuava-PR, 2011.

GOMES, Solange Lima. Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde em Terras Indígenas: O Caso do Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus, Amazonas. Dissertação do Mestrado. Brasília - DF, fevereiro de 2013.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência da Saúde Coletiva**. v. 3, n 2, p.73-84, 1998.

HELM, Cecília Maria Vieira. **Direito histórico de permanência na terra de ocupação tradicional: o reconhecimento da posse indígena pela Justiça Federal/PR, em caso de litígio**. 7º Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos e Pesquisa, 2012. Disponível em: <http://pchs.ufabc.edu.br/?p=755>. Acesso em: 10/01/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29/06/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas de Saneamento 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais dos Indígenas Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>. Acesso em: 14/07/2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org>. Acesso em 08/07/2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Os povos indígenas e o marco jurídico atual**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/funai> Acesso em: 10/01/2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KÜHL, Adriana Masiero. CORSO, Arlete Catarina. TITTONI, Maurício Soares Leite. BASTOS, João Luiz Bastos. Perfil nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingáng da Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná. **Brasil. Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n 2, 409-420, Fev, 2009

MACEDO, R. L. G. et al. **Pesquisas de percepção ambiental para o entendimento e Direcionamento da conduta ecoturística em unidades de Conservação**. Universidade Federal de Lavras/MG. Departamento de Ciências Florestais, Eixo Temático-2, 2007.

MARANHÃO, Fernanda. Departamento de Antropologia **2008 - Museu Paranaense** Curitiba-Paraná. Disponível em www.museuparanaense.pr.gov.br – Acesso em: 09 de Julho de 2012

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma Reflexão sobre as Relações Interpessoais e Ambientais no Espaço Urbano. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MELO, Maria Edna de. Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela Obesidade Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – **ABESO**, 2011.

MILTON, Kay. **Environmentalism and cultural theory**. London: Routledge, 1996. **Loving nature**. London: Routledge, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=lgtXhP32dfQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 26/01/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, 269 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA): Carteira indígena. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/carteira-indigena>. Acesso em: 21/01/2014.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. V Encontro Regional de História - ANPUH-PR, de 10 a 13 de julho de 1996.

Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2030/1513>.

Acesso em: 21/01/2014.

MOURA, Patrícia Garcia de. BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira. MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 23, n. 3, mai/Jun 2010.

MUCELIN, Carlos Alberto, BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n 1: 111-124, jun. 2008.

MUCELIN, Carlos Alberto. **Resíduos Sólidos Urbanos: Pesquisa participante em uma comunidade agroindustrial**. Medianeira, PR: Valério, 2004, 135 p. ISBN 8590379221.

NETO, Maria de Lourdes Fernandes. SARCINELLI, Paula de Novaes. Agrotóxicos em água para consumo humano: uma abordagem de avaliação de risco e contribuição ao processo de atualização da legislação brasileira. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.14, n.1 jan/mar 2009, p. 69-78.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato de. CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica Anap Brasil**, p. 53-72, julho/2008.

OLIVEIRA, Nilza Aparecida da Silva. **A percepção dos resíduos sólidos (lixo) de origem Domiciliar, no bairro Cajuru-Curitiba-PR: um olhar reflexivo a partir da educação ambiental**. 2006. 173 f Dissertação (Mestrado em geografia), UFPR, Curitiba, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS/OMS - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08/07/2012

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE -OPAS/OMS - Divisão de Saúde e Ambiente. Programa de Qualidade Ambiental. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/apa.pdf>. Acesso em: 09/07/2012.

PADILHA, Cláudia de Oliveira. Uma leitura crítica das prioridades definidas no PPA 2004-2007 a partir do estudo comparativo das metas fixadas nas LDOs e LOAs [manuscrito]. Monografia (Especialização em Orçamento Público). Brasília, 2008.

PARANÁ, Secretaria do Esporte e do Turismo. Saiba mais sobre a Gastronomia do Paraná. Disponível em <http://www.setu.pr.gov.br/>. Acesso em: 07/01/2013.

PARELLADA, Cláudia Inês, et al. Vida Indígena no Paraná: Memória, Presença, Horizontes. Provopar Ação Social – Paraná. CURITIBA, 2006.

PENA, João Luiz; HELLER, Léo. Saneamento e saúde indígena: uma avaliação na população Xakriabá, Minas Gerais. **Eng. Sanit. Ambient.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 63-72, Jan/Mar. 2008.

PLANSAB, Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília: maio de 2013. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf. Acesso em: 28/06/2012.

PINHEIRO, Isabelle Silva. LIMA, Vera Antunes. FREIRE, Eliza Xavier. MELO, Antônio Antunes. A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas a sustentabilidade. **Soc. Nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 467- 482 set/dez.2011.

PNSB, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf . Acesso em 28/06/2012.

Representação no Brasil Setor de Embaixadas Norte Lote 19 Brasília, DF-70800-400, Brasil 1999. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/apa.pdf>. Acesso em: 27/09/2011.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação – As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus. Reimpressão, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Abel. Tecituras On-line. Mito e Tradição entre os Kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras (PR) – Algumas Reflexões (parte II), abril de 2011. Disponível em: <http://tecituras.wordpress.com>. Acesso em: 28/09/2011.

RODRIGUES, Mariana Lima. MALHEIROS, Tadeu Fabrício. FERNANDES, Valdir. DARÓS, Taiane Dagostin. A Percepção Ambiental como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012.

SILVA FILHO, Luiz Vasconcelos da. **Qualidade e percepção ambiental: estudo de caso da bacia hidrográfica do Rio Passaúna**, 2010. 218 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental), UFPR, Curitiba, 2010.

SCHRÖDER, PETER. **Economia Indígena, Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal**. Editora Universitária, UFPE, P. 19-47, 2003. In: books. google.com.br, acesso em: 28/06/2012.

SCHÜLZE, Clélia Maria Nascimento. Representações sociais da natureza e do meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.67-81, 2000.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 2011.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 8, n.18, p. 211-253, dezembro de 2002.

SOUSA, Maria da Conceição de. SCATENA, João Henrique G. SANTOS, Ricardo Ventura. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 n.4, p. 853-861, abril, 2007.

TEIXEIRA, Antonio Carlos. Lixo ou rejeitos reaproveitáveis? **Revista Eco 21**, Ano XIV, Edição 87, Fevereiro 2004. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/artigos/lixo> . Acesso em 09/07/2012

TEIXEIRA, José Boaventura. **Saneamento Rural no Brasil**. In: Panorama Do Saneamento Básico no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, p.220-279. 2011.

TEMPSKI, Edwino Donato. **Caingângues – Gente do Mato**. Curitiba: CONCITEC, Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, 1986. 380 p.

TOLEDO, Max Jean de Ornelas et al. Avaliação de atividades de controle para enteroparasitos em uma aldeia Kaingáng do Paraná. **Rev Saúde Pública**. v. 43, n 6, 981-90, 2009

UTIYAMA, S. R. R. et al. Perfil de auto-anticorpos em índios das tribos Kaingang e Guarani do Sul do Brasil. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**. v.7, n 6, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, José Maria Trajano. Entre a Aldeia e a Cidade: **O “Trânsito” dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul**, 2005.143 f . Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social), UFPR, Curitiba: 2005.

VILLAR, L. M.; et al., Percepção ambiental no Noroeste Fluminense. **Rev Enferm.** v. 12, n. 2, 285 - 90. Jun/2008.

VILLAS-BÔAS, André. CAMPANILI, Maura. **Terras Indígenas Protegem Floresta Amazônica.** Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao49/reportag/p05.htm>
Acesso em: 01/03/2014.

VILHENA, Renato H. de. OLIVEIRA, Marlene P **Percepção ambiental e qualidade de vida sob o olhar do cidadão: estudo de caso na vila de são Sebastião de arapixi -chaves –ilha do Marajó – PA.** V Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis/SC – Brasil

ZANTA, Viviana Maria, MARINHO, Maria Jose Marinho do Rego. **Resíduos Sólidos, Saúde e Meio Ambiente: Impactos Associados aos Lixiviados de Aterro Sanitário.** In: Projeto PROSAB. Rio de Janeiro: ABES, 2006, p. 01 – 15.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:

Início da Entrevista:

Término da Entrevista:

Endereço da Casa:

DESCARTE DO LIXO E SEU IMPACTO NO AMBIENTE E SAÚDE: PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA – PR

Roteiro de Entrevista

Perfil Sócio Econômico

1. Aldeia: _____
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo
4. Número de pessoas residentes no domicílio: _____
5. Faixa etária dos moradores:
() menor de 5 anos () 5 a 9 anos () 10 a 14 anos () 15 a 19 anos
() 20 a 24 anos () 25 a 29 anos () 30 a 34 anos () 35 a 39 anos
() 40 a 44 anos () 45 a 49 anos () 50 a 54 anos () 55 a 59 anos
() 60 a 64 anos () 65 a 69 anos () 70 a 74 anos () 75 anos ou mais
6. Grau de escolaridade do entrevistado:
() ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo
() ensino médio incompleto () ensino médio completo
() superior incompleto () superior completo
() pós graduação () analfabeto
7. Tipo de casa:
() alvenaria () madeira () outros: _____
8. Banheiro:
() interno () externo () outros: _____
9. Língua nativa:
() Kaingang () Guarani
10. Qual a fonte de renda da família:
() trabalho assalariado () artesanato () agricultura
() Programa de Transferência de Renda do Governo () Outros: _____

Temas Gerais

Tema 1: Meio Ambiente

O que você entende por meio ambiente?

Você percebe problemas ambientais na área ou no entorno de onde você mora?

Tema 2: Saneamento Básico

O que você entende por lixo?

Para onde vai e o que acontece com o lixo que vocês produzem na sua casa?

Vocês separam o lixo em casa?

Da onde vem a água que vocês utilizam em casa?

Onde é lançado o esgoto do domicílio?

Tema 3: Poluição e saúde

Você percebe problemas em relação ao lixo, dentro da aldeia? Quais?

Você acredita que o descarte do lixo pode trazer consequências para os moradores da aldeia?

Que soluções poderiam ser utilizadas para amenizar o problema do lixo?

Tema 4: Atividades Produtivas, Comercialização e Consumo

Quais são os produtos agrícolas produzidos na comunidade?

E quanto aos produtos industrializados (enlatados, refrigerantes e outros) é frequente o consumo destes pelas famílias?

Tema 5: Educação e Percepção Ambiental

Na comunidade tem pessoas envolvidas com a proteção do meio ambiente?

Existe alguma ação de Educação Ambiental sendo realizada na aldeia? Se sim, descreva a atividade. O que você pensa sobre esta atividade?

Tema 6: Cultura, crenças, mitos e tradições

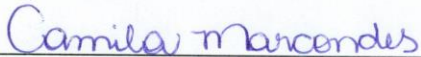
Há projetos culturais desenvolvidos na Reserva Indígena?


Há festas religiosas e festas tradicionais comemoradas na aldeia? Quais?

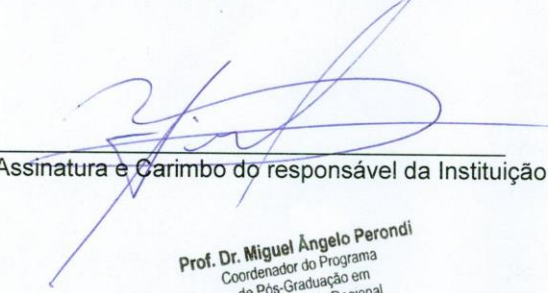
Nestas festas, há algum tipo de ritual realizado, ou algum alimento ou bebida diferente que é consumido?

ANEXO 1 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS
INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, os representantes legais das instituições envolvidas no projeto de pesquisa intitulado **DESCARTE DO LIXO E SEU IMPACTO NO AMBIENTE E SAÚDE: PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE MANGUEIRINHA – PR** declaram estar cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos prepostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.


Assinatura Pesquisador
Camila Marcondes


Assinatura do responsável pela Terra Indígena


Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi
Coordenador do Programa
de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional
UTFPR - Câmpus Pato Branco